

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

FABRÍCIO BACHIEGA ZAMBROSI

**TERRA OU MORTE: TRAJETÓRIA INTELECTUAL E REVOLUCIONÁRIA DE HUGO
BLANCO (1958-1972)**

**FRANCA
2017**

FABRÍCIO BACHIEGA ZAMBROSI

**TERRA OU MORTE: TRAJETÓRIA INTELECTUAL E REVOLUCIONÁRIA DE HUGO
BLANCO (1958-1972)**

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como pré-requisito para
obtenção do Título de Mestre em História. Área
de concentração: História e Cultura Política.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro.

**FRANCA
2017**

Zambrosi, Fabrício Bachiega.

Terra ou morte: trajetória intelectual e revolucionária
de Hugo Blanco (1958-1972) / Fabrício Bachiega

Zambrosi. – Franca : [s.n.], 2017.

154 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Marcos Sorrilha Pinheiro

1.Hugo Blanco (1934). 2.Peru - Condições sociais.

3. Intelectuais - Atividades políticas. I. Título.

CDD –985.063

FABRÍCIO BACHIEGA ZAMBROSI

**TERRA OU MORTE: TRAJETÓRIA INTELECTUAL E REVOLUCIONÁRIA DE HUGO
BLANCO (1958-1972)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Marcos Sorrilha Pinheiro.

Dr.(a) Nome do Orientador, Instituição

1º Examinador: _____

Dr.(a) Nome do Examinador, Instituição

2º Examinador: _____

Dr.(a) Nome do Examinador, Instituição

Franca, __ de _____ de 2017.

Às escolas públicas deste país.

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, a Deus, que concedeu infinitas graças para a realização deste trabalho.

A toda minha família, que desde sempre derramou as mais belas palavras e gestos de carinho, alimentando minha alma com força, dedicação e disciplina, para a concretização desta pesquisa. Sou imensamente grato por ter ao meu lado meu pai, Raimundo, e minha mãe, Vera, que me ensinaram desde cedo o valor do trabalho e das letras. Agradeço também à companhia dos meus amados irmãos, Fernando e Flávio, que são exemplos de pessoas e profissionais. A meu primo Guilherme. Obrigado pelos livros trazidos do EUA.

Aos camaradas da trajetória escolar, universitária e da vida adulta. Assim, não poderia esquecer os meus Professores, todos eles, desde o ciclo básico, mas sem deixar de mencionar Seu Jader, D. Cecília e D. Marilda, que me mostraram cedo a riqueza das ciências humanas. Agradeço ainda o carinho e a companhia dos amigos de infância, que cultivam a amizade assim como o tempo cultiva os vinhos. São eles: Murilo Barthman. Patrick F. Coutinho, André Morett, Thales (cabeça), Paulo Eduardo, Lucas (Banwa), Roberto (Durval) e Dieguin.

Aos amigos que contribuíram nesta jornada das mais diversas formas: obrigado, Francisco, Inácio, Paulo, Andrea, Maria Luiza e, principalmente, obrigado Noely Breda. Obrigado Maria Natalina, Luzia Angélica, Daniela, Alex Belduscho, Francisco...e tantos outros.

Aos Amigos constituídos na UNESP-Franca, que, apesar da distância, são seres de coração de grande fôlego: prontos para correrem para longe, mas com a mesma disposição pararegressarem. Agradeço a cada um de vocês, que estiveram na origem de tudo: Junin (Taz), Mateus (Tuche), Danilo (Celeste), Galhardo, Paulo (Pizza), Denis, Caloi, Lagosta, Lenin, Gustavo, André, Elvis, Alex, Aliene, Cinthia Bonareto e Erica Albarral. Agradeço também à minha amiga Mayara Brandão e, de forma especial, à minha grande amiga Marina C. Bianchi. Mas não poderia deixar de destacar, também, dois grandes amigos e ex-jogadores do time mais simpático da primeira década dos anos 2000 da Unesp, o Peitão de Frango. São eles: Valter Nailton e Fred Maciel. Abriram sua casa e sua paciência a mim. Sou eternamente grato. Mas sem esquecer toda a contribuição intelectual de Fred, que cedeu seu tempo e seu conhecimento às minhas dúvidas e reflexões. Obrigado também à Equipe de Judô da UNESP, coordenada pela extinta Atlética Clodoaldo Silva.

Aos professores da UNESP-Franca que, em meio a todas as dificuldades, todos os anos mobilizam seus instrumentos, seus conhecimentos, sua paciência e perseverança para talharem pedras brutas, que chegam das mais diversas partes do estado e do Brasil. Expresso aqui minha admiração, pois transformam tais pedras, que se afundariam nas mais rasas poças, em pilares prontos a caminharem sozinhos e a seguirem os nobres passos de seus mestres, sejam nas escolas ou nas universidades espalhados pelo país.

Nesse sentido, agradeço também aos Profs. Drs. que participaram do meu exame de qualificação, Alberto Aggio e Marcos Alves, pelas reflexões e críticas.

À Cinthia Xavier, minha companheira de todas as horas, que, com todo amor e carinho, conheceu de perto as alegrias e dificuldades deste caminho. Leitora, conselheira e incentivadora assídua dos meus escritos, tornou-se um dos alicerces em que se ergueu este trabalho. A você, amor, sou muito grato por tudo. Por cada palavra e por cada gesto. Você é um presente.

À Sandra Palomino, peruana apaixonada pelo Brasil, que fez o favor que nenhum dinheiro pode pagar. Obrigado pelos livros enviados do Peru, sem os quais este trabalho nem sequer seria possível. Jamais esquecerei tamanho gesto.

Uma vez li que nada que pudesse ser medido poderia continuar suficientemente grande. Eis aqui, portanto, minha dificuldade de encontrar as palavras certas para agradecer a meu orientador, Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro, pois nada que eu disser irá alcançar o tamanho da minha gratidão. Gratidão por ter acreditado no sonho deste garoto e por não ter desistido diante das minhas falhas. Agradeço o companheirismo, a amizade, a todas as conversas e cada minuto de sua atenção. Obrigado pelas críticas, pela paciência, pelas leituras e correções. Levarei você, meu amigo e orientador, para sempre comigo.

Finalmente, agradeço imensamente à agência fomentadora de pesquisa CNPq, que financiou a maior parte deste trabalho.

*“Eis o que aprendi do sol, desse opulento sol
de inesgotável riqueza que, ao pôr-se,
derrama o seu ouro pelo mar; por isso,
até os mais pobres pescadores
remam com dourados remos”.*

Friedrich Nietzsche. Assim falava Zaratustra

ZAMBROSI, Fabrício B. **Terra ou Morte**: trajetória Intelectual e revolucionária de Hugo Blanco (1958-1972). 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

Resumo

A presente dissertação tem como objeto a trajetória intelectual e revolucionária do trotskista peruano Hugo Blanco, entre 1958 e 1972. As datas mencionadas compreendem o momento em que Blanco deixou a cidade e foi para o campo iniciar seu trabalho revolucionário entre os camponeses e a publicação de sua mais importante obra, o livro *Terra ou Morte*. Hugo Blanco atuou entre os camponeses do vale da *La Convención y Lares*, na região de Cuzco, até ser preso em 1963, sendo exilado, posteriormente, no início dos anos 70, por iniciativa do governo militar que tomou o poder no Peru, em 1968. As ações de Blanco integraram um contexto específico do Peru e da América Latina. O primeiro, diz respeito a sua atuação na região serrana, onde predominava uma estrutura agrária com diversas características pré-modernas, que foi mencionada e atacada pela pena e pela espada de Blanco. O segundo, aborda a questão de que a América Latina, desde 1959, estava sendo abalada pelos ecos causados pela Revolução Cubana. Como consequências das possibilidades inauguradas por essa Revolução, especialmente quanto ao seu conteúdo político-militar que o governo cubano e alguns intelectuais fizeram questão de destacar, de consagrar e de irradiar pelo continente, como a adoção da guerra de guerrilhas, as organizações políticas de esquerda do continente também ficaram estimuladas a aplicar em seus países esta luta armada enquanto estratégia. Foi neste contexto, portanto, que a ação e a teoria do projeto revolucionário de Hugo Blanco emergiu. Diante disso, o nosso principal objetivo foi demonstrar que este projeto dialogou o tempo todo com os referidos contextos, mas, principalmente, com as novas ideias e perspectivas abertas pela Revolução Cubana. Contudo sustentamos que Hugo Blanco teve a particularidade de insistir em uma proposta contrária a guerra de guerrilhas, pois, uma vez vinculado ao trotskismo, estruturou seu projeto a partir dos ensinamentos de Leon Trotsky e de sua relação com a IV Internacional e suas seções Latino Americanas, como o SLATO. De todo modo, mais do que tentar refutar a guerra de guerrilhas, Hugo Blanco se colocou como um intelectual disposto a compreender e adaptar o trotskismo às particularidades da realidade rural do Peru. Na ocasião, valeu-se de importantes elementos que compõem a tradição política do país, como o indigenismo e o marxismo.

Palavras-chave: Hugo Blanco, Peru, Intelectual Revolucionário, Castro-Guevarismo, Trotskismo.

Abstract

The present dissertation project was based on the evaluation of the intellectual and revolutionary trajectory of the Peruvian trotskyst Hugo Blanco, between 1958 and 1972. This period corresponded to the moment in which Hugo Blanco moved out from the urban area to the rural area in order to begin his revolutionary movement; at this time, he also published his most important book, *Land or Death*. Hugo Blanco acted among the peasants from the La Convención and Lares, region of Cuzco, until he was arrested in 1963. Then, he was sent to exile by the military government at the early 70's. Hugo Blanco's actions formed a unique context within Peru and Latin America. The first one concerns his interference in the mountainous area of the country, where there was an agrarian structure having several pre-modern characteristics. This structure received significant emphasis and severe criticism in the texts published by Hugo Blanco. And, the second one deals with the manner by which Latin America was being influenced by the Cuban Revolution. As an outcome of the several possibilities originated from this revolutionary movement, particularly with regard to its political and military content that were valorized and disseminated across the continent by the Cuban government and intellectuals, including the use of guerrilla, the left-political organization of the continent planned also to use such a strategy in their own countries. In this scenario, it was raised the bases of the revolutionary project proposed by Hugo Blanco. Accordingly, we aimed with this research to demonstrate that his project interacts with the mentioned historical context, principally with the new ideas and perspectives offered by the Cuban Revolution. However, the proposal of Hugo Blanco had the peculiarity of offering alternatives in relation to the ideas propagated by the mentioned revolution. This might be associated to the fact that he structured his project based on the lessons learned from Leon Trotsky and his connection with the sections of the IV International dedicated to Latin America, such as SLATO. In summary, rather than refute the adoption of guerrilla, Hugo Blanco acted as an intellectual proposing a better understanding and utilization of trotskism in accordance with the peculiarities of the rural area of Peru. In this context, he also used important elements that constituted the political organization of the country, such as indigenism and marxism.

Keywords: Hugo Blanco, Peru, Intellectual Revolutionary, Castro-Guevarism, Trotskyism.

Siglas

APRA Alianza Popular Revolucionaria Americana

CI Comité Internacional da IV Internacional

ELN Ejército de Liberación Nacional

FTC Federación de Trabajadores de Cuzco

FPCLCyL Federación Provincial de Campesinos de La Convención y Lares

MIR Movimiento de Izquierda Revolucionaria

FIR Frente de Izquierda Revolucionaria

OLAS Organización Latinoamericana de Solidaridad

PCP Partido Comunista Peruano

POR Partido Obrero Revolucionario

POR-T Partido Obrero Revolucionario – Trotskista

SLATO Secretariado Latinoamericano del Trotskismo Ortodoxo

SI Secretariado Internacional da IV Internacional

SU Secretariado Unificado da IV Internacional

SWP Socialist Work Party

TLT Tendência Leninista Trotskista

TMI Tendência Majoritária Interna

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Buscando: o Peru Profundo, Hugo Blanco e o Contexto Histórico (1920-1970)	20
1.1. As <i>haciendas</i> no Peru	24
1.2. O <i>gamonal</i> e o <i>gamonalismo</i>	26
1.3. Camponeses	28
1.4. Alterações sobre as estruturas da região serrana	33
1.5. Hugo Blanco, vida, e contexto histórico do Peru entre 1920 e 1970	39
1.6. Hugo Blanco e o Peru após a Segunda Guerra Mundial e o início do governo militar	51
2. Hugo Blanco, o Comunismo Internacionalista e a Revolução Cubana	62
2.1. A Revolução Russa: a herança marxista-leninista	64
2.2. As origens do movimento trotskista e a IV Internacional nos anos 50	69
2.3. O Partido Comunista peruano	76
2.4. APRA	82
2.5. A Revolução Cubana e a relação de Hugo Blanco com o castro-guevarismo	88
2.6. O internacionalismo cubano e trotskista (SLATO): uma disputa	93
3. A ação e reflexão revolucionária de Hugo Blanco	99
3.1. No cárcere? Então, às letras: a obra Terra ou Morte	102
3.2. Hugo Blanco e o Poder Dual	115
3.3. Hugo Blanco e a tomada do Poder	124
3.4. Terra ou Morte e a IV Internacional	129
3.5. Hugo Blanco: trotskismo e cultura política peruana	133
4. Considerações Finais	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

INTRODUÇÃO

Dentre os atores do político que nas últimas décadas cada vez mais passaram a ser objetos de trabalhos historiográficos, está a figura do intelectual. Resultado da retomada e da renovação vivida pela história política após os anos setenta, mas também em razão do desenvolvimento próprio do seu campo de atuação, a história envolvendo os intelectuais, como defendeu Jean-François Sirinelli (2003), avançou, alcançou status de autonomia e se tornou um lugar privilegiado para a análise de fenômenos históricos.

Porém, se os trabalhos dedicados especificamente aos intelectuais surgiram em tempos consideravelmente recentes, o mesmo não podemos dizer sobre este personagem. A figura do intelectual é antiga e suas origens, principalmente daquele que mais nos interessa, isto é, o intelectual preocupado e interessado em pensar os assuntos da cidade, remonta à antiguidade clássica. Por outro lado, antes de serem assim chamados, esta figura (o intelectual), a depender do tempo e da sociedade que estava inserido, reconheceu-se e foi reconhecido mediante outros nomes, como: sábios, filósofos, *clerics* e homens de letras. Apesar dos nomes variados ao longo do tempo, queremos chamar a atenção para uma característica permanente desses homens, que é justamente, segundo Norberto Bobbio, a de serem:

os sujeitos a quem se atribui de fato ou de direito a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções de mundo ou simples opiniões, que acabam por constituir as ideias ou os sistemas de ideias de uma determinada época e de uma determinada sociedade (BOBBIO, 1996, p. 110).

Considerando os intelectuais dentro dos pressupostos mencionados, é possível dimensionar o papel relevante que este personagem pode desempenhar em suas respectivas sociedades. No mundo ocidental, com destaque para os séculos XIX e XX e para a região que compreende a América Latina, os intelectuais atuaram em diversas frentes, que englobavam o desafio da construção de suas nações e as denúncias frente às condições sociais da população em meio às ditaduras civis ou militares, que se estabeleceram em diversos momentos da história do continente americano. Ainda corroboraram para que os intelectuais tivessem este alcance de participação nas sociedades latinas, não apenas a sua condição de tratar e manipular ideias, mas outros fatores, como a legitimidade diante de outros grupos sociais e a própria modernização dessas sociedades, provocada pela dinamização da economia, criação de universidades, ampliação da classe média, e crescimento do ensino e do mercado editorial ao longo do período em questão.

Por conta de sua função social estar atrelada ao pensamento e a reflexão em torno dos problemas de sua comunidade, o substantivo intelectual, por vezes, confunde-se com o adjetivo, imaginando-se que tais pessoas estariam apenas reclusas a ambientes ilustrados ou acadêmicos. Entretanto, é bom que se diga que não consideramos Hugo Blanco, o intelectual peruano que é alvo deste trabalho, pertencente a este grupo de intelectuais que na América Latina ficou conhecido por seus vínculos às universidades ou à elaboração de grandes obras, fossem elas filosóficas ou literatas, ainda que estas estivessem carregadas com viés político e social. Segundo entendemos, Blanco faz parte de outra categoria de intelectual, aquela que integra o grupo conhecido como intelectual revolucionário, figura esta que deixou a sua marca na história da América Latina, especialmente durante a segunda metade do século XX.

Como argumentou Norberto Bobbio, por intelectual revolucionário compreende-se a figura de alguém que comunga do “[...] princípio de que não se faz revolução sem uma teoria revolucionária (...) (BOBBIO, 1996, p. 125)”. Trata-se daquele que se coloca “[...] contra o poder constituído em nome de uma nova classe e pela instauração de uma nova sociedade [...] (BOBBIO, 1996, p. 124)”, além de se conceber como sujeito fundamental para a execução e criação dos *meios* que conduzirão ao *fim* desejado, isto é, a revolução. Eis, por conseguinte, o prisma pela qual compreenderemos Hugo Blanco ao longo do trabalho.

Desta feita, Hugo Blanco foi um personagem da história peruana que dedicou boa parte de sua trajetória a promover a revolução socialista. Imbuído desse ideal, empunhou tanto a pena como a espada. A empreitada não custou a sua vida, mas vários anos na prisão e no exílio. O período significativo das ações revolucionárias de Hugo Blanco foi desenvolvido na área rural do Peru, entre os camponeses desse país, precisamente a partir de 1958, quando deixou a cidade para se juntar àqueles, no vale de *La Convención*, no departamento de Cuzco. Desde então, e até 1963, ano em que foi preso, esteve com os camponeses e a fundar sindicatos, os quais, liderados por ele, se tornaram a fagulha de um incêndio que desencadeou diversos ataques às estruturas políticas, sociais e culturais dessa região, que eram famosas pelo seu “arcaísmo”. De qualquer maneira, estes ataques, mais do que a expressão de seu espírito revolucionário, eram também sinais de suas concepções indigenistas, dada a permanente defesa aos índios camponeses que Blanco percebia como vítimas no Peru.

Por outro lado, enquanto o mencionado período ficou marcado pela sua praxe revolucionária, os anos seguintes foram marcados pelo seu trabalho intelectual, uma vez que os seus principais escritos datam de meados dos anos 60 e início dos anos 70. No caso, fazemos referência aos trabalhos intitulados, respectivamente, como *El camino de nuestra revolución* e *Terra ou Morte*. Feitas tais considerações, convém, inclusive, demarcar o recorte

que compõe a presente dissertação: os anos entre 1958 e 1972, isto é, entre a ida de Hugo Blanco ao campo e a publicação do livro *Terra ou Morte*.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, antes de adentrarmos propriamente dito na análise da trajetória intelectual e revolucionária de Hugo Blanco, procuramos destacar importantes fenômenos políticos, sociais e culturais que davam forma e conteúdo ao contexto peruano e latino-americano. Com isso, objetivamos compreender a trajetória intelectual e revolucionária de Hugo Blanco articulada, não isolada do referido contexto.

Hugo Blanco desenvolveu sua trajetória intelectual e revolucionária em um período em que a ideia de Revolução havia voltado à ordem do dia na América Latina. Esta opção política estava ancorada na recente vitória dos revolucionários cubanos, em 1959, que, pouco tempo depois, inauguravam o primeiro Estado socialista do continente americano. Como afirmou Allan Angel (2009), tal revolução produziu um efeito “eletrizante” sobre as esquerdas do continente, de tal maneira que muitos grupos e sujeitos passaram a se movimentar e a acreditar que o socialismo estava a “*la vuelta de la esquina*”, não faltando outra coisa para concretizá-lo a não ser a radicalização, o sacrifício e a força de vontade. Na época, foram destaque destes princípios especialmente os jovens universitários. Hugo Blanco, por exemplo, era jovem e oriundo do meio universitário.

A Revolução Cubana, por sua vez, emergiu no cenário continental não apenas animando outros revolucionários, mas oferecendo novos referenciais políticos e organizacionais para as esquerdas do continente executarem a revolução. Para alguns intelectuais revolucionários, dadas as novidades empregadas pelos combatentes cubanos ao longo do processo de tomada de poder, a Revolução Cubana foi interpretada como um ponto de mutação em relação a outros modelos de revolução. Não sem razão, para Régis Debray, o movimento cubano foi uma “Revolução na Revolução”. Essa noção de ruptura esteve vinculada, principalmente, à relevância que se deu aos aspectos militares em detrimento do político, no interior do processo e da teoria revolucionária. A partir de então, a Revolução Cubana e seus entusiastas não apenas questionaram a hierarquia que existia entre luta armada e a esfera do partido, que antes garantia a superioridade e a prioridade deste último sobre o primeiro, como equalizaram e submeteram à luta armada as funções antes delegadas ao partido.

Em outras palavras, para muitos admiradores e intelectuais revolucionários, a Revolução Cubana consagrava a guerra de guerrilhas, isto é, a teoria do foco guerrilheiro como modelo de revolução. Noção esta que foi chamada neste trabalho principalmente de “castro-guevarismo”. Assim, por meio de um pequeno grupo armado, atuando

preferencialmente no meio rural, a esquerda latino-americana podia declarar, independentemente do país, o início da revolução socialista. Afinal, uma vez crendo que as condições objetivas para esta última estavam de norte a sul da América Latina, faltariam apenas as condições subjetivas, que seriam garantidas a partir do momento em que um grupo armado entrasse em ação.

Inserido neste contexto, Hugo Blanco também se deparou com grupos da esquerda peruana sendo atraídos e “eletrizados” pela Revolução Cubana. No início dos anos 60, por exemplo, cisões no interior de tradicionais partidos dessa esquerda, como o Partido Comunista e o APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), significaram o surgimento de duas organizações inspiradas no modelo cubano, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), respectivamente. Na época, tais grupos procuraram instalar guerrilhas nos Andes peruanos. De qualquer maneira, até 1965, as ações armadas destes grupos haviam sido desarticuladas pela repressão do exército nacional. Tais organizações, na história do Peru, ficaram conhecidas por integrarem a primeira fase da denominada *Nueva Izquierda*.

Desta maneira, contemporâneo destes fatos e destes grupos, Blanco foi um intelectual revolucionário que teve atrás de si a sombra da Revolução Cubana ao longo de todo o período que abarca este trabalho. Contudo, excetuando a simpatia e o efeito “eletrizante” que tal revolução também imprimiu sobre Hugo Blanco, este passou a maior parte do tempo dialogando com ela mais para recusá-la como modelo do que para aprová-la. Blanco, como a maior parte da esquerda latino-americana, entendia que adotar o modelo caribenho de revolução era o mesmo que empregar a guerra de guerrilhas. Como discordava de tais princípios, dedicou a maior parte do seu trabalho intelectual para refutar os conceitos envolvidos nessa teoria revolucionária, bem como para propor outras concepções, especialmente voltadas para o Peru.

Diante deste desenho, entendemos Hugo Blanco como um sujeito inserido em um debate intelectual, a nível nacional e continental, que gravitava em torno de ideias relacionadas às táticas e estratégias revolucionárias. Desta feita, um dos principais objetivos deste trabalho é demonstrar com quem e com quais ideias Hugo Blanco dialogou; quem e que ideias contestou, aceitou e até mesmo ignorou enquanto participava deste debate.

Questionando a viabilidade de se repetir ou exportar a guerra de guerrilhas para outros países da região, especialmente para o Peru, Blanco se esforçou para interferir na realidade nacional e continental mediante a defesa de determinadas ideias, em que propunha outra via para a revolução. Essa via, à semelhança dos defensores da Revolução Cubana, havia

renunciado ao caminho reformista que alguns tradicionais partidos da esquerda estavam cultivando naquele momento. Contudo, defendemos que a via que ele ofertou, apesar da evidente parceria com a violência revolucionária, não se fundamentava no foco guerrilheiro. E acreditamos que a razão para tal foi assegurada principalmente por sua filiação ao trotskismo.

Segundo Eduardo Fioravanti (1974), Hugo Blanco foi apresentado ao trotskismo por seu pai ainda na adolescência. O casamento entre ambos, por sua vez, precisa ser creditado à estadia que teve na Argentina entre 1954 e 1956, quando foi para Buenos Aires estudar agronomia na Universidade de La Plata. Lá foi incorporado ao partido trotskista, conhecido como POR (*Partido Obrero Revolucionario*), em que também entrou em contato com um dos principais teóricos do trotskismo no continente Americano: Nahuel Moreno. A partir de então, Hugo Blanco aprofundou seu engajamento político e revolucionário, caminho este que culminou, anos depois, na liderança dos camponeses no vale de *La Convención*, em Cuzco, no Peru, a partir de 1958.

Longe das trilhas teleológicas, essa mencionada trajetória de Hugo Blanco é importante porque demonstra sua condição de intelectual revolucionário. Pois, na Argentina, o trotskismo aprendido esteve vinculado às atuações entre as massas urbanas, com destaque para o proletariado sindicalizado, proveniente de grandes fábricas. Porém, não foi esta a realidade que Blanco encontrou quando, em 1956, retornou ao Peru. Este país, mesmo na capital Lima, como era carente de consideráveis complexos industriais, era carente também do sujeito que foi consagrado, tanto por Karl Marx como por Leon Trotsky, como símbolo e protagonista da revolução socialista: o proletariado. Além disso, as organizações de massa localizadas nas áreas mais modernas do Peru estavam, em sua maioria, vinculadas ao aprismo e ao Partido Comunista, deixando pouca margem de penetração para os trotskistas.

Diante deste quadro acima esboçado, defendemos que Blanco foi forçado a realizar todo um esforço intelectual e prático para adaptar seu trotskismo às condições peruanas, bem como para plantá-lo entre as massas. Para tanto, e como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, além de recorrer à população do mundo rural, aos ensinamentos de Leon Trotsky e às lições tomadas no país platino, Hugo Blanco contou com diversas outras ideias que já estavam presente na tradição política peruana, como o socialismo e o indigenismo.

Apesar das necessárias adaptações do trotskismo à realidade peruana, acreditamos que Hugo Blanco sempre preservou os princípios que estavam na base da teoria revolucionária trotskista, condição esta que garantiu, segundo a nossa interpretação, uma distância segura perante a compreensão comumente ventilada a respeito da chamada guerra de guerrilhas. Desta forma, Blanco sempre foi categórico em defender a relevância do partido frente a

qualquer agrupamento armado, fosse este uma guerrilha ou uma milícia. Isto é, no seu modo de ver, os aspectos políticos e militares do processo revolucionário deviam permanecer hierarquicamente desiguais, e sem perdas do primeiro em relação ao segundo. A respeito do partido, prevalecia a noção de partido de vanguarda, organização responsável por conduzir, educar e organizar um dos pontos mais fundamentais de toda revolução: as massas. Deste processo, segundo Blanco, nasciam as revoluções. Ademais, era necessariamente deste processo que emergia a luta armada; não o caminho inverso.

A respeito ainda do trotskismo e do socialismo internacional, convém adiantarmos que nos preocupamos em localizar Hugo Blanco no interior da IV Internacional Comunista e evidencia a importância desta última durante o movimento camponês no vale de *La Convención*. Esta preocupação veio à tona na medida em que avançávamos na pesquisa e identificávamos que desde que Hugo Blanco havia estado na Argentina, ele jamais havia passado despercebido ou desvinculado da IV Internacional. Entre 1961 e 1963, por exemplo, além de duas cartas enviadas a Blanco por Nahuel Moreno, que na época era líder da seção argentina intitulada SLATO (Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo), este órgão procurou auxiliar teoricamente e materialmente o processo revolucionário que Hugo Blanco havia inaugurado em seu país. Não o bastante, enquanto nos preocupávamos com a história da IV Internacional e suas implicações com a “Revolução Peruana”, acabamos por problematizar a história de outras Internacionais que marcaram presença na América Latina, como a III Internacional¹ e, ainda, a “Internacional de Havana”. Isto foi relevante porque foi possível identificar, na época das ações de Hugo Blanco, certa disputa e concorrência entre o SLATO e Havana, uma vez que ambas, além de representarem táticas e estratégias divergentes, galgavam que seus respectivos métodos fossem aplicados e disseminados nos países da região.

Uma vez clareados nossos principais problemas e objetivos, convém destacar como procuramos desenvolvê-los nos três capítulos que integram a presente dissertação. Vejamos.

No primeiro capítulo, intencionamos, em um primeiro momento, apresentar alguns aspectos estruturais da sociedade peruana, com destaque para o mundo rural. Desta maneira, chamamos a atenção para o fato do Peru estar, em meados do século XX, ainda vinculado à imagem de que o país possuía duas realidades, a saber, a costa e a serra. A primeira carregava os signos do desenvolvimento e da modernização, mas não a segunda. A serra representava o

¹ A III Internacional foi desarticulada em 1943. De qualquer modo, as Internacionais foram idealizadas almejando organizar e expandir a revolução para além de suas fronteiras originais, mediante suporte teórico, técnico, material e humano.

atraso. Mas foi justamente nessa paisagem que encontramos as primeiras ações do nosso intelectual revolucionário no Peru. Foi aqui que Hugo Blanco iniciou seu trabalho entre os camponeses, que, no caso peruano, eram indígenas dedicados ao trato da terra e da agricultura, e que permaneciam vinculados às *haciendas* e aos donos destas mediante relações pessoais e arcaicas de trabalho. Além disso, procuramos demonstrar também como a região em questão, na época, era atingida por consideráveis transformações, fruto dos processos de modernização desencadeados especialmente por meio de ações do Estado peruano, desde a década de 1920. O primeiro capítulo também se dedica a apresentar Hugo Blanco inserido no contexto social, político e cultural do Peru, entre os anos vinte e o início dos anos setenta do século XX, momento pelo qual aproveitamos para chamar a atenção para a relação entre a corrente de pensamento indigenista e Hugo Blanco.

No segundo capítulo, contextualizamos Hugo Blanco no interior das ideias do socialismo revolucionário que emergiram na América Latina e no Peru desde o início do século XX. Dessa maneira, destacamos, em um primeiro momento, os ecos e efeitos da Revolução Russa (1917). Posteriormente nos dedicamos à Revolução Cubana (1959). Com isso, quisemos abordar o surgimento e a trajetória do partido comunista peruano, do movimento trotskista, do partido aprista e dos grupos inspirados na revolução de 1959, mas sem deixar de salientar as principais ideias circuladas por cada um e as inimizades que tais correntes e grupos desde cedo nutriram um pelo outro. Não obstante, neste segundo capítulo também nos atentamos em rastrear as linhas de tensão, comunicação e disputa entre as ideias ventiladas por cada uma das Internacionais surgidas na esteira de cada uma das revoluções mencionadas.

No terceiro capítulo, embora sem nos esquecermos de outros escritos, procuramos apresentar a principal obra de Hugo Blanco: o livro *Terra ou Morte*, publicado em 1972. Aqui demonstramos quais eram as intenções do autor com a publicação desta obra, assim como com quais ideias relacionadas ao socialismo revolucionário Hugo Blanco estava dialogando e concordando; quais estava defendendo, contestando ou mesmo ignorando. Tendo em vista este objetivo, nos pareceu ficar evidente neste livro o esforço do autor em se colocar como um autêntico trotskista, conhecedor dos ensinamentos de Leon Trotsky, precisamente do *Programa de Transição*, redigido por este, em 1938, e, principalmente, aplicador do mencionado Programa. Ao longo do livro, notamos ainda que, mais do que a aplicação, Hugo Blanco se esforçou para adaptar o *Programa de Transição* à realidade rural em que se encontrava.

Além disso, neste último capítulo tentamos deixar claro como o livro *Terra ou Morte* também era um recado à IV Internacional, que, na época, segundo alguns membros, estava se inclinando a incorporar os princípios da guerra de guerrilha em detrimento dos ensinamentos de Leon Trotsky. Por fim, tivemos o objetivo de demonstrar como as ações de Hugo Blanco no vale de *La Convención*, entre os camponeses, não deixou de ser uma significativa ruptura, especialmente em relação a algumas ideias que Trotsky havia consagrado aos camponeses no interior de processos revolucionários.

A modo de conclusão, nas considerações finais, retomaremos as principais ideias apresentadas, buscando afirmar os vínculos de Hugo Blanco com o trotskismo e as singularidades de seu projeto revolucionário ao longo de sua trajetória, especialmente frente à Revolução Cubana.

A respeito das fontes, utilizamos, principalmente, os mais importantes textos de Hugo Blanco: *El Camino de Nuestra Revolución e Milícia ou Guerrilha*, que foram publicados, inicialmente, no Peru, em 1964, e a obra *Terra ou Morte*, publicada em 1972. Além desses escritos, nos valem de algumas correspondências que Hugo Blanco escreveu ou recebeu dentro do período que recorta o presente trabalho. Nesse sentido, analisamos as cartas trocadas com um dos maiores romancistas do país, o indigenista José María Arguedas, em 1969; uma carta enviada, em 1970, ao um dirigente americano e trotskista do Socialist Work Party, que era vinculado a IV Internacional; e a carta recebida de Nahuel Moreno, em 1961. No caso, Moreno era vinculado à referida internacional e dirigente da seção argentina conhecida por SLATO.

1. Buscando o Peru Profundo, o contexto histórico e Hugo Blanco (1920-1972)

*Yo [gamonal], como índios.
Yo, ladrón!...¿Quiénes hablan así?
¿De dónde han salido?
¿Por cuál de sus bocas ha lanzado
el demonio a esos farsantes rabiosos?
¡Dios! Detén el cambio del mundo.
Antes, que yo era peor, me respetaban.
José María
Arguedas – Todas las Sangres.*

O presente capítulo está dividido em duas partes principais. Na primeira parte, intencionamos demonstrar as principais características que compunham a estrutura agrária da serra peruana até meados da década de 1960. Com isso queríamos destacar qual foi o mundo com que o intelectual revolucionário Hugo Blanco, no final da década de 50, se deparou ao fazer sua travessia do campo à cidade, em busca dos meios para realizar o que entendia ser a revolução socialista no Peru. Não menos importante, nos servimos dessa mesma estrutura para explicar a construção, a formação e a *ação* desse intelectual. Na segunda parte, a atenção foi destinada ao contexto peruano entre 1920 e 1970. Aqui enfocamos os principais fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais que ajudam a contextualizar o período e que, de uma forma direta ou indireta, integram a trajetória política e intelectual de Hugo Blanco.

Na década de 1960, o peruanista francês François Bourricaud, no início do seu livro *Poder y sociedad en El Peru* (1967), apresentava umas das imagens mais marcantes sobre a estrutura agrária² do país: a percepção de que o Peru vivia duas realidades bastante distintas. Esta realidade era expressa pelas diferenças entre duas regiões, a saber: a Serra e a Costa. Sendo esta última mais próxima do mundo moderno e capitalista, enquanto a outra carregava as mais diversas características contrárias. Vejamos isso através destas duas citações, que, embora longas, servem para introduzir essa noção, bem como adiantar algumas características que a fundamentavam:

² Entendemos estrutura agrária como afirmou Norman Long: “Contudo, uma estrutura agrária abrange muito mais do que esse conjunto de fatores de produção e recurso técnico, natural, chamado usualmente sistema agrícola. Compreende, além disso, as instituições legais e políticas que sustentam esse sistema, as relações entre o campo e a cidade, as estruturas de comercialização, as classes sociais presentes na zona rural, os negociantes, os artesãos e diferentes classes de agricultores e o sistema econômico maior que, em alguns casos, inclui a economia mundial” (LONG, 2009, p. 405).

Hay que señalar algunas de las características esenciales de la Sierra [...] Los gamonales y patrones del interior reinan sobre inmensos dominios; en el Sur, en Cuzco, en Puno, las haciendas de más de 20.000 hectáreas no son excepcionales: son, según se dice, latifundios. Pero la mayor parte de esas inmensas extensiones está cubierta de rastrojos, abandonada. El barbecho paraliza no poco de lo que resta. Las cosechas son magras, expuestas como están al rigor de un invierno árido y glacial. En esos pastos viven rebaños que dan una carne y una lana mediocres. La mayor parte de esos inmensos dominios brindan una renta neta que, en relación con el capital inmobiliario comprometido, resulta desalentadora. La explotación, inclusive cruel e inhumana, de una mano de obra improductiva no basta para hacer del gamonal un creso. Pocos progresos se alcanzaron en el dominio de la agricultura, pero se aportaron mejoras sensibles a la cría de ganado. Algunas haciendas de Puno e Cuzco, pero sobre todo algunos inmensos dominios del centro [...] pueden dar cuenta de rendimientos muy honorables en materia de lana y carne. [...] Al mismo tiempo, y dejando de lado algunas grandes explotaciones que disponen de medios considerables, y excepción hecha de la más elevadas altitudes donde la población indígena está diseminada, se combinaron la resistencia de los hombres y la naturaleza al progreso, a la tecnificación, y los latifundistas del interior, sobre todo en la región Sur, sólo alcanzaron un nivel muy bajo de productividad (BOURRICAUD, 1989, p. 48-49).

Em relação à Costa, ele expôs:

En contraste con la Sierra, los valles de la costa abrigan una agricultura eficaz y bien dirigida. Los rendimientos de las grandes plantaciones de azúcar y de algodón colocan al Perú entre los principales países productores. La agricultura de la costa está mecanizada y dispone de abundantes herramientas. Consumen en grandes cantidades abonos y productos anti criptogámicos. Emplea una mano de obra asalariada, de la que una parte descende de la sierra para la cosecha y otra está constituida por antiguos serranos ya instalados en la costa y en vías de contraer allí nuevos hábitos, de aprender nuevos estilos y una nueva "cultura". Esta mano de obra cuenta con sus sindicatos, recorre a la huelga, obtiene salarios crecientes; ya ha ingresado en el sector de la economía monetaria. Además, la agricultura costera se ha vuelto hacia exportación. Véndese al exterior más de 60% del azúcar. En cuanto el algodón, una vez satisfecha la demanda de la industria textil nacional, poco más o menos de la mitad de la cosecha queda disponible para las ventas en el extranjero. [...] Frente a los latifundios, arcaicos y, sobre todo, improductivos de la sierra, la agricultura de la costa puede pasar por ser el sector dinámico por excelencia (BOURRICAUD, 1989, p. 49).

Antes de comentarmos as citações, convém acrescentar o diagnóstico de Julio Cotler e de Felipe Portococarrero referente ao desenvolvimento humano em dadas regiões naquele mesmo período: a costa detinha 47% da população nacional, 79% da população alfabetizada, 69% da população urbana, 69% da população eleitoral, 61% do ingresso nacional e um ingresso per capita de 123%; enquanto a serra apresentava 46% da população nacional, 41%

da população alfabetizada, 26% da população urbana, 26% da população eleitoral, 35% do ingresso nacional e 71% do ingresso per capita (COTLER; PORTOCOCARRERO, 1976, p. 267).

Como já anunciamos, essas informações parecem confirmar a existência de áreas opostas em termos de modernização capitalista e desenvolvimento humano. Mas é importante realçar alguns aspectos antes de prosseguirmos. Primeiro, embora as características da Costa sejam relevantes, são as da região serrana que mais nos interessam. Segundo, essa polarização representada por ambos os autores é fruto de uma visão essencialmente panorâmica, que se serve de generalizações típicas de uma instrumentalização metodológica, e que para os objetivos deste trabalho mais vale seu valor heurístico. Porque é evidente que, se olharmos um pouco mais de perto, as exceções saltarão aos nossos olhos. Assim, embora fosse evidente que a região serrana estivesse marcada por características pré-modernas, em meados do século XX, já era possível notar, ao mesmo tempo, algumas transformações. Transformações que foram, como pretendemos demonstrar ao longo do capítulo, fundamentais para Hugo Blanco desencadear suas ações.

De qualquer maneira, a permanência de características pré-modernas e os diversos arcaísmos da serra, em meados dos anos 50, por diversas razões, eram um fato e passaram a provocar inquietações cada vez mais intensas nos diversos grupos sociais que compunham a sociedade peruana. Dentre eles os intelectuais. Diversos estudiosos desse período, embora estivessem longe de serem os pioneiros na tentativa de compreender e interpretar o Peru, passaram a investigar o país tendo essas mesmas intenções. O objetivo era compreender os motivos pelos quais o Peru expressava realidades tão contraditórias e desiguais. Essa foi uma das intenções, por exemplo, do IEP (Instituto de Estudos Peruanos), fundado em 1964³, e que publicou o resultado dos seus primeiros estudos em uma coleção que, não por acaso, apareceu intitulado pelo sugestivo nome *Peru Problema*.

A produção intelectual do Instituto é mencionada aqui não exatamente pela legitimidade e autoridade que os estudos do Instituto possuem no meio intelectual peruano. Mas, principalmente, porque a acolhida positiva da primeira publicação pertencente à coleção

³ Dentre os objetivos do IEP, o que se pode notar é que seus intelectuais acreditavam que, valendo-se do passado, de um modelo teórico adequado para abordá-lo e se levassem em consideração as várias dimensões dessa sociedade articulando-as, poderiam descrever o processo histórico do Peru e, assim, explicar os problemas do país. Nesta perspectiva, assim expôs um dos mais prestigiosos autores do Instituto, o intelectual José Matos Mar: *Entender el Perú, diagnosticarlo, significa ante todo comprender su historia. Explicar la historia del Perú significa, a su vez, concebir un modelo teórico en el que las diversas configuraciones sociales ocurridas en su largo proceso evolutivo se ofrezcan racionalmente concatenadas e interpretadas* (MATOS MAR, 1983, p. 19).

Peru Problema, que, na ocasião, 1968, foi eleito pela imprensa como *el libro del año*, corroborava para reforçar a ideia de que existia um consenso: o Peru era um celeiro de problemas. Sendo um deles a permanência do desenvolvimento desigual que citamos.

Ao mesmo tempo, tais considerações demonstram que fica difícil menosprezar o alcance que os intelectuais latino-americanos são capazes de cultivar no interior de suas sociedades, por conta do papel de destaque que eles ocupam dentro das mesmas (ver HOFMEISTER, 2004, p. 8). Nesse sentido, é válida a interpretação que veja relação entre o título do livro e as críticas contidas em suas páginas e estrutura social e agrária peruana, bem como a relação entre o golpe militar que ocorreu no país no mesmo ano, 1968. De certa maneira, as principais bandeiras do regime erigido pelo General Velasco Alvarado como a questão da terra, a reforma agrária e o camponês eram centrais naquelas análises (cf. PINHEIRO, 2013, p. 59-60).

De qualquer forma, se é importante reconhecer as mencionadas características estruturais da sociedade peruana, em relação à costa e à serra, ainda na década de 60, bem como a existência, no período em questão, de um debate intelectual a respeito da referida estrutura, é porque ambas convergem na direção de Hugo Blanco. Este, como se sabe, atuou na serra, precisamente no vale de *La Convención*, no departamento de Cuzco, onde se deparou com diversos elementos pré-modernos, que cerceavam a vida social e política dos camponeses. Elementos estes, aliás, que apareceram mais tarde em seu trabalho intelectual. Além disso, é importante que se diga que o referido debate foi aprofundado especialmente após as ações de Hugo Blanco, pois chamou a atenção da sociedade e dos intelectuais para os problemas que acometiam, na sua maioria, o mundo rural da região serrana.

Assim sendo, chamou nossa atenção, ao mesmo tempo, o fato de muitos estudiosos, em diferentes momentos, compararem a estrutura agrária da serra peruana e o modo de vida que se levava nessas regiões ao *feudalismo* europeu. É bem verdade que a referência possa ser passível de crítica, no entanto não eram simbolicamente equivocadas. Isto foi o caso, por exemplo, de José Carlos Mariátegui (2007), Victor Villanueva (1967), Eric Hobsbawm (1969) e Manuel Burga e Alberto Flores Galindo (1994; 1997c). Em nossa concepção, essa abordagem é a constatação, mais uma vez, de que nesta região vários tipos de arcaísmos ainda regiam a vida, a economia e a política da população ali localizada.

Agora, como não é possível enveredarmos por todos os elementos que compõem a estrutura agrária do país, suas características pré-modernas e seus arcaísmos, nos ateremos àqueles que possuem importância direta para o nosso trabalho. Nesse percurso, para sermos mais exatos, abordaremos fenômenos da parte que ficou conhecida como “mancha índia”, que

compreende os departamentos da Região Andina Central e Sul do Peru, estendendo-se até algumas regiões do altiplano boliviano. Vejamos.

1.1. As *haciendas* no Peru

As *haciendas* estão diretamente ligadas às formas de apropriação da terra que foram introduzidas no Peru ao longo dos séculos que seguiram a conquista espanhola. Hugo Blanco apresentou conclusão semelhante, pois afirmou que *hacienda* “é o latifúndio importado pela conquista espanhola” (BLANCO, 1979, p. 41). Nesse sentido, suas origens remontam ao século XVI e estiveram vinculadas ao desenrolar dos processos de ocupação e exploração das terras e aos problemas envolvendo a mão de obra e a progressiva relevância da agricultura, após o declínio da exploração de metais preciosos ao final do referido século. No entanto, foram nos séculos seguintes que as *haciendas* se espalharam e se consolidaram, o que deu origem ao que ficou conhecido como *sistema de haciendas* (KEITH, 1976, p. 57).

Dentre as principais marcas desse sistema, estava o caráter privado (BURGA; FLORES GALINDO, 1997, p. 167) e extensivo de apropriação das terras (MATOS MAR; FUENZALIDA, 1976), cujo resultado foi uma intensa concentração de áreas. Aliás, se existiu algo que a colonização espanhola legou ao Peru foi justamente essa concentração: da colônia à República, a paisagem rural do país conviveu com essa característica⁴. Mas não é a mera concentração nem porque esse dado imperava justamente onde aconteceu o movimento camponês liderado por Hugo Blanco, na década de 1960 (FIORAVANT, 1974), que resume a relevância da *hacienda* para o nosso trabalho. Na verdade, a questão é que ela guardava no seu interior importantes particularidades, especialmente naquelas localizadas na região serrana, e, para alguns estudiosos, nela estariam as razões que frenavam a modernização e o fim da marginalização da população indígena e camponesa do Peru.

No entanto, mais adiante, o leitor terá a oportunidade de perceber também que tal sistema e as instituições sociais e políticas que giravam em torno dessa última não guardavam mais todo o seu vigor em meados da década de 1960. Isto é, o *sistema de hacienda* ainda era uma realidade, mas encontrava-se fragilizado, pois, além de sua constante ineficiência produtiva, passou a ser questionado pelos seus inimigos tradicionais e pelos novos grupos que

⁴ Eis os dados a respeito da concentração de terras no Peru na década de 1960: “Región de la costa. – Sobre 761,000 hectáreas de tierra de cultivo: 10% de propietarios poseen el 89% del área agrícola; 90% de poseen el 11% del área agrícola. Región de la sierra. – Sobre 9’039,000 hectáreas de cultivo y pastos naturales: 3% de propietarios poseen el 83% del área agrícola; 97% de propietarios poseen el 17% del área agrícola” (VILLANUEVA, 1967, p. 15).

emergiram no Peru dentro de um contexto de modernização social e econômica, especialmente ao longo do século XX. Ou seja, além das comunidades indígenas, que muitas vezes circundavam tais áreas, e daqueles que integravam o interior das *haciendas*, os quais Henri Favre chamou de “*gentes de haciendas*” (1976, p. 127), tal sistema passou a ser questionado pelos novos grupos.

De qualquer forma, antes de avançarmos, é necessário definirmos estas propriedades características da região sul do Peru, cujo nome também pode ser *haciendas tradicionais*. Para tanto recorreremos à definição estabelecida pelo próprio Favre:

Más que por la superficie sobre la que se extiende, la hacienda se caracteriza en efecto, por un sistema determinado de producción y de relaciones sociales que juegan en su interior. [...] llamaremos “hacienda” a toda propiedad individual de tierras, cualquiera sea su extensión, sobre la que vive una población estable, directa e individualmente ligada al propietario o a su representante por una serie de obligaciones personales, tanto materiales como simbólicas, que la mantienen en estado de servidumbre, admitida o disimulada, o por lo menos en una situación primitiva de dominación y de dependencia (FAVRE, 1976, pp. 105-106).

Em resumo, além de demonstrar quais são as particularidades das *haciendas tradicionais*, a citação acima revela a um só tempo qual é a base que a sustenta: arcaísmos econômicos, sociais e políticos. Esse conjunto era evidenciado, obviamente, pela baixa produção, irrisório desenvolvimento técnico, mão de obra servil e, fundamentalmente, através do tipo de relação que se dava entre os donos dessas *haciendas* e aqueles que estavam envolvidos ou submetidos ao seu domínio ou às suas influências de poder, como as “*gentes de hacienda*”. Porém não é este o momento para analisar tais grupos e a relação entre ambos; o mais importante agora é deixar claro que o sistema de *haciendas* na região sul do Peru estava aquém das características modernas, como pode ser confirmado pela afirmação a seguir de José Matos Mar (1980)

No obstante esa diversidad, en términos generales, además de su significación económica, la hacienda era un símbolo de poder, asociado a un particular estilo de dominación social y política. Al respecto, cabe destacar que por no representar únicamente una forma de organización productiva, sino también un patrón de establecimiento humano, la hacienda conllevaba un conjunto de relaciones sociales que combinando autoritarismo con paternalismo, siempre respondían a una misma situación: el dominio de un patrón sobre la totalidad de sus dependientes, fueran o no sus trabajadores. De modo tal que la hacienda resultaba un mundo relativamente cerrado sujeto al control del hacendado (MATOS MAR, 1980, p. 25).

Estabelecidas, nesse sentido, a origem, a permanência, a definição, bem como algumas das razões que explicam porque ela é relevante para nosso trabalho, cabe agora adentrarmos num tema que, embora possua nomes diferentes, praticamente se confundem com a *hacienda*: o *gamonal* e o *gamonalismo*. Com tais conceitos, queremos chamar a atenção para mais alguns dos aspectos da realidade que compunham o Peru profundo, inclusive uma realidade que fazia parte do vale de *La Convención*. Não obstante, a problematização desses dois conceitos abre importantes portas para uma análise que intenciona perceber as relações envolvendo *hacienda*, *hacendados* e a “*gente de hacienda*”. Caminho esse interessante também, porque, no Peru, essa relação dialogava com o delicado problema indígena (historicamente marginalizado), com o desenvolvimento do capitalismo do país, com a construção de um Estado centralizado e a própria ideia de nação.

1.2. O *gamonal* e o *gamonalismo*

Em relação ao *gamonal* e ao *gamonalismo*, inicialmente há que ser salientado que o primeiro diz respeito a um indivíduo e o segundo a um sistema. Em segundo lugar, que os dois são característicos do sul da região serrana (BURGA; FLORES GALINDO, 1994). Ambos os fenômenos, no entanto, são mais bem compreendidos se forem contextualizados; sendo assim, o *gamonal* e o *gamonalismo* se desenvolveram principalmente após a proclamação da independência, em 1821, tendo seu apogeu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (CABALLERO, 1981, p. 240). Nesse sentido, eles conversam, ainda, com uma outra característica relevante do período republicano, a saber, a fragilidade do poder central, que foi bastante evidente até 1920. Com isso, queremos dizer que o *gamonal* e o *gamonalismo* são frutos do vácuo de poder deixado pelo Estado peruano, cujo resultado foi o surgimento de poderes locais. Este poder, por sua vez, não deve ser compreendido desvinculado do domínio de *haciendas*.

Sobre os *gamonales* (ou *gamonais*), convém destacarmos que seus indivíduos formam um grupo social pouco coeso e bastante heterogêneo, uma vez que existia uma rivalidade constante entre eles, porque cada um deles refletia as particularidades econômicas, sociais e culturais das diferentes regiões que compunham a parte sul da serra (BURGA; FLORES GALINDO, 1994). Há, contudo, alguns denominadores comuns para este grupo: todos eles, por exemplo, são proprietários daquelas *haciendas* ditas tradicionais e costumam conservar e praticar algumas atitudes semelhantes em relação à maneira como exploram economicamente suas terras e como mantém a “*gente de hacienda*” sob sua influência e controle.

O *gamonalismo*, por sua vez, foi objeto de análise de muitos intelectuais, sendo um dos mais famosos o intelectual José Carlos Mariátegui. Para este autor, que escreveu no início do século XX, o *gamonalismo* e *haciendas (tradicionalis)* estavam entrelaçados. Essa estreita ligação era a prova de muitas coisas, dentre elas, que o Peru não havia conseguido avançar ou consolidar a nação liberal que o advento da República de 1821 previa. Conforme entendia, *hacienda* e *gamonalismo*, ao caminharem juntos, promoviam a formação de poderes locais, os quais fatalmente minavam qualquer intento de universalidade da lei imaginado pelo projeto liberal, uma vez que as fronteiras da *hacienda* possuíam regras próprias, por meio do recurso da força. Indo um pouco mais além, isso que expomos é um dado destacável porque, quando o *gamonalismo* e a *hacienda* inviabilizavam o projeto iniciado em 1821, isso queria dizer, igualmente, que o Estado peruano mantinha uma enorme população desassistida, assim como impedida a formação de uma cultura de participação democrática nos moldes imaginados pelos regimes republicanos do século XIX. E o que mais nos chamou a atenção, ainda, é que essa população era justamente a indígena, aquela que simplesmente compunha quatro quintos da população total. Diante disso, ainda segundo Mariátegui, o *gamonalismo* era mais uma razão que justificava até mesmo a afirmação de que o Peru era uma nação inconclusa.

Mariátegui, contudo, não percebeu no *gamonalismo* apenas um dado importante para comprovar a falência do projeto liberal e a manutenção da exclusão da população indígena, ele percebeu por esse fenômeno as razões de sua própria reprodução, por conseguinte, a permanência daquela falência. Pois, o *gamonalismo* expressava não apenas um poder econômico (*hacienda*), mas o alcance do poder político que os donos das *haciendas* estabeleceram no Peru⁵. Isso quer dizer que uma fatia considerável do Estado e de suas instituições esteve sujeita à influência direta ou indireta daqueles, fossem eles da costa ou da serra, o que, certamente, contribuiu para que muitos interesses desse grupo pudessem ser atendidos ao longo do tempo, como a manutenção de poderes locais. Não obstante, esse quadro era possível em função da rede de pessoas (funcionários públicos ou grupos sociais de uma forma geral) que os *hacendados* articulavam, mobilizavam e controlavam. Acerca do tema, Mariátegui afirmou:

⁵El factor central del fenómeno es la hegemonía de la gran propiedad semifeudal en la política y el mecanismo del Estado. Este es un fenómeno definitivamente republicano y criollo y de ninguna manera colonial, ni español. En la Colonia, los grandes propietarios de la tierra eran españoles y criollos, pero por la naturaleza del estado colonial los terratenientes gozaban principalmente de poder económico y prestigio social, no así de poder y gobierno políticos. Con el advenimiento de la República se produce el secuestro de las propiedades religiosas y fortalecimiento del poder terrateniente de los criollos. Además, desaparecida la administración colonial, los propietarios de la tierra acceden al poder político y al gobierno militar de las regiones (GALINDO, 1994, p. 169).

El término 'gamonalismo' no designa sólo una categoría social y económica: la de los latifundistas o grandes propietarios agrarios. Designa todo un fenómeno. El gamonalismo no está representado sólo por los gamonales propiamente dichos. Comprende una larga jerarquía de funcionarios, intermediarios, agentes, parásitos, etc. (...) El factor central del fenómeno es la hegemonía de la gran propiedad semifeudal en la política y el mecanismo del Estado(MARIÁTEGUI, 2007, p. 28)

Nesse sentido, tendo em vista o que afirmamos até este momento, um dos pontos que devemos chegar é o alcance do conceito em questão para se compreender os elementos que compõem a estrutura agrária da serra peruana. O outro ponto, e mais importante, é que o *gamonalismo* ainda persistia no Peru em meados do século XX. Sobre isso, o autor Fioravanti (1974, p. 57-58), por exemplo, demonstrou, através de sua pesquisa, o alcance desse fenômeno justamente no vale em que Hugo Blanco atuou. E o interessante, por sua vez, é que o próprio Blanco parecia reconhecer o fenômeno do *gamonalismo*, pois os localizamos em seus escritos, apesar da edição brasileira se referir ao tema em questão através do termo *caciquismo*, como é possível observar nesta passagem: “o caciquismo de La Convención e Lares levou a estes vales as relações de produção e o sistema de exploração serrano” (BLANCO, 1979, p. 44)

No capítulo em que discutimos as ideias de Hugo Blanco, por exemplo, demonstramos como o *gamonalismo*, elemento característico da serra peruana, e que prosperou no vale de *La Convención*, foi fundamental para Blanco desempenhar sua característica de intelectual, pois foi a partir deste fenômeno que ele sustentou a aplicação daquilo que Leon Trotsky chamava *poder dual* à realidade peruana. Neste particular, consideramos que, de certa forma, Blanco procurou “peruanizar” o trotskismo.

1.3. Os Camponeses

Existe, ainda, outro tema que exige nossa atenção e que está diretamente relacionado com tudo o que foi dito até agora: os camponeses. Estes são, aliás, os personagens que muito nos interessa, afinal, foram estes que Hugo Blanco liderou no vale de *La Convención*, na década de 1960. Contudo, é necessário realizar algumas breves advertências sobre o grupo em questão e sobre os movimentos que estes desencadearam ao longo de sua história peruana. Etnicamente falando, a maior parte da população peruana é composta pela população indígena, e a grande maioria desta está localizada na região serrana. Porém, ainda que

eticamente possam ser assim classificados, por conta de toda uma peculiaridade histórica que vincula as lutas desses grupos aos movimentos sociais, em um processo de auto reconhecimento, nós os trataremos como camponeses, até porque, como afirmava José Carlos Mariátegui “*La raza indígena es una raza de agricultores*” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 42).

Além disso, para o nosso trabalho, existe um tipo de camponês que nos é mais interessante, são aqueles que estavam fixados no interior das *haciendas*, chamados também de “*gente de hacienda*” ou de colonos. Por fim, tais informações são importantes porque revelam um outro dado sobre os movimentos campesinos peruanos, a saber, que o protagonismo, nesse período, havia sido transferido das comunidades para os colonos, por conseguinte, para o interior das *haciendas* (BURGA; FLORES GALINDO, 1997c).

Os camponeses integravam a estrutura agrária da serra peruana. No sul, tendo em vista o que foi dito até este momento, a maioria deles estava sujeita à vida oferecida pelas *haciendas tradicionais*, ou seja, eles estavam submetidos às expressões arcaicas dessa instituição. Neste, em particular, era muito comum a concessão de terras aos camponeses em troca de trabalhos a serem realizados nas terras do gamonal. Acerca do assunto, assim escreveu Hugo Blanco, na obra *Terra ou Morte*:

O hacendado dá uma parcela ao camponês para que este trabalhe em benefício próprio. Como pagamento (...) o camponês, colono, “índio de hacienda”, é obrigado a trabalhar nas culturas do hacendado. Esta relação do tipo feudal se complementa com outras obrigações do camponês: trabalho gratuito nas construções, caminhos (faenas), transporte dos produtos, trabalho doméstico em casa do patrão (pongo), etc. Muitas destas obrigações incluem a família do camponês (BLANCO, 1979, p. 42)

Acontece que as manifestações desse arcaísmo eram resultado de diversos condicionamentos, garantidos por fatores que iam da condição estrutural da região à maneira como os *gamonais* expressavam seu poder sobre os camponeses. Quem comentou sobre o resultado desse desenho sobre a vida dos camponeses foi o sociólogo Julio Cotler (1969), cuja conclusão foi a elaboração de um modelo esquemático bastante conhecido: o triângulo sem base, como mais abaixo explicamos.

Antes, contudo, comentaremos sobre os traços que formavam o referido desenho. Para Cotler (1983), estes eram alguns dos principais condicionamentos: o monopólio da terra; a baixa urbanização da região; a pouca diversificação sócio-ocupacional, uma vez que a grande maioria da população economicamente ativa se dedicava às atividades agropecuárias; o baixo

desenvolvimento tecnológico; o isolamento geográfico da população camponesa; e o alto índice de analfabetismo, que neste caso significa o desconhecimento da língua castelhana.

Tais elementos limitavam o horizonte de possibilidades dos camponeses, fazendo com que a grande maioria desses continuassem vinculados à sua região, adequando-se às oportunidades que ali eram oferecidas, bem como as propostas de trabalho, no regime de colonato, que, em última instância, não significava outra coisa que a sujeição ao trabalho servil no interior de alguma *hacienda* de algum *gamonal*, à semelhança de como Hugo Blanco descreveu logo acima, como é possível identificar na seguinte afirmação de Julio Cotler:

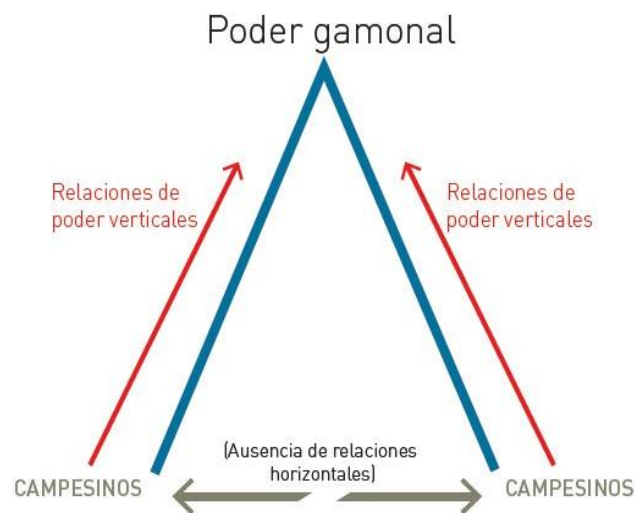
Este sistema supone que el propietario mestizo ofrece en usufructo indefinido una parcela de tierra o de pastizales al trabajador indígena a condición de que éste le retribuya con ciertas “obligaciones”. La retribución que debe prestar el indígena es variada: trabajar gratuitamente la tierras de la hacienda durante un número de días a la semana, pastear los animales de la misma, prestar servicios domésticos en la casa-hacienda o en la residencia urbana del propietario, venderle a éste, y al precio que establece, los excedentes que pueda lograr el colono-indígena, etc. (COTLER, 1983,p 175).

Esses condicionamentos, ao mesmo tempo, colocavam o *gamonal* numa situação privilegiada, que, ao fim e ao cabo, era reconhecida inclusive pela população camponesa. Ainda segundo Cotler (1983), essa posição desfrutada por parte dos *gamonais* era possível porque estes controlavam os recursos-chave da região: a terra e a educação. Tais controles lhes forneciam autoridade, as principais fontes de capitalização e, fundamentalmente, a capacidade de serem intermediários, também comerciais, entre as instituições estatais e a população camponesa, uma vez que, para tanto, previa-se o conhecimento da língua castelhana. Por fim, como resultado dessas condições estruturais, da posição do *gamonal* nela e do reconhecimento dos camponeses frente àquele, emanavam e se sobressaiam as relações pessoais entre esses dois, que, se por um lado minavam a articulação dos camponeses entre si, por outro, elevavam-se os laços que animavam a dependência e a convivência destes com os *gamonais*. Neste ponto, devemos recordar a importância do paternalismo⁶.

Em resumo, se mantivermos um pouco mais de atenção sobre o tema em questão, tudo isso que expressamos segue o modelo esquemático desenvolvido por Julio Cotler (1969) e

⁶Assim afirmaram Manuel Burga e Flores Galindo acerca do tema: “*el paternalismo era una de las actitudes que legitimaba la explotación del gamonal. Aparecía confundido con un despotismo despiadado. (...) El trato con sus colonos oscilaba entre la ternura y la violencia. Se sentían padres de sus indios, los podían amar y castigar* (1994, p. 165).

denominado como “triângulo sem base”. O modelo de Cotler tem esse nome, pois os integrantes que compõe a suposta base dessa pirâmide encontram-se desarticulados e fragmentados, não estabelecendo relações horizontais entre si. São, portanto, uma população que não consegue se converter em uma classe social, deixando o modelo analítico desprovido de um alicerce (conforme observamos na figura abaixo). Ao mesmo tempo, os integrantes da base estão diretamente ligados à elite, através de mecanismos que convergem para cima, mas sem que isso resulte em vínculos com seus pares. De baixo para cima existe uma poderosa amarração, de cunho personalista e que contribui ainda mais para o isolamento entre os membros da “base”. Neste sentido, o que estrutura esta pirâmide, ou seja, o que faz dela um modelo que se sustenta, é o patriarcalismo. Tais relações estabelecidas entre a população fragmentada e as elites coesas representam as laterais do triângulo. Neste processo, os *gamonais* desempenham um papel decisivo, pois são aqueles responsáveis por articular os polos do modelo.



Fonte: <http://perueconomico.com/ediciones/69/articulos/1253>

Por fim, cabe agora problematizar como toda essa estrutura agrária, principalmente esta última parte, que tratou da relação entre *gamonais* e camponeses, se entrelaça com a trajetória de Hugo Blanco. De uma maneira geral, identificamos que os elementos aqui tratados também apareceram de alguma maneira no trabalho intelectual de Blanco, mas apareceram carregados de reprovação. Assim, notamos que Hugo Blanco foi um sujeito em constante desacordo com as condições a que eram submetidas os camponeses. Nesse sentido, sua ação revolucionária e intelectual nunca deixou de atacar e reivindicar o fim dessa estrutura que mencionamos. Em *La Convención*, por exemplo, enquanto esteve junto aos

camponeses, Hugo Blanco orquestrou, com estes últimos, diversas investidas contra as *haciendas* e o *gamonalismo*, por exemplo.

Mas este posicionamento, obviamente, não era proveniente apenas de seu vínculo com o socialismo que, no seu cerne e na sua vertente revolucionária, como o trotskismo, prevê imediatamente o fim dessas estruturas arcaicas no campo, isto é, a Revolução Agrária⁷. Ou seja, há outros fatores além deste que queremos chamar a atenção neste momento. Desta forma, aquele posicionamento, na verdade, era em razão também de suas concepções em favor dos indígenas peruanos, por conseguinte, em razão de seu indigenismo, incorporados durante a sua primeira infância e pela literatura indigenista, que foi lida por Blanco durante sua juventude (VILLANUEVA, 1967). E, apesar de retomarmos e ampliarmos a questão do indigenismo em outro momento, convém adiantar desde já que esta literatura tinha a particularidade de chamar bastante atenção para o mundo rural, principalmente, para as formas de interação entre *gamonais* e camponeses (BOURRICAUD, 1989, p. 48).

Assim, tendo, em grande medida, o referido mundo como pano de fundo, essa literatura, desde o final do século XIX, tornou-se uma valiosa testemunha e divulgadora, no interior da sociedade peruana, sobre importantes elementos que faziam parte da estrutura agrária serrana, como as *haciendas* tradicionais e os elementos que giravam em torno dela. Além disso, de maneira poética, chamava atenção para as relações humanas que nasceram dentro dessa estrutura. Um breve olhar sobre algumas obras, como fez Bourricaud em relação ao livro *El mundo es ancho y ajeno* de Ciro Alegria e *Yawar Fiesta* de José María Arguedas, é o suficiente para compreender que o que prevalece nessa literatura é um universo de relações desiguais de conflito entre *gamonais* e os camponeses.

Com isso, ainda que estivesse na essência do trotskismo a revolução agrária, consideramos que é significativo o vínculo entre indigenismo e Hugo Blanco para compreendermos as origens da ação intelectual e revolucionária do mesmo, especialmente a defesa apaixonada dos índios camponeses e o ataque também apaixonado à mencionada estrutura agrária. Afinal, em uma carta a um dos maiores romancistas peruanos, José María Arguedas, em 1969, Hugo Blanco não apenas exaltou grandes nomes da literatura indigenista, como os responsabilizou por alimentar o mencionado sentimento de amor e ódio, após o fazerem perceber, na sua visão, as injustiças a que eram submetidos os camponeses peruanos:

⁷ A Revolução Agrária que integra o pensamento trotskista prevê o ataque às estruturas arcaicas/feudais que predominam no campo. No entanto, ela não significa uma coletivização forçada e imediata das terras. Na verdade, essa Revolução supõe o fim do regime de servidão, o parcelamento das terras entre os camponeses e incentivos a favor do desenvolvimento produtivo dessas terras. Tal, noção, por exemplo, apareceu no livro *Programa de Transição* (p. 41-42, 1978), escrito por Leon Trotsky. Ao mesmo tempo, no Trotskismo, a Revolução Agrária é observada como uma etapa fundamental dentro do processo revolucionário.

“por eso (...) mucho respeto a esos señores: Clorinda Matto, Ciro Alegría, Jorge Icaza, Enrique López Albújar. Esos señores pusieron la semilla en mi corazón cuando sólo era un muchacho, ellos también ayudaron para que mi sangre hirviera, me hicieron ver lo que no veía” (BLANCO, 2009, p.9)⁸.

1.4. Alterações sobre as estruturas da região serrana

No início desse capítulo, nos valem das afirmações de François Bourricaud, de Julio Cotler e Felipe Portocarrero para chamarmos a atenção para os arcaísmos que ainda existiam na serra em meados do século XX. No entanto, não devemos encará-los como fenômenos que guardavam toda sua força e coesão. De certa maneira, neste mesmo período, verificou-se que tais estruturas começavam a perder seu vigor por conta de transformações sociais e econômicas no Peru e que finalmente começavam a refletir no campo. Em outras palavras, o famoso triângulo sem base de Julio Cotler encontrava-se fragilizado. Como consequência, podemos citar, inclusive, o movimento camponês de Hugo Blanco, pois tanto emergiu como se espalhou para outras regiões se alimentando de tais desgastes.

Esse novo panorama vivido pelo Peru, por sua vez, se deu por conta de uma conexão mais orgânica entre as regiões que integravam à sociedade global, que, há tempos, mas principalmente nesse período (anos cinquenta), passava por intensas transformações modernizantes. Contribuíram, ainda, reformas na estrutura de educação, saúde e na área de medicamentos que proporcionaram um aumento da natalidade infantil, provocando um crescimento populacional. Ao mesmo tempo, a incorporação de tecnologia no setor da produção permitiu reconfigurações nas formas de trabalho tradicionais. Como afirmou Hugo Neira (1968, p. 49) “*El impacto modernizante penetrará profundamente en el área de sombra sureña*”. Vejamos essa questão com mais calma.

As importantes transformações que atingiam o Peru, bem como suas principais consequências, podem ser expressas pela seguinte afirmação de Alberto Andriazén (1990, p. 15): “*1950, para muchos peruanos, es un año casi mágico. Es el inicio de lo que muchos sociólogos y científicos políticos han llamado la nueva industrialización, modernización y urbanización*”. Estas foram responsáveis por mudarem, senão completamente o desenho, a maior parte das cores e dos traços que desenhavam a sociedade peruana. Se seguirmos alguns

⁸BLANCO, H. Cartas entre José Maria Arguedas e Hugo Blanco. Lucha Indígena Lima, 22 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.luchaindigena.com/wp-content/uploads/2009/06/Cartas-entre-Jos%C3%A9-Mar%C3%ADa-Arguedas-y-Hugo-Blanco.pdf>. Acesso em: 20/02/2017.

autores, como Wilfredo Kapsoli (1982), Pedro Gibaja Vargas Prada (1983), Julio Cotler (2006), Giorgio Alberti (1976), dentre outros, o novo momento que o país vivia foi seguido por novidades no interior dos grupos que até então haviam tido maior protagonismo na condução da política do país, dando espaço para a ascensão de outros mais próximos dessas transformações, cuja consequência foi privilegiar áreas e grupos que não estivessem restritos aos setores primários da produção.

Assim sendo, e tendo em vista a afirmação de Andriazén (1990), profundas alterações acometeram a economia nacional, pois o país deixava de ser predominantemente agrário; o protagonismo, para sermos mais exato, passou a ser evidenciado na economia de tipo urbano. Entre 1950 e 1963, a participação da agricultura para a conformação da riqueza nacional baixou de 35% para 20%. Seguindo essa linha, a força de trabalho, entre 1950 e 1970, diminuiu a porcentagem da população ativa no campo, enquanto a de tipo urbano deu importantes saltos positivos (COTLER, 2006, p. 232-233).

Como a agricultura perdia espaço, os grupos atrelados a ela diminuíram sua participação na vida nacional, tanto no nível econômico como no nível político, cedendo, por conseguinte, espaço para que setores urbanos se fortalecessem. De todo modo, a partir dessa nova onda de transformações capitalistas, a pressão imediata recaiu em maior medida sobre as *haciendas* ditas tradicionais. Uma das principais razões desse processo estava na baixa renda *per capita* que essa agricultura rendia ao Peru: em 1960 ela gerava um valor de 23% abaixo da média de outros 51 países de população semelhante (COTLER, 2006, p. 235). Outro fator girou em torno da incapacidade dessa agricultura de suprir com alimentos uma população que não parava de crescer em números, o que levou os governantes a recorrerem à importação de alimentos. Acerca do assunto, Flores Galindo e Manuel Burga escreveram: “*la mayoría de las haciendas persistían en ser tradicionales, rutinarias, mientras la demanda interna, sobre todo de productos alimenticios, había aumentado. Inicialmente esta demanda fue cubierta (...) recorriendo a las importaciones de alimentos*” (BURGA; GALINDO, 1997c, p. 210).

Neste quadro de modernização, podemos perceber que esta provocou na sociedade peruana uma melhoria na qualidade de vida de maneira generalizada. Com mais acesso a hospitais e medicamentos, a população passou a crescer. Este fato que poderia ser comemorado, no entanto, provocou um desmoronamento da estrutura *gamonal* no sul andino, uma vez que o crescimento populacional gerou também um exército de mão de obra que não conseguia ser incorporado pelas *haciendas* tradicionais, que, ao seu passo, não tinham capacidade para produzir alimentos suficientes para toda essa gente que se agigantava ao seu redor. As insatisfações aumentaram e a radicalização passou a ser uma opção contra um

sistema que, além de autoritário, agora já não conseguia gerar sustento aos camponeses atrelados a ele.

Diante disso, a solução para muitos camponeses que viviam nessas regiões foi a de deixar suas famílias e migrar para outros lugares do país onde poderiam ganhar dinheiro. A partir dos anos 40, a população serrana partiu em direção à costa. População essa que se colocou em movimento devido, em grande medida, aos seus referidos problemas internos, como a falta de terra e o aumento demográfico, mas principalmente pelas atrações que o desenvolvimento urbano-industrial oferecia àquela população, com destaque para o consumo, a educação e oportunidades de emprego.

No entanto, dada sua magnitude e também ao caráter dependente do desenvolvimento econômico peruano, essa mesma migração foi responsável, como defendeu Aníbal Quijano (1978), por criar grandes bolsões de marginalização nas cidades: as conhecidas “barriadas”. Longe de ser uma solução para os problemas de falta de emprego, a migração representou uma transferência da pobreza para os setores urbanos, diante de um país que, resistente à modernização, não conseguia incorporar e transformar essa massa de pessoas em trabalhadores. O fato, em última instância, é que as ditas transformações foram insuficientes e incapazes de incorporar toda a população que se deslocava. A título de exemplo e para nos aproximarmos um pouco mais da dimensão dessas migrações, observemos estes números trazidos por Julio Cotler e Felipe Portocarrero: “*las 17 ciudades mayores de 20.000 habitantes de la costa aumentaron su población en 240% (...)*” (1976, p. 270). E, por fim, tais *haciendas*, mas principalmente *ogamonalismo*, tiveram sua legitimidade questionada após os movimentos campesinos da década de 60, isto é, durante o movimento liderado por Hugo Blanco. Sem essas transformações, talvez fosse impossível que o empreendimento de Blanco obtivesse o sucesso que teve.

Se a modernização da economia peruana e os grupos que faziam parte desse processo, de uma forma ou de outra, colaboraram para fragilizar a manutenção das *haciendas* tradicionais da região serrana, uma vez que passaram a perceber os problemas que ela gerava, os golpes sobre aquela advieram também de seu próprio entorno. Seu auge, certamente, foram as revoltas camponesas dos anos 60, mas, antes delas, um conjunto de fatores deram sua contribuição. Para as nossas preocupações, por sua vez, apenas alguns merecem maior atenção.

Primeiramente podemos começar mencionando aquilo que Guillermo de la Peña (2009) chamou de “capitalização da agricultura”, que, aliás, foi bastante característico no vale de *La Convención*, onde Hugo Blanco atuou. Na ocasião, a região se tornou uma grande

produtora de café, com vínculos com o mercado nacional e internacional, situação esta que conduziu a um choque de interesses entre camponeses e *hacendados*. Os primeiros descobriram, por iniciativa própria, as vantagens do cultivo e da venda do café, que era realizado nas terras que lhes eram concedidas em troca de trabalho, e passaram a perceber cada vez mais as desvantagens que a manutenção dos arcaísmos e da concentração fundiária causavam sobre seus interesses econômicos. O resultado, mais tarde, mediante a liderança de Hugo Blanco, foi a contestação não apenas do tipo de relação de trabalho pouco capitalista que ligava camponeses e *hacendados*, mas a contestação do próprio sistema de *hacienda*, uma vez que os camponeses passaram a ocupar as terras, a expulsar os *gamonais* e a implementar uma reforma agrária.

Outro fenômeno importante foi a proletarização dos camponeses, dentro de algumas *haciendas*, que procuraram se modernizar em resposta aos novos tempos. Isto provocou uma maior monetarização da região. Vantagens também foram trazidas pelas construções de estradas, em que se destacam também a chegada da linha de trem, e que possibilitaram a intensificação de intercâmbios, especialmente comerciais, alcançando a dimensão internacional (comércio de lã e café). A abertura de linhas férreas e rodoviárias não apenas trouxe mais dinamicidade econômica à região, como promoveu um encurtamento na distância entre sul andino com a capital e outros setores urbanos em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que isso expandiu o horizonte de possibilidades dos camponeses, que poderiam imaginar uma nova vida construída na cidade, também representou um maior intercâmbio de experiências de mobilização entre os movimentos sociais e intelectuais da costa e da serra. Isto fica claro com a adoção do modelo de sindicatos por parte dos camponeses, como discutiremos mais adiante.

Com um olhar mais aguçado, como já dissemos, é possível considerar tais mudanças e novidades pontos essenciais para a fragilização do poder dos *gamonais*, uma vez que as relações “personalistas” entre este último e os camponeses eram incompatíveis com a proletarização destes. Por outro lado, a abertura de novas rotas de transporte também comprometia o *gamonalismo*, à medida que dava mais mobilidade aos camponeses, fato que retirou dos *gamonais* a sua condição de intermediários, fosse para o comércio, fosse para o diálogo com as instituições estatais ou com os caudilhos da região. Em relação às estradas, se insistirmos um pouco mais nesta questão, veremos que Flores Galindo foi muito mais preciso em sua análise do que Wilfredo Kapsoli (1982), que via na *Ley de Conscripción vial*, do governo de Leguía (1919-1930), a consolidação do poder do capital estrangeiro e das oligarquias regionais sobre a população indígena e camponesa do interior do país. Parece que,

ao menos nas décadas seguintes, esta equação mudou completamente de figura, sendo responsável por fragilizar esse poder. De qualquer forma, tais fatores, apesar de fundamentais, não encerram o assunto, porque falta mencionarmos a sindicalização agrária, isto é, a reivindicação econômica do trabalhador dentro das normas previstas pela lei, que, em último caso, foi outro golpe sobre as *haciendas* tradicionais.

A sindicalização agrária nos importa, primeiramente, porque foi um dos responsáveis por fornecer aos sujeitos atomizados e que ocupavam a parte inferior do triângulo sem base de Julio Cotler (1969) as relações horizontais de que eram destituídos; por conseguinte, forneceu organização e articulação. Em segundo lugar, a sindicalização merece atenção porque foi a organização de massa preferida de Hugo Blanco. Entre 1958 e 1963, por exemplo, Blanco fundou dezenas de sindicatos camponeses na região onde atuou. Contudo, em seu trabalho intelectual e revolucionário, como demonstramos especialmente no último capítulo, foi possível identificarmos a intenção de ultrapassar os objetivos que animaram a fundação dos primeiros sindicatos na região, uma vez que derramou sobre as novas organizações um tom com conteúdo mais revolucionário do que, necessariamente, econômico.

No Peru, o sindicalismo não possui uma história muito antiga, desenvolveu-se durante as primeiras décadas do século XX, especialmente na região da costa, onde a modernização estava dando seus primeiros passos, fosse dentro da economia urbano-industrial, fosse na produção agrícola. O mais interessante, no entanto, é que esse tipo de organização, aos poucos, penetrou na região serrana. É verdade que estes não chegaram a ter a mesma importância e o reconhecimento do Estado e dos principais partidos de massa do período, como tiveram os sindicatos da costa, mas foram suficientes para organizar e dar voz aos camponeses localizados na outra parte do país.

A presença de sindicatos significava, ainda, algumas outras mudanças que acometiam o cerne dessa população. Dentre elas, as formas de organização e reivindicação mais próxima da realidade urbana, que se concretizavam na própria figura do sindicato e em algumas estratégias de luta, como a greve. Cotler e Portocarrero (1976, p. 270-271), no interior dessa perspectiva, mencionaram a importância do aprofundamento dos contatos entre a região da costa e da região serrana, que se davam pelos meios de comunicação de massa e pelas migrações. Essas, ao mesmo tempo em que colocaram os camponeses mais próximos das formas de luta que envolvia o proletariado da região da costa, não desligaram os camponeses de suas *haciendas* ou de suas comunidades de origem, fazendo da manutenção desse contato o caminho pelo qual o sindicato foi sendo incorporado pela população campesina da região da serra. Foi esse tipo de organização, portanto, que passou a se valer os camponeses,

principalmente do interior das *haciendas* (os colonos) para alcançar seus objetivos. Acontece que isso revelou, a um só tempo, outros pontos importantes: a mudança na forma e no conteúdo dos movimentos camponeses, pontos estes bastante característicos após 1945, como vamos demonstrar agora.

Com o passar do tempo, as exigências dos camponeses ganharam elementos mais modernos, que estavam muito mais próximos daquelas transformações ligadas à capitalização da economia campesina e do estreitamento dos contatos entre mundo urbano e rural do que dos elementos próprios do mundo indígena. Passaram, nesse sentido, a lutar pelo cumprimento da lei, que proibia, dentre as várias coisas, os trabalhos gratuitos e garantia jornadas de 8 horas, bem como pela manutenção da posse da terra e pelo fim das arcaicas relações sociais e econômicas. Segundo Eduardo Fioravanti, por exemplo, ao comentar sobre os sindicatos localizados na região onde tivemos a atuação de Hugo Blanco, “*el movimiento sindical de La Convención y Lares es la respuesta adecuada del campesinado para eliminar los frenos al desarrollo del sistema capitalista*” (FIORAVANTI, 1974, p. 6).

Nesse sentido, é válida a afirmação de que as demandas dos camponeses ganharam novos contornos, evidenciando o distanciamento e a perda do protagonismo dos elementos característicos do mundo indígena para que os camponeses se colocassem em movimento. Essa constatação, por sua vez, não pode ser observada como algo banal, pois demonstra uma mudança significativa em relação ao movimento camponês de outros tempos, como ressaltou Pedro Gibaja Vargas Prada (1983) ao comentar os movimentos campesinos entre 1945-1964. Segundo argumentou, a mobilização e as exigências dos camponeses tinham um caráter mais reformista, o que contrastava bastante com os anseios e como até então a população camponesa dessas regiões havia demonstrado seus descontentamentos e exigido mudanças. Seguindo esta análise, anteriormente a mobilização dos camponeses girava em torno de revoltas violentas, imersas em ideologias que conversavam diretamente com perspectivas advindas do interior da sociedade indígena. O conteúdo dessas mobilizações era, portanto, marcado por perspectivas milenaristas, nativistas e messiânicas, fato que irá perder a força em meados do século XX. Se observarmos o livro de Wilfredo Kapsoli *Los movimientos campesinos en el Peru 1879-1965* (1982), já mencionado aqui outras vezes, quando este tratou dos levantes da década de 1920 e dos posteriores a 1945, é possível confirmar essa descontinuidade pontuada por Pedro Gibaja.

Portanto, os pontos abordados até aqui são relevantes porque falam, direta ou indiretamente, do mundo que Hugo Blanco ia encontrar ao fazer sua travessia da cidade para o campo. Neste novo ambiente, ele se deparou com a maioria dos arcaísmos que descrevemos

até o momento. Porém, como já anunciamos, tratava-se de um universo também em reconfiguração, onde o clássico triângulo sem base de Julio Cotler (1969) começava a desmoronar, em virtude das transformações pontuadas. Ademais, desmoronava também o poder dos *gamonais*, uma vez que estavam perdendo apoio de tradicionais aliados da região costeira (KAPSOLI,1982, p.119), e tal isolamento gerou e acelerou os questionamentos de vários grupos envolvidos no desenvolvimento urbano-industrial do Peru após 1945 e acentuados após 1956.

Se não bastasse, a penetração de perspectivas mais capitalistas e progressistas, ou seja, mais modernas, fruto de intercâmbios comerciais e culturais entre as regiões urbanas e rurais, foram ainda, pelos caminhos abertos que passaram a conectar mais intensamente tais áreas, fatores estes que se somam à referida fragilização. E, para encerrar, nos referimos à sindicalização dos camponeses. Desta feita, a partir de agora, nos ataremos ao contexto histórico peruano mais próximo do poder central.

1.5. Hugo Blanco, vida, e contexto histórico do Peru entre 1920 e 1970.

Em 1919, mais um capítulo era escrito na história do Peru republicano. Depois de complicada eleição, ascendia ao poder, nas palavras de Flankin Pease, “*el personaje más relevante de la política peruana de la primera mitad del siglo XX*” (1995, p. 162): Augusto Bernardino Leguía, nascido em Lambaye, em 1863. Apresentando-se como aquele que conduziria o Peru rumo ao mundo moderno, atraiu a atenção e simpatia de diversos grupos que foram aparecendo e tomando corpo ao longo das primeiras décadas do século, como: a classe média, os operários e os universitários, sendo os discentes da Faculdade de San Marcos os que o nomearam de *Maestro de la Juventud*. Conseguiu apoio também dos camponeses e de indigenistas, com seu discurso, pelo menos no início, a favor desses dois últimos.

O tom daquelas eleições foi marcado por um evidente desgaste do partido da situação, o Partido Civil, e pela aglutinação dos grupos opositores formados por constitucionalistas, liberais e democratas em torno de Leguía. Este se sagrou vencedor; no entanto, o poder só foi conquistado por meio de um golpe de Estado, pois se temia que a ala derrotada anulasse as eleições por desconfiarem de fraudes. Seguiu-se o golpe e a dissolução do Congresso, mas logo reaberto, com membros apoiadores do novo governo. Para Carlos Contrera e Marcos Cueto (2007, p. 236), é nítido que tais ações destinavam a dar maior poder de decisão nas mãos do Executivo, que, aliás, foi uma das principais marcas ao longo do período em que Leguía esteve na direção do Estado peruano.

Leguía permaneceu como chefe máximo da nação entre 1919 e 1930. Com o auxílio de intelectuais, como o do positivista Mariano H. Cornejo, denominou seu governo como um momento de ruptura por excelência e, adotando o lema *Patria Nueva*, tentava sinalizar que novos tempos chegavam ao país. O que deveria ser ultrapassado era o velho Peru, representado, política e socialmente, pelo domínio do Partido Civil, que desde 1899 mantinha-se no poder, com a exceção do período do governo de Guillermo Billinghurst (1912-1914).

As acusações de Leguía, bem como as várias críticas que, ao longo do tempo, muitos intelectuais destinaram ao período do civilismo, eram um ataque geral à maneira como esse partido se apossou do Estado e organizou a sociedade e os recursos da nação, pois era evidente, aos olhos dos acusadores, o caráter oligárquico desse empreendimento⁹. Nesse sentido, não foram desacertados os estudiosos que nomearam o período em questão de “República Aristocrática”.

Alberto Flores Galindo (1994), que se consagrou como um especialista neste período, chamou de oligarquia o grupo social que comandou tal República. Além de uma certa coesão econômica e cultural, esse grupo ficou conhecido por ser numericamente reduzido, por se manter distante dos grupos populares e por ter sido destituído de projetos que dessem ao Estado a capacidade de ser uma instituição em condição de acolher e integrar toda a população, especialmente daquela que compunha a maior parcela da população peruana: os camponeses. Para as nossas preocupações, por sua vez, esse momento da história peruana merece ser destacado porque foi característico dele o poder representado pela posse da terra e o fortalecimento de vários mecanismos culturais, econômicos e institucionais que promoviam e mantinham a marginalização e a exploração da população camponesa da região serrana e que podem ser exemplificados pela violência e os arcaísmos vistos nas seções anteriores. Dentre eles, podemos destacar o *gamonal*, que, segundo o mesmo autor, possuía uma relação orgânica com a oligarquia da costa: “*En la relación entre oligarquía y clase subalternas ocupó un lugar decisivo, como nexo, el gamonalismo*”. (BURGA; FLORES GALINDO, 1994, p. 140). Por isso, tendo em vista que Hugo Blanco foi um personagem típico do momento de desarticulação do modelo oligárquico, é interessante que também saibamos como o mesmo se constituiu.

⁹ Podemos entender o conceito de oligarquia segundo a definição de François Bourricaud “*Aquí se enlazan dos nociones, la de um poder absoluto y la de que ese poder está ejercido pou um número reducidísimo de personas*” (1989, p. 39).

Para derrotar os civilistas, cujos membros, em sua maioria, eram grandes proprietários de terra da costa e da serra peruana, e ligados à produção agroexportadora, Leguía se aproximou dos grupos mais próximos do desenvolvimento capitalista do país: a burguesia industrial, os operários e classe média, e se valeu da incapacidade daquele governo de incorporar politicamente tais grupos. Com isso, o representante da *Pátria Nueva* não apenas chegou ao poder, como selou a derrota política do Partido Civil, haja vista que as eleições de 1919 foram as “últimas” desse partido (PEASE, 1995, p. 163), pois em todos os pleitos posteriores seus membros apareceram junto a outros grupos, isto é, compondo frentes partidárias.

A derrota civilista estende-se ainda a outro âmbito: o Cultural, o que demonstra, a um só tempo, que esse grupo não se mantinha apenas baseado em poder econômico. Contribuíram para isso a Reforma Universitária de 1919 e a emergência da geração intelectual dos anos 20, que, como veremos, trouxe José Carlos Mariátegui e Raul Haya de la Torre, dois importantes nomes para o estudo da esquerda peruana; o exílio que um dos principais intelectuais civilistas se impôs, José de la Riva Agüero, muitas vezes foi interpretado como a evidencia dessa derrota. Contudo, convém lembrar que de nenhuma forma a derrota foi econômica. De nenhuma forma as condições materiais da oligarquia que formava tal partido, no início do século XX, foram atacadas, daí uma das razões para que as *haciendas* e o *gamonalismo* continuassem imperando em algumas regiões do país.

Apesar do discurso de Leguía, as reformas modernizantes atingiram apenas alguns setores urbanos e não conseguiram avançar sobre a serra, a não ser timidamente. De uma forma geral, é possível identificar em Leguía alguém que desejou modernizar o Peru. Se não atacou o poder econômico dos *hacendados*, incentivou os grupos industriais, atendeu a algumas reivindicações dos trabalhadores e, em relação à classe média, para Franklin Pease (1995), o período de Leguía simplesmente significou a ascensão dessa classe. O projeto de caráter mais progressista do presidente não estava apenas no apoio e na aproximação desses grupos, mas especialmente também nas reformas urbanas nas várias capitais do país, nos projetos viários que passaram a integrar regiões isoladas e na criação dos mecanismos de centralização política, com a criação do *Banco de Reserva del Perú*, a passagem da propriedade das águas para as mãos do Estado, o fortalecimento das instituições militares e a ampliação da burocracia estatal. Essa centralização, por exemplo, provocou certo desequilíbrio, apesar de incipiente, no poder dos *gamonais* da região serrana, pois passou a minar os poderes locais.

No entanto, seu governo desgastou-se por diversos fatores ao longo do tempo. Nem mesmo os elogios vindos de estrangeiros, como aquele proferido pelo embaixador dos Estados Unidos, que chamou Leguía de “*El gigante del Pacífico*”, foram suficientes para mantê-lo a frente do Estado. Mas quem selou de fato sua queda foi a crise do capitalismo mundial do final dos anos 20, uma vez que todo seu projeto era dependente dos empréstimos norte-americano e do bom funcionamento do comércio mundial. Isto é, dependia em grande medida de tudo aquilo que a Crise de 1929 colocou abaixo. Não por acaso, portanto, 1930 significou o fim do *oncenio de Leguía*.

Apesar de seu colapso final, o período de Leguía proporcionou o surgimento de novas possibilidades de discursos identitários e de projetos culturais de construção da nação peruana que antes estavam alijados pela presença da oligarquia no poder. Com a maior articulação de setores médios e a breve migração de camponeses para a costa, a temática do indígena começou a ganhar as páginas de livros, revistas e jornais. Justamente por isso, no início do século, o Peru foi marcado por um dos seus movimentos culturais mais simbólicos: o indigenismo. De maneira geral, esse movimento, no continente, conheceu seu apogeu entre os anos de 1920 e 1970 e esteve ligado às perspectivas humanistas, bem como com o contexto dos países latinos do final do século XIX e início do século XX, a saber, o desenvolvimento capitalista e a construção da nação. Justamente por isso foi um movimento profundamente marcado por seu tom ideológico, político e social, promovido especialmente por intelectuais. De um modo geral, podemos afirmar como fez Henri Favre, “(...) o indigenismo na América Latina é, em primeiro lugar, uma corrente de opinião que tende a proteger a população indígena, a defendê-la das injustiças de que é vítima e a fazer valer das qualidades ou atributos positivos que reconhecem” (2011, p. 3).

Essa noção, carregada de humanismo, acompanhou as diferentes expressões indigenistas que apareceram nos diferentes países do continente, como a artística, a cultural, as associações e as políticas oficiais. No entanto, estas não estavam desvinculadas de problemáticas maiores, como a questão, já referida, da nação e o avanço do capitalismo. Grosso modo, sobre a primeira, existia em certos setores da sociedade a percepção de que a independência e, por conseguinte, a constituição das repúblicas latino-americanas, não haviam conseguido integrar os índios ao longo do século XIX. Estes continuavam marginalizados, as divisões e as exclusões dos mais variados tipos entre índios e não índios prosseguiram. Isto é, a nação, de forma plural e verdadeiramente republicana, ainda não era uma realidade. Mas que poderia vir a ser desde que, na visão dos indigenistas, se valorizasse a figura do índio. Se levarmos este ponto para o Peru, não fica estranho se notarmos que contra a “República

Aristocrática”, comandada pela oligarquia civilista, ergueram-se muitos intelectuais que se valeram do indigenismo.

Dentro desse movimento continental, o Peru é um dos seus mais importantes expoentes. Neste país, como não poderia ser diferente, o indigenismo é um movimento de longa data, heterogêneo e de profunda ressonância nas mais diversas áreas que compõem a vida social do país. Carlos Contreras e Marcos Cueto relataram: “*aunque El idigenismo se inició en la literatura, su influencia se extendió a la política, la pintura (Sabogal), las ciencias sociales (Mariátegui), la arqueología (Julio C Tello) y la medicina (Núñez Butrón)*” (2007, p. 247). Nesse sentido, tendo em vista a dimensão desse movimento, é importante não o perdermos de vista se quisermos compreender uma fração importante das ideias que povoaram o imaginário político e social do Peru durante boa parte do século XX. E, obviamente, o próprio Hugo Blanco, como mencionado anteriormente. Afinal, se assim também se expressou Blanco em um trecho do seu livro *Terra ou Morte*: “sem dúvida, a luta no campo é do camponês contra o cacique; mas, a reivindicação do índio, da nacionalidade oprimida, é um ingrediente fundamental. Por isso, nós sempre falamos em quéchua, sempre exaltamos o índio” (BLANCO, 1979, p. 43), é porque nosso intelectual sustentava o tom de defesa e exaltação dos índios camponeses peruanos.

Se retornarmos ao governo Leguía, perceberemos que este se desenvolveu num período de efervescência do indigenismo, de tal maneira que é possível percebê-lo misturado ao seu projeto de governo. Segundo Manuel Burga e Flores Galindo (1994, p.264), estaríamos diante daquilo que ele chamou de *El Indigenismo oficial*. Nesse sentido, foi muito representativo, nos anos iniciais do *Oncenio*, o apoio que despendeu a população camponesa (indígena) e que apareceu publicamente de várias maneiras: com a criação da seção de assuntos indígenas no Ministério de Fomento, formou o Patronato da Raça indígena, estabeleceu o dia do índio, organizou centros agrícolas e escolas técnicas nas zonas rurais, discursou na língua quéchua, a qual desconhecia, e reconheceu juridicamente as comunidades indígenas, que desde o decreto, em 1824, de Simon Bolívar, estavam extintas (BURGA; FLORES GALINDO, 1994, p. 207). Como é possível detectar, ficam claras a identificação e a responsabilidade assumidas pelo Estado frente aos assuntos camponeses (indígenas). Contudo, fica nítido também que estamos diante de algo que ultrapassa aquele humanismo indigenista por razões distintas. Se por um lado o indigenismo de Leguía foi demagógico¹⁰,

¹⁰ “A primera vista la política de Leguía respecto al campesinado indígena tuvo un carácter contradictorio. Por un lado, se desarrolló una política indigenista que revalorizaba el papel del indígena en nuestra sociedad rescatándole su credencial ciudadana y su papel protagónico en la economía. Esta política implicó un cierto

por outro, tais ações, por refletirem as intenções modernizantes da *Patria Nuevae* pela proximidade do governo com os setores mais progressistas da sociedade peruana, identificavam-se com o desenvolvimento capitalista do país. Nessa perspectiva, tais órgãos serviriam para livrar os camponeses da servidão, aumentar a produção e elevar a mão de obra disponível para o capitalismo crescente do país. Este tema foi resumido por Favre, assim:

Na medida em que freia a expansão do capitalismo incipiente na América Latina durante o final do século XIX, a formação social de origem colonial que a independência deixou subsistir apresenta-se como um anacronismo cada vez menos tolerável a partir de 1900. Sob a pressão dos novos interesses econômicos, que reforçam progressivamente sua representação política às custas do poderes agrários tradicionais, mas também sob influência crescente dos setores já modernizados da sociedade, os governos acabam por tomar medidas legislativas ou regulamentárias que tendem a reordenar as relações entre índios e população não-indígena e a modificar a condição indígena. Ainda que tímida e em geral pontuais até 1930, essas medidas, amplamente inspirada na obra pioneira da revolução mexicana, se coordenam e se radicalizam depois desta data.

A política indigenista constituiu um capítulo dentro de uma política mais geral de modernização da sociedade (FAVRE, 2011, p. 62).

Mas, simultaneamente ao projeto de Leguía e até mesmo antes, o indigenismo também apareceu através de associações, que, na classificação de Manuel Burga e Flores Galindo (1994, p. 264), poderíamos chamar de “indigenismo de denúncia”. A “Associação Pro-Indígena” (1905-1916), criada em Lima, fundou revistas e células em diversas partes do país, pelas quais conseguiram denunciar a situação de servidão dos índios, ao mesmo tempo em que os assessorava juridicamente, especialmente nas comunidades (*ayllu*), que muitas vezes eram vítimas dos avanços dos latifundiários.

Essa associação foi seguida por muitas outras, como a “Pro-Derecho Indígena Tahuantinsuyo”, que também cumpriu seu papel de defesa e denúncia. É importante lembrar que tais associações, embora de forma muito germinal, ajudaram a aproximar intelectuais e a população indígena, assim como ajudaram a plantar no cerne dessa população a iniciativa da organização e da reivindicação sob novas perspectivas, isto é, as rebeliões violentas e explosivas, próprias da cultura índia, concorriam, agora, com a via institucional e o trâmite de

nivel de enfrentamiento con los planteamientos gamonales tradicionales. Sin bargo, por otro lado la ardorosa retórica pro indigenista se combinará con una despiadada explotación de la misma población indígena. Durante el régimen de Leguía se darán la leyes de conscripción vial (obligando a la población a trabajar gratuitamente en la construcción de carreteras) y la ley de vagabundería (concediendo a los hacendados, mineros y empresarios en general la posibilidad de usar coactivamente la mano de obra indígena desocupada). Por otro lado, se tolerará la consolidación de muchas haciendas sobre la base de usurpación de tierras indígenas y las protestas de la población serán ahogadas en sangre. Igualmente, en el plano tributario deberán soportar los pobladores indígenas una fuerte carga” (VALDERRAMA, M.; ALFAJEME, A., 1978, p. 91).

processos legais. É possível encontrarmos inclusive o pai de Hugo Blanco nesse contexto, afinal, foi ele um advogado que assessorou juridicamente índios serranos. E, segundo alguns autores, os relatos trazidos pelos camponeses até seu pai, enquanto Blanco era criança, foram importantes para engendrar suas ideias e concepções indigenistas.

Essas mudanças podem ser relacionadas, ainda, segundo Carlos Arroyo Cetal (2015), à proximidade com que aquelas associações colocaram os índios com o mundo urbano, que na época, início do século XX, era sacudido por um emergente proletariado organizado em torno do anarco-sindicalismo. De qualquer forma, há outro ponto a se observar. As ações de Leguía, os canais de comunicação abertos pelas associações e as novas estratégias de protesto dos indígenas tinham um denominador comum: o Estado. Por conseguinte, esse quadro é importante porque, mais tarde, quando Hugo Blanco vai para o campo promover a revolução, ele partiu também da experiência e de instrumentos já utilizados na região e que tinham o tramite legal como principal caminho para os camponeses expressarem suas demandas.

A literatura foi outro meio e, obviamente, um dos mais importantes pelo qual o indigenismo se fez visto, lido e se fez influente na América Latina¹¹. No Peru, não foram poucos os intelectuais que legaram obras indigenistas, isto é, o país Peru foi um reduto de autores que, como diria o filósofo Santo Agostinho (2010, p. 171), “com a língua de sua pena” se colocaram a serviço da defesa dessa população que cobria a maior parte das terras peruanas. Nesse sentido, na contra mão da marginalização e do papel secundário a que haviam ficado submetidos os índios, os indigenistas, sobretudo os literatos, procuraram exaltar as qualidades que cercavam o índio, bem como erigir os valores nacionais a partir da revalorização de sua cultura e população. Dentro desse movimento literário, seu apogeu ocorreu entre o final do século XIX, com a publicação de “Aves sem ninho”, de Clorinda Mato de Turner (pseudônimo), e o final da década de 60, com a morte de José María Arguedas, autor este com quem Hugo Blanco trocou algumas correspondências em 1969, aqui já mencionadas.

Como já adiantamos, foi essa mesma literatura responsável também por disseminar na sociedade diversas concepções a respeito da vida dos camponeses que ocupavam a região serrana do país, que certamente, ao longo do tempo, ajudaram a promover e legitimar diversas ações políticas a favor dessa população, uma vez que o grosso de seus escritos serviram para

¹¹ Eis as características dessa literatura, segundo Henri Favre: “O que caracteriza a literatura indigenista é a intenção social que contém e que se afirma já de maneira muito notável em ‘Aves sem ninho’. Ao tomar resolutamente o partido dos índios, essa literatura comprometida se entrega à crítica da sociedade que os oprime e os explora. Pretende ser historicamente verdadeira, sociologicamente exata, moralmente edificante e politicamente eficaz, com uma preocupação pela eficiência que, em alguns autores prevalece sobre qualquer outra. Seu gênero de predileção é a novela (...)” (2011, p. 24).

denunciar a desconfortável situação dos camponeses dentro das *haciendas* e fora destas. Neste caso, chamamos novamente a atenção para Hugo Blanco, pois parece ter comungado, desde cedo, de um profundo indigenismo, inicialmente alimentado e cultivado pela literatura em questão. Um estudioso do caso de *La Convención*, Victor Villanueva, por exemplo, também considera importante se levar em conta a literatura indigenista para se compreender as afirmações e os caminhos seguidos pelo intelectual revolucionário Hugo Blanco.

El futuro dirigente campesino leía, devoraba cuanto libro caía en su poder, siempre en busca de una explicación a los problemas que ya se planteaba, algo que escaleciera sus dudas. Prefería la novela de tendencia social e indigenista. Clorinda Mato de Turner, Jorge Icaza, Eustacio Rivera y Ciro son los autores que más recuerda y que Hugo considera como los que dejaron más Honda huella en sus años mozos (VILLANUEVA, 1967, p. 73).

No entanto, temos motivos suficientes para achar que as ações e as ideias de Hugo Blanco não ficaram presas a esse indigenismo humanista ou de denúncia. Em nossa concepção, a trajetória intelectual e revolucionária de Blanco foi a expressão desse indigenismo envolvido e imerso em concepções marxistas. E, no Peru, tanto o marxismo como a simbiose entre este último e o indigenismo foi um fenômeno significativo, pois passou a compor uma importante tradição política que foi alimentada, desde o início do século XX, pelos escritores indigenistas e pelo principal marxista peruano, José Carlos Mariátegui. Tais ideias, por sua vez, foram mais bem trabalhadas no terceiro capítulo, pois, no momento, o que devemos deixar expresso é que identificamos no trabalho de Hugo Blanco a convergência daquelas duas correntes de pensamento. Nesse sentido, se observarmos de perto o trabalho intelectual e revolucionário de Hugo Blanco, compreenderemos que o ataque apaixonado de Hugo Blanco aos arcaísmos da serra, ao mesmo tempo em que era o fruto de seu indigenismo, como aqui foi colocado em outro momento, também era a expressão de seu marxismo, afinal, este último, principalmente na vertente trotskista¹², pressupunha a extinção de tais arcaísmos, durante o processo revolucionário que conduzia a sociedade ao socialismo.

¹² No livro, *a Revolução Permanente* (1985), de Leon Trotsky, por exemplo, o projeto revolucionário ali apresentado foi elaborado, em grande medida, para sociedade atrasadas, em que sobreviviam diversas estruturas arcaicas/feudais. Desta forma, Trotsky pressupunha que, assim que a revolução tomasse sua principal forma, aspecto este identificado na tomada do poder, uma das primeiras etapas seria a destruição dessas estruturas, que era, a um só tempo, uma maneira de atender as demandas do campesinato e uma maneira de atrair os camponeses em favor do proletariado, que se acreditava ser a verdadeira e única classe revolucionária. O interessante, por sua vez, é que, nesse livro, Trotsky sustentava a ideia de que a implementação do socialismo em países atrasados era possível, dentre outras coisas, porque combinava o programa mínimo com o programa máximo, isto é, a tomada do poder significava, simultaneamente, que a sociedade ia ser abalada por diversas revoluções, que eram: a revolução agrária, a revolução burguesa e a socialista, daí o aspecto *permanente* presente

Antes de avançarmos, é importante abordar a emergência dos dois mais importantes partidos de esquerda do Peru, que também surgiram no período em questão, isto é, durante o “oncênio”, e que marcariam a maior parte do teatro político do país ao longo das próximas décadas: o Partido Comunista, antes chamado de Partido Socialista, e o APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana). Ambos, de orientação marxista, foram fundados, respectivamente por José Carlos Mariátegui e Victor Raul Haya de la Torre, e refletiam o contexto internacional (Revolução Russa (1917) e Revolução Mexicana (1910), por exemplo, e o contexto nacional, marcado pelas mudanças trazidas à sociedade peruana pelo desenvolvimento capitalista. No entanto, foram partidos com diferenças marcantes entre si e, por isso, apesar desses dois intelectuais e partidos terem emergido em um contexto comum, em que se destaca também o mesmo cenário intelectual (ambos eram membros da geração que ficou consagrada por vanguarda intelectual dos anos 20), no fim das contas, tinham ideias e projetos bastante divergentes¹³.

De qualquer forma, o mais interessante foi o resultado deste cenário intelectual, uma vez que consolidou nomes, ideias e partidos, que foram responsáveis por marcarem profundamente a política, gerações de intelectuais e a própria maneira de se entender e de mudar os rumos do Peru ao longo de todo o século XX. Dentre estas ideias e atitudes, estava a luta contra a oligarquia. Acerca desses dois partidos, Nelson Manrique expôs:

En El Perú, desde fines de la década Del veinte se dieron intentos orgánicos por derrocar El orden oligárquico, mediante la constitución de los que debieron ser los dos más importantes partidos antioligárquicos y antiimperialistas del siglo XX y El surgimiento de los dos líderes más importantes de la historia política peruana republicana. José Carlos Mariátegui (...) y Vítor Raúl Haya de la Torre. (MANRIQUE, 2009, p.18).

no título do livro do autor em questão. Com isso, Trotsky, a um só tempo, defendia que não pulava nenhuma etapa e garantia que todas estas fossem cumpridas (PASQUINO, 2009, p. 1261).

¹³ Alan Angell resumiu algumas dessas diferenças, mas para nossas preocupações fica o protagonismo que Mariátegui, sempre muito mais que Haya de la Torre, destinou aos camponeses: “(...) As diferenças entre ele e Haya de la Torre eram profundas e o debate entre ambos repercutiu muito além do Peru e de sua época. A atitude de Haya perante o campesinato aproximava-se do ideário marxista ortodoxo, no qual o desdém pela falta de potencial revolucionário do campesinato vinha acompanhado de conselhos paternalistas para que participassem do movimento revolucionário. Mariátegui, em compensação, admirava os camponeses por sua capacidade de sobreviver em condições duríssimas e via em suas organizações as sementes de um futuro socialismo peruano. Haya de la Torre enfatizava o papel do Estado central na tarefa de criar a nação: Mariátegui preferia começar desenvolvendo a sociedade civil – somente então seria possível alcançar o poder. Haya de la Torre tinha uma visão muito mais militar que elitista do poder e legitimava a insurreição destinada a conquistar o poder do Estado como política fundamental da Apra. Sua visão do partido era disciplinada, autoritária e vertical, e ele próprio se via como o Lênin peruano. A versão que Mariátegui dava ao partido era muito mais ampla, mais participativa e pluralista (...)” (ANGELL, 2009, p. 484-485).

Apesar de retomarmos elementos importantes da trajetória política e intelectual de Mariátegui em outros momentos deste trabalho, convém anunciarmos desde já alguns pontos. Assim, o Partido Comunista fundado por Mariátegui teve um papel coadjuvante, na década de 30 e nas seguintes, em comparação com o APRA. Contudo essa não foi a situação planejada por seu idealizador, que, desde cedo, ou melhor, desde a Revolução Russa e de seu exílio na Europa (onde entrou em contato com ideias que ecoariam em seus escritos), procurou compreender a realidade peruana e promover ações que organizariam o nascente proletariado, a fim de construir as condições favoráveis para a revolução e o socialismo peruano. Para tanto, coordenou e escreveu em revistas, sendo a mais importante delas a *Amauta*, ministrou aulas na Universidade Popular Gonzáles Prada, que o aproximaram do proletariado, e organizou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (COTLER, 2006). Porém, no auge de seu engajamento, em 1930, a morte lhe atingiu. O partido ficou nas mãos de seu Secretário Geral, Eudócio Ravines, que, por ter adotado acriticamente os ditames da III Internacional, que os distanciavam tanto da revolução como dos grupos sociais diferentes do proletariado, provocou o isolamento e o enfraquecimento do partido, espaço esse que foi ocupado pelo aprismo.

Mas as contribuições de Mariátegui não se limitam a isso. Para muitos estudiosos, o referido autor foi responsável por enriquecer o marxismo latino-americano, ao desenvolver uma leitura bastante particular dessa corrente de pensamento, algo que ficou evidente no seu mais importante livro, *Sete ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, de 1928, de tal maneira que Michel Löwy (1999) chamou seu marxismo de “marxismo criativo”.

Desta forma, primeiramente, podemos destacar a preocupação que teve em privilegiar as particularidades da sociedade e da história peruana, para então se valer do prisma marxista para analisar os problemas nacionais. O resultado foi um “marxismo criativo”, que se explica em função, dentre outras coisas, por reconhecer que cada país detinha uma trajetória particular de desenvolvimento, assim como uma trajetória particular para se chegar ao socialismo. Portanto, os caminhos e as bases para se construir o socialismo no Peru seriam singulares. Grosso modo, nesta rota particular, o socialismo na República Andina teria como protagonistas os índios camponeses, como agentes principais na revolução, uma vez que o país carecia de efetivos na classe trabalhadora. Além disso, cumpriam importante papel as comunidades indígenas que ainda existiam no Peru no século XX, que, aliás, eram a prova viva da ligação natural dos camponeses com o coletivismo, por conseguinte, com o comunismo. Por fim, a realização do socialismo seria a única maneira de devolver a dignidade aos camponeses, e assim, consolidar plenamente a nação, como único jeito de anular o regime

que permitia a permanência da *hacienda*, da servidão e do *gamonalismo*, isto é, a marginalização e exploração da maior parte da população do país

Outro importante partido foi o APRA, que a partir das eleições de 1931, passaria a marcar profundamente a vida social e política do Peru (MANRIQUE, 2009, p. 26). Suas origens, segundo Peter F. Klarén (1976), estão relacionadas com os efeitos do capitalismo imperialista sobre a população e as fazendas produtoras de cana de açúcar, na costa norte do país¹⁴. Nesse sentido, temos que observar o APRA como um partido que teve seu desenvolvimento à sombra da modernização capitalista na região da costa do Peru e que se ateve em grande parte ao mundo urbano; tais condições foram fundamentais para que tal partido firmasse importantes posições entre a classe média, proletária e camponesa dessa região, conseguindo mobilizá-las por mecanismos que resultaram em lutas que iam de sindicatos a levantes armados (MANRIQUE, 2009, p. 62). Nesse sentido, o APRA representava o novo ambiente político social do Peru.

Seu fundador foi Haya de La Torre, que, no início, compartilhou ideias e projetos em conjunto com Mariátegui, mas que se distanciaram posteriormente sobre vários pontos. A importância que o APRA atingiu na vida política peruana é relevante para o trabalho que aqui nos propomos por vários pontos. Primeiramente, podemos chamar a atenção para a infiltração que teve no norte do país, isto é, no lugar onde o capitalismo adentrou com mais força, pois, geograficamente, acabou deixando a região serrana com uma penetração apista mais frágil, situação reforçada também pelo desinteresse que os partidos oficiais alimentavam sobre a população analfabeta, e que no Peru era predominante justamente na serra. Esse quadro é um dado que merece atenção porque consideramos que isto ajudou Hugo Blanco a escolher os sindicatos serranos para atuar, os quais estavam, comparados aos da costa, distantes do controle apista, portanto, mais sujeitos à introdução e incorporação de novas ideologias e

¹⁴ O capitalismo imperialista, no Peru, possui uma longa história. Do século XIX em diante, a presença do capital inglês foi predominante, mas não durante o século XX, quando o protagonismo passou a ser do capital proveniente dos Estados Unidos. Este, aliás, foi o responsável por embarcar de vez o Peru na nova fase do capitalismo mundial. Isso foi acompanhado pelo controle acentuado, embora não absoluto, da economia peruana, que pode ser observado pela entrada de capitais estadunidenses num ritmo cada vez mais acelerado e pelo volume das exportações destinadas a esse país, que só tendeu a se elevar durante as primeiras décadas do século passado. Para tanto, além dos *interesses próprios* do capitalismo imperialista, não podemos esquecer a abertura do canal do Panamá, em 1914, pois só veio a favorecer essa relação (COTLER, 2006). Dentro desse contexto, algo marcante foi o estabelecimento de grandes companhias norte-americanas, cuja presença, num estilo “tentacular”, adentrou e cooptou diversos setores, que podemos destacar o produtivo, os transportes e o financeiro. Manuel Burga e Flores Galindo (1994), ao fazerem o levantamento cronológico desse processo até 1930, ofereceram uma dimensão do processo: “1901 *Formación de la Cerro de Pasco Corp*; 1903 *W. R. Grace comienza a comprar fábricas textiles*; 1907 *American Vanadium Company*; 1913 *La International Petroleum Company, filial de la Standard Oil de New Jersey, compra los derechos y las instalaciones de la London & Pacific Co.*; 1916 *Banco Mercantil Americano*.; 1920 *National City Bank of New York*.; 1921 *Formación de la Northeb Peru Mining and Smelting Company*.; 1927 *La W. R. Grace compra la hacienda Paramonga y varios anexos ubicados en los alrededores*” MANUEL BURGA; FLORES GALINDO, 1994, p. 111).

ações (COTLER; PORTOCARRERO, 1976, pp. 272-276). Podemos acrescentar também que, na época, isto é, final dos anos 50, existia na esquerda um ar de profundo descontentamento com o APRA, em virtude da sua postura menos combativa e mais próxima de seus antigos inimigos. Em 1956, por exemplo, ajudou a eleger um autêntico membro da oligarquia, Manuel Prado. Esta e outras atitudes fizeram com que muitos simpatizantes e membros rompessem com o partido.

Portanto, como quisemos demonstrar, até o final do governo de Leguía, em 1930, o Peru vivenciou uma mudança considerável no contexto social, político, cultural e econômico, fruto da fragilidade política oligárquica, do advento de novas ideias, partidos, grupos sociais e o aprofundamento da modernização capitalista. O fim da “Patria Nueva”, como já anunciamos, esteve intimamente ligado não só com a crise internacional do capitalismo iniciada em 1929, mas também com o peso do contexto interno, até porque ele foi o responsável por fornecer à década de 30 um dos personagens mais marcantes: os militares. Estes derrubaram Leguía e assumiram as rédeas do Estado. Num primeiro momento, o protagonismo foi do militar Luiz Sánchez Cerro, mas depois de assassinado, em 1932, foi substituído pelo general Óscar R. Benavides, que ficou no poder entre 1933-1939. Para Manuel Burga e Galindo e Manuel (1994, p. 19), a presença da farda na política significava a tentativa desesperada da oligarquia de manter-se no poder, já que era incapaz de monopolizar o Estado sozinho, como fizera antes.

A presença de Sánchez Cerro e de Benavides neste momento da história peruana deve ser observada tendo em vista o contexto político e social emergido a partir de todas aquelas mudanças mencionadas, já que passaram a produzir, de uma forma geral, um clima bastante conturbado, afinal, greves, paralisações e sublevações de diferentes setores sociais tornaram-se eventos corriqueiros. Esse clima tenso teve a contribuição do Aprismo. A força que o partido demonstrou nas eleições de 1931, ao receberem enorme quantidade de votos e mostrarem considerável poder de organização, infiltração e mobilização das forças populares foi algo que preocupou a já assustada elite política e social, que viria a se amedrontar ainda mais com o atentado perpetrado por um militante aprista contra a vida do vencedor daquelas eleições de 1931, Sánchez Cerro. O resultado dessa conjuntura foi a intensificação da repressão sobre os membros do APRA, que foram presos, exilados ou mesmo mortos. Não obstante, os grupos dirigentes trataram de impedir que o referido partido participasse das eleições de 1936, assim como estenderam, via Congresso, por mais três anos o mandato de Óscar R. Benavides. Como afirmou Gonzalo Portocarrero:

A partir de 1931, con el surgimiento del Apra, el orden oligárquico ya no era cuestionado esporádicamente, a propósito de crisis económicas, sino también en forma sistemática y permanente. No obstante, la movilización popular de principios de los años 30 fue detenida mediante violencia y la imposición de dictaduras(1983, p. 12).

Enquanto o APRA ajudava a dar o tom da política durante a década de 30 e enquanto as transformações vividas pelo país iam produzindo também seus efeitos econômicos, sociais e culturais, embora isso tenha se dado com mais vigor na região da costa do que na serra, em 1934, na cidade de Paruro, no Departamento de Cuzco, no dia 15 de novembro, nascia Hugo Blanco Galdós. Seus pais eram mestiços e pertenciam à pequena burguesia provinciana, portanto à classe média. É irmão de Oscar, um engenheiro, e de Luchi, uma jornalista. Durante sua primeira infância, os relatos que tivemos acesso costumam ressaltar o contato que Blanco teve com os problemas e abusos cometidos pelos *gamonales*, ao acompanhar os relatos trazidos pelos índios camponeses até seu pai, um advogado. Peter Camejo (1971), por exemplo, na introdução do livro *Terra ou Morte*, comentou que foi nesse período que Blanco começou a se interessar pelos índios e pela sua situação pouco confortável. Victor Villanueva, por sua vez, aproveitou para chamar atenção para outras influências, como a escola, mas principalmente para a influencia materna: “*Sólo su madre, de origen campesino, no pertenece al mismo estrato social de la familia. Quizás de Ella heredó Hugo el amor por la gente del campo y su vocación auténticamente campesina (...)*” (VILLANUEVA, 1967, p. 72). Nesse sentido, seguiu querendo saber mais sobre o passado incaico e tratou de aprender a língua indígena, o Quéchuá. Enfim, concluímos que é possível considerar que as bases do indigenismo de Hugo Blanco tenham sido, sim, plantadas a partir das experiências de sua infância, mas que seriam mais enraizadas durante a juventude, como já nos referimos, com a estreita aproximação com a literatura indigenista.

1.6. Hugo Blanco e o Peru após a Segunda Guerra Mundial e o início do governo militar

Em 1939, o Peru iniciava outro processo eleitoral, pois os três anos acrescidos ao mandato de Óscar Benavides pelo congresso chegavam ao fim. O vencedor foi o civil Manoel Prado. Nesse período, diferente dos anos 30, o governo pôde se desenrolar sobre um clima político mais tranquilo. Isso foi possível, em grande parte, por fatores internos e externos. Eclodia na Europa a Segunda Grande Guerra e a aliança que Prado firmou com os Estados Unidos e, conseqüentemente, com as democracias ocidentais, exigiu do governo uma postura menos enérgica, colaborando assim para que a sociedade civil voltasse a se organizar com

menos cerceamentos. Esse quadro político de tensões amenizadas foi nutrido também pelos próprios partidos de esquerda, que, em troca das perseguições, comprometeram-se em não fomentar as massas. Além disso, o Partido Comunista adotou como queria a III Internacional a estratégia de formar frentes populares, uma aliança com diferentes grupos sociais a fim de combater a ameaça nazista que se fazia presente tanto na Europa como na América Latina. Isso também ficou conhecido como “browderismo”.

Quanto ao APRA, numa mesma direção, tratou de reavaliar e mudar sua postura da década anterior. Nesse sentido, buscou o apaziguamento e a aproximação com seus inimigos históricos, o imperialismo dos EUA e até mesmo a oligarquia peruana, bem como passou a adotar a via parlamentar. Quem resumiu muito bem este período foi Julio Cotler:

Essa mudança radical na política externa teve imediata repercussão interna. Uma vez que Prado se inscrevia como sócio da política de boa vizinhança, proclamada pelo Departamento de Estado, o APRA limitava a sua oposição ao governo e deixava de promover levantes militares, enquanto o governo liberava um número apreciável dos seus dirigentes que se encontravam presos. Tanto o APRA como o Partido Comunista reduziram a luta popular para não perturbar a adesão do governo aos aliados, pois, do contrario, os dois partidos seriam acusados de favorecer indiretamente o eixo. Em troca, o governo diminuiu a repressão ao APRA, procurando oferecer a imagem de um governo consensual e democrático. O número de organizações sindicais reconhecidas cresceu de forma notável: entre 1936 e 1939, o governo de Benavides reconheceu 33 sindicatos; entre 1940 e 1944, Prado reconheceu 118. Em 1944, foi autorizada a organização da Confederação de Trabalhadores do Peru (2006, pp. 209-210).

Durante os anos quarenta, bem como uma boa parte da década anterior, a vida econômica do Peru se estabilizou. A exportação voltou a crescer, passados os anos críticos da crise de 1929, e foi comum também o incentivo Estatal em favor da industrialização com uma política protecionista e o aumento do fisco sobre as exportações, política adotada especialmente por Manoel Prado e usada para aquecer a indústria nacional (CONTRERAS; CUETO, 2007, p. 262). No entanto, esse quadro economicamente positivo foi se esfacelando após o fim da Segunda Guerra, uma vez que as exportações declinaram, enquanto elevavam-se as importações e o custo de vida; em 1947, por exemplo, o custo estava 60% maior do que três anos antes (COTLER, 2006. p. 220). Passada a bonança, quem herdou esses problemas foi o governo de Bustamante y Rivero, iniciado em 1945, representante dos ventos democráticos advindos diretamente da luta contra o nazi-fascismo na Europa, que varriam a América Latina e chegavam ao Peru.

O entusiasmo democrático, no entanto, não foi suficiente para sanar aqueles problemas, muito menos foi capaz de tornar a elite política e econômica plenamente simpática

aos princípios democráticos. Na verdade, esta se mostrava bastante descontente com os novos rumos da política, que parecia incapaz de melhorar a economia, mas que promovia desordem social com os sindicatos reconhecidos. Soma-se a isso, a desconfiança que esse grupo alimentava em relação à política de apaziguamentos que o APRA promovia no Congresso. Para completar, no início de 1948, este partido, reconhecendo que seria independente de qualquer política de “boa vizinhança”, impedido pela coalizão dos grupos economicamente mais poderosos de chegar ao poder, desencadeou um novo levante militar. Depois de serem derrotados, foram tirados da legalidade. Três semanas depois, por outro lado, quem saiu de cena foi Bustamante y Riveiro, deposto pelo General Manuel Odría, colocando fim à experiência democrática peruana.

O governo de Odría (1948-1956), segundo Carlos Contreras e Marcos Cueto (2007), significou a restauração oligárquica. Isso porque a economia teve uma reorientação, os incentivos à industrialização e a proteção desta foram substituídos por uma política mais liberal, portanto, menos protecionista e mais aberta ao capital estrangeiro. Para Julio Cotler, quem soube aproveitar essa nova reorientação no Peru foi o capital norte-americano, que, até o final da década de 60, aumentou em 38% seus investimentos no país (COTLER, 2006, p. 226). Contudo, se esse panorama não era favorável ao desenvolvimento de uma burguesia nacional e autônoma:

Assim, diferente do que tinha acontecido em outros países latino-americanos, a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial foi, desde o princípio, determinante. A burguesia industrial peruana teve de se contentar em ser um satélite das novas empresas estrangeiras, relação semelhante à da burguesia agrária e mineira dos enclaves (COTLER, 2006, p. 229-230).

Tampouco ela impediu, ainda considerando as afirmações do mesmo autor, o desenvolvimento e o incremento de uma economia mais urbana, mais industrial e menos agrícola. Aqui, para sermos mais exatos, estamos diante da afirmativa de Alberto Andriazen (1990), que colocamos na seção anterior, no que diz respeito às transformações que o período significou para a história peruana. Corroboraram para isso, além da entrada do capital estrangeiro, as ações do próprio governo, que giraram, para exemplificarmos, em torno da despesa pública, cuja proporção, em comparação com o governo anterior, elevou-se em 45% (COTLER, 2006, p. 243). Dentro desses gastos estavam a ampliação da educação secundária e superior, ampliação da infraestrutura, saúde e obras públicas, sendo algumas delas

monumentais, como a construção do prédio do Ministério da Educação (COTLER, 2006, p. 301).

Não custa lembrarmos, ao mesmo tempo, que tais ações revelam uma maior atenção sobre os problemas urbanos, que só fizeram agravar os problemas do mundo rural, que, além de ficar desassistido, sofria as consequências, como já colocamos, do crescimento demográfico, da falta de terras e dos baixos investimentos. Não é por acaso, por exemplo, que as maiores levas de migração serra-costa foram desse momento. Porém, se economicamente, de uma forma geral, o governo buscava alternativas e o país dava sinais de mudanças, politicamente o período de Odría pode ser considerado uma restauração oligárquica devido ao trato que ele deu aos partidos de esquerda, que foi de cunho repressivo.

Milhares de camponeses deixavam as fazendas, seus arrendamentos, sua propriedade ou suas comunidades para se fixarem nas principais cidades do país. Existia agora nas cidades um novo personagem: o migrante, que, acertadamente Alberto Andriazén afirmou, *“expresaba la crisis en el campo y la búsqueda de nuevos horizontes sociales, económicos e culturales”* (ANDRIAZÉN, 1990, p. 16). O migrante, no entanto, não nos interessa pelas diversas pesquisas antropológicas fomentadas por intelectuais interessados nas trocas simbólicas e na construção de novas identidades, mas sim no fato de que ele não foi integrado economicamente. As enormes massas de camponeses que migraram para as cidades não terminaram no interior das indústrias, mas marginalizadas nas barriadas formadas em torno das cidades, como nos lembra a historiadora Gabriela Pellegrino Soares (2000). Era um país, portanto, guiado por uma economia que, por mais que se modernizasse, ainda era incapaz de pintar seu camponês de proletário. Assim, tendo em vista o que foi exposto, o panorama esboçado nos importa porque consideramos que mais tarde, por um lado, ajudou Hugo Blanco notar que o Peru, assim como havia percebido Mariátegui décadas antes, carecia da tradicional vanguarda da revolução: o proletariado, por outro, o fez notar a possibilidade do protagonismo passar a ser dos camponeses.

O governo de Odría foi marcado pelo seu caráter autoritário. Uma das primeiras medidas que adotou ao chegar ao poder foi tirar da legalidade o APRA, o Partido Comunista e os sindicatos a eles associados. Contudo, foi diante desse panorama repressivo que encontramos o jovem Hugo Blanco, o qual já demonstrava sua índole contestatória ao participar, em 1951, de uma greve no Colégio de Ciências de Cuzco que visava destituir do cargo o diretor, colocado ali por Odría. Outro episódio foi seu envolvimento, no ano seguinte, no movimento estudantil da faculdade de San Marcos, onde provavelmente entrou em contato direto com apristas e os comunistas, uma vez que tais partidos haviam penetrado no interior

das universidades públicas, onde procuravam articular melhor a oposição ao governo (CONTRERAS; CUETO, 1997, p. 302). Anos depois, em 1954, quando foi para a Argentina estudar Agronomia, continuou atuando entre os estudantes, até que se deparou com o movimento trotskista, o qual o marcará profundamente, tema este que será abordado nos próximos capítulos (VILLANUEVA, 1967, p. 74).

Blanco retornou apenas dois anos depois de ter deixado o país. E de fato voltou em um momento bastante promissor para os partidos de esquerda, agraciados com um regime mais brando após Odría deixar o poder em 1956, e porque o movimento comunista internacional era afetado por profundas mudanças, ganhando com isso um dinamismo maior. Mas se Blanco chegou no momento em que os ares mais democráticos traziam de volta à vida pública os tradicionais partidos, o APRA e o PC, isso coincidiu com a crise interna que estes mesmos partidos começavam a enfrentar, que, como é sabido, resultou em rachas vigorosos em tais organizações, cujo desenrolar foi o aparecimento de uma esquerda com novas siglas. Aqui fazemos referência a *Nueva Izquierda*¹⁵, isto é, a um conjunto de organizações que, no final dos anos 50, passou a compor a vida política peruana e que, dentre os vários fatores responsáveis por lhe fazer possível, não podemos esquecer da influência da Revolução Cubana, em 1959. Blanco, por exemplo, integrou-se ao POR peruano (Partido Obrero Revolucionário), de tendência trotskista, e que tem origem em 1944, após o desmembramento de uma fração do PC, mas que teve maior atuação também após 1956 (BEJAR, 1990).

¹⁵ Aqui se pode ler sobre o nascimento da “Nueva Izquierda”. Alguns autores que abordaram o assunto e tentaram explicar suas origens, parecem encaixá-la numa espécie de pêndulo que balança entre fatores internos e externos ao Peru, é o caso de Héctor Bejar (1990) e Jorge Nieto (1990), por exemplo. Com a diferença do foco que, no final, acabam dando a cada um desses fatores, ambos os autores chamaram a atenção para o panorama internacional iniciado com o fim da Segunda Guerra Mundial, que provocou questionamentos em Partidos Comunistas de todo o mundo, em função da dissolução da III Internacional, em 1943, pela Revolução Chinesa, em 1949, pela morte do líder da União Soviética, Stalin, em 1953, pelas denúncias de Kruschov no XXI Congresso da PCUS, em 1956, pela repressão aos movimentos populares conduzidos pelo exército vermelho na Europa e pela Revolução Cubana, em 1959. No contexto interno, a esquerda pagava um preço muito alto pelos longos anos de repressão promovidos pelo governo de Odría, que impediram o amadurecimento político do PC e do APRA. O PC ainda era vítima de sua inexpressividade política, dos desentendimentos internos e da incapacidade de compreender claramente o que se passava internacionalmente e internamente, tanto com o movimento comunista, como com a sociedade peruana em si. Do outro lado, o APRA, ao aprofundar sua política de apaziguamento e aliança com seus inimigos históricos, a oligarquia e os Estados Unidos, representada especialmente pela coalizão que estabeleceu com o governo de Manoel Prada (Convivência) e depois com odristas no início dos anos 60, abriram um expressivo vazio na esquerda peruana e um desentendimento digno de nota no interior do partido. Para muitos militantes, o ambiente interno e externo era um convite para romperem com ambos os partidos, para assim ressurgirem com novos nomes e propostas. O PC deu origem ao que ficou conhecido como *Exército de Liberación Nacional* (ELN), e o APRA deu origem ao APRA Rebelde, posteriormente conhecido como Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Partes dos trotskistas peruanos deram início ao FIR (Frente de Izquierda Revolucionaria). Foram grupos que marcaram em grande medida os anos 60, com destaque para a proposta de luta armada que tinham em seus programas, especialmente porque a Revolução Cubana parecia o norte a ser seguido para a Revolução.

A *Nueva Izquierda* (cf. nota anterior) é relevante para o nosso trabalho por diversos fatores. Primeiro porque a ação de Hugo Blanco e os partidos a que ele estava ligado ou ajudou a fundar são classificados dentro dos aspectos que caracterizaram essa esquerda, cujos mais relevantes se referem aos métodos de luta e algumas ideias políticas. No entanto, temos motivos suficientes para perceber em Hugo Blanco fatores que, ao mesmo tempo em que o aproximam das principais características dessa *Nueva Izquierda*, o colocavam distante dela. Nesse sentido, se a Revolução Cubana o influenciou de alguma forma, defendemos que isso deva ser relativizado, o que já parece não poder ser feito na mesma proporção com as organizações contemporâneas a sua. O *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), nascido do racha do Partido Comunista, e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), nascido do cisma do APRA, considerando diversos autores, especialmente o recente livro do holandês Jan Lust (2013), que traz entrevistas e trechos de documentos valiosos sobre cada uma dessas organizações, demonstram o peso que o exemplo irradiado pela ilha caribenha teve sobre suas iniciativas. O fato de vários de seus membros terem ido treinar em Cuba é algo que temos que levar em consideração. Porém, se medindo pelas táticas e estratégias da Revolução Cubana, podemos distanciar Blanco dessas organizações, elas se aproximavam pela paisagem de ação, isto é, o campo, e não mais a cidade e também por comungarem oposição em relação às elites políticas. As razões para os mencionados distanciamentos, por sua vez, foram expostos nos próximos dois capítulos.

Em 1956, após eleições, Odría deixava o poder. Os problemas econômicos, políticos e sociais estavam muito além do remédio que o Estado, de característica oligárquica, estava munido e disposto a dar. A economia, demasiadamente aberta e dependente de um mercado internacional, minguou quando este deixou de consumir os produtos nacionais reduzindo os recursos do governo e, conseqüentemente, seus investimentos, marcados pelos gastos em infraestrutura, saúde e educação, cada vez mais urgentes em função do novo ambiente urbano (migração serra-costa). Politicamente, a oposição emergia dentro de seus próprios apoiadores, que desaprovava tais gastos, além de uma classe média mais moderna, cansada do clima repressivo – *Ley de Seguridad Interior* – e já em condições de oferecer seus próprios projetos políticos para o país, conforme aponta Gabriela Pellegrino Soares (2000). Tudo isso fragilizou o governo, que acabou convocando as eleições, mas que foi vencida por Manoel Prado, representante do Movimento Democrático Peruano.

É interessante que não deixemos de mencionar que no pleito de 1956, Prado concorreu com novas opções políticas: a Ação Popular (AP), a Democracia Cristã (DC) e o Movimento

Social Progressista (MSP). Apesar de suas especificidades, todos eles tinham um denominador comum:

As alternativas políticas formuladas pelos novos partidos políticos peruanos pretendiam reorientar o rumo do desenvolvimento capitalista no país. Buscavam, por diferentes caminhos, incorporar as demandas políticas dos setores populares, cuja pressão aumentava com a chegada dos migrantes a Lima, com a formação das barriadas e com a luta do campesinato contra os grandes proprietários de terra. (SOARES, 2000, p. 54).

Essas novas opções políticas, no entanto, não são o foco do nosso trabalho. Mas elas nos servem para marcar, por um lado, como em meados do século XX, os tradicionais partidos de esquerda, o APRA e o PC, estavam perdendo espaços para outras opções. Sem contar, é claro, o nítido rechaço que os fundadores desses mesmos novos partidos estavam nutrindo pelo APRA, pois desaprovavam a nova política deste, que havia ficado mais próxima da elite econômica e política do país, isto é, os seus antigos inimigos.

Por outro lado, servem para mostrar como o descontentamento avançou sobre a classe média, que vinha engrossando suas fileiras, desde Leguía, em função da ampliação do Estado, da educação e pelo desenvolvimento capitalista do país. Mas é interessante notar que, além da percepção de que o Peru precisava encontrar novos caminhos para os novos tempos a que estavam sujeitos, esses partidos pareciam recuperar muitos elementos da tradição política peruana nascida principalmente com Mariátegui e Haya de la Torre, o que nos faz achar possível, apesar das óbvias diferenças que cada um fez das ideias desses dois, colocar tais partidos em paralelo com algumas perspectivas da *Nueva Izquierda*. Estas, vejamos, não estavam distantes da maioria destes elementos que apareceram no jornal “Libertad”, do Movimento Social Progressista (MSP), onde se lê: “*El diario se define como antiimperialista, antiyanqui, antioligárquico, hostil a la convivencia, al APRA y al régimen de Prado*” (BOURRICAUD, 1989, p. 234). No partido *Acción Popular*, embora menos enfático, as referências ao programa inicial de Haya de la Torre evidenciam de uma outra forma a mesma recuperação (BOURRICAUD, 1989, p. 257).

Simultaneamente ao início dos questionamentos no interior da esquerda internacional e nacional, que ajudaram a produzir a *Nueva Izquierda* e outros tantos partidos, acontecia a administração de Manoel Prado, sucessor de Odría. A ruptura maior com o regime anterior, certamente, foi a abertura política, pois economicamente a doutrina continuava de cunho liberal. Este último ponto não surpreende se consideramos a origem de Prado: oligárquica.

Aliás, na época, circulava a ideia de que a economia peruana era controlada por um clã composto por 30 famílias, sendo uma delas a de Prado (LUST, 2013, p. 58). De todo modo, apesar dos muitos esforços, como a troca do ministro da fazenda, empréstimos adquiridos no exterior e o fim da sustentação artificial da moeda (PEASE, 1995, p. 225), Prado não conseguiu melhorar a economia.

Não obstante, a pressão sobre o governo aumentou em outras duas direções. Primeiro, porque as eleições de 1962, por diversos motivos internos, sagrariam Haya de la Torre chefe máximo na nação. Segundo, porque, nestes anos, os camponeses, a partir da organização de Hugo Blanco, davam mostras do quão convulsionado estava o campo e de como não era mais possível ignorar ou se aliar às características arcaicas da região serrana. Flores Galindo relatou: “*Ese año los Andes peruanos estaban convulsionados por trescientos mil campesinos reclamando tierras, escuela y pago salarial*” (2005, p. 321). E a quem de perto observava eram os militares, a quem não agradavanenhum pouco esse contexto. Eles, por fim, interromperam o governo de Prado através de um golpe. Foram os militares responsáveis também pela repressão ao movimento camponês e a prisão de Hugo Blanco, em 1963. Na prisão, este passou a se expressar mais intelectualmente. É a partir desse momento que abundam seus escritos.

Os militares puseram fim às ações de Hugo Blanco após este ter dado início aquilo que muitos autores chamaram de Revolução Agrária. Aníbal Quijano (1979), Victor Villanueva (1967) e Eduardo Fioravanti (1974), entre outros, por exemplo, seguiam esta linha, afirmaram que os camponeses liderados por Blanco haviam cumprido tal revolução, pois acreditavam que a estrutura pré-moderna da região havia sido atacada e desarticulada pelos camponeses. Este processo, por sua vez, teve início em 1958, quando Hugo Blanco se mudou para a cidade de Cuzco, e, logo depois, para o vale de *La Convención*, onde entrou em contato com a população campesina da região. Blanco começou seus trabalhos nas terras do colono Andrés Gonzales, um camponês que trabalhava nas terras do gamonal mais conhecido da zona de Chupimayo, área esta que integrava o referido vale. O gamonal em questão era Alfredo Romainville.

Em 1958, Hugo Blanco chegou ao vale de *La Convención*, no momento em que os seus 15 sindicatos organizavam, no mês de setembro de 1958, *La Federación Provincial de Campesinos de La Convención y Lares* (FPCLCyL). Na época, tais sindicatos e a Federación em questão eram vinculadas à Federación de Trabajadores de Cuzco (FTC), isto é, com laços com o Partido Comunista Peruano. Um mês depois, em dezembro, elegeu-se a primeira junta que ia dirigir a FPCLCyL. No geral, os camponeses queriam o fim das relações arcaicas de

trabalho e a propriedade das terras que ocupavam na condição de arrendatários. De todo o modo, o interessante é que, em 1959, já era possível identificar militantes ligados ao trotskista Hugo Blanco figurando entre os nomes que dirigiam a FPCLCyL. No caso, Andrés Gonzalez foi eleito para o cargo de secretário geral da *Federación* (FIORAVANTI, 1974, p. 172), demonstrando assim que a estratégia de Blanco, convém lembrar, não esteve longe do *entrismos* aprendido entre os trotskistas argentinos. E isso ficou mais evidente com a eleição de Hugo Blanco como secretário geral do sindicato da zona de Chupimayo. Nesta condição tinha a chance de participar das assembleias da *Federación* e de percorrer todo o vale para difundir suas concepções revolucionárias, a fim de cooptar outros sindicatos da região ou então fundar novos sindicatos. De qualquer maneira, conquanto esta fosse sua intenção, isso acabou gerando um conflito vigoroso com as lideranças e os sindicatos ligados ao partido comunistas, que, como exporemos no próximo capítulo, marcará profundamente seu trabalho intelectual.

Ainda que nem todos os sindicatos estivessem sob o raio de ação do sindicato de Chupimayo, é fato que Blanco e seus pares conseguiram fundar dezenas de sindicatos na região, bem como ganharam para sua luta uma parcela considerável de tantos outros. E, neste caminho, a literatura sobre o tema em questão costumou chamar a atenção para fato de esses sindicatos ligados a Hugo Blanco terem seguido uma dinâmica diferente das reivindicações legalistas que eram sugeridas e defendidas especialmente pelo Partido Comunista Peruano, justamente porque Hugo Blanco teria sido responsável por radicalizar as ações dessas organizações. E as ações que comprovariam isso foram as greves de camponeses, a invasão das haciendas, a realização de uma reforma agrária¹⁶ sobre as terras invadidas e a formação da luta armada. Segundo Hugo Blanco, o sindicato que estava na vanguarda de tudo isso era o de Chupimayo: “Chupimayo sempre esteve na vanguarda: nas mobilizações de massa, na força que assumiu o poder camponês, na preparação armada, na milícia, na guerrilha” (BLANCO, 1979, p. 52). Contudo, o auge desse sindicalismo revolucionário no vale aconteceu entre 1961

¹⁶ No auge do movimento Hugo Blanco decretou a reforma agrária no vale em questão. Esta reforma foi expressa em cinco pontos: primeiro, “la Asamblea General de cada Sindicato debe nombrar una “Comisión de Reforma Agraria” surgida de su seno” (VILLANUEVA, 1967, p. 127). Segundo, “los colonos (arrendires) y sub-colonos (alegados) se convierten automáticamente en propietarios de las tierras que trabajan” (p. 127). Terceiro, “las tierras no cultivadas se distribuyen en parcelas, comenzando fundamentalmente por los campesinos más pobres” (p. 127). Quarto, “las tierras en las cuales se han hecho plantaciones para el hacendado, quedan en poder de éste si es que no ha tenido un comportamiento caracterizado por atropello humano. De lo contrario, esos cultivos y si es posible la casa-hacienda con las instalaciones que hayan pasado a poder del Sindicato en forma colectiva, se dedican a escuela, botiquín, canalizaciones, etc. Quinto, Las autoridades al servicio de los gamonales no podrían intervenir porque los únicos que conocen bien la realidad agraria son los propios campesinos” (p. 128).

e 1962. No ano seguinte, Hugo Blanco já estava preso pelas forças militares que haviam chegado ao poder no ano anterior.

A duração dos militares no comando do Estado foi curta, apenas de um ano, em 1963 já aconteciam novas eleições. O golpe de 1962 foi bem diferente daqueles ocorridos durante a República, pois não foi de caráter “caudilhesco”, mas institucional. O que se percebe é uma mudança de perspectiva dos militares, uma vez que, mais do que uma questão de lei e ordem, as Forças Armadas passaram a entender a necessidade de novos projetos políticos para o país, projetos que fossem, fundamentalmente, modernizantes, para superar as perspectivas oligárquicas e superar as estruturas arcaicas que acometiam os camponeses da Serra, assim como tratar dos problemas sociais trazidos pelos migrantes.

Tais ideias foram fomentadas e discutidas ao longo dos anos 50, especialmente no CEAM (Centro de Altos Estudos Militares) e no SI (Serviço de inteligência do Exército), mas que não estiveram livres da influência dos Estados Unidos e do clima da Guerra Fria. Nesse sentido, dentro do contexto da época e na posição que o Peru ocupava no bloco ocidental, as ações e reflexões dos militares se enquadram na luta contra o comunismo, que foi pensado para ser feito no interior do próprio território. Ao final, as forças armadas reconheceram a necessidade de reformas que atacassem as fragilidades econômicas e sociais da população, pois, em última instância, eram elas que formavam um ambiente fértil para a subversão da população em direção ao comunismo.

Não menos importante, os militares reconheceram, ao mesmo tempo, a incapacidade do governo civil de empreender tais reformas, porque, uma vez presos em querelas partidárias, que travavam projetos fundamentais, como a reforma agrária, assim como presos no conceito de luta de classes e na inércia do discurso democrático, esqueciam-se do interesse maior: a nação. Este foi outro motivo para que em 1968 os militares resolvessem pôr fim à presidência de mais um civil: o governo de Fernando Belaúde Terry, eleito em 1963, e fundador da AP, *Acción Popular*. Tendo o caminho livre, os militares trataram de empreender seus objetivos. O primeiro deles foi realizar uma ampla reforma agrária, em 1969. É interessante recuperarmos que concomitante a isso, Hugo Blanco escrevia um dos seus mais importantes livros, *Terra ou Morte*, que trata justamente da luta pela terra que ele e os camponeses haviam realizado anos antes no vale de *La Convención*. Sobre a reforma agrária dos militares, assim escreveu Pedro Gibaja Vargas Prada: “(...) *una reforma agraria que si bien no solucionó el problema agrario peruano, sí logró una radical transformación de los patrones de tenencia y propiedad de la tierra*” (1983, p. 12).

Para encerrarmos, embora consideramos importante os fatores internos para que Hugo Blanco tenha escrito o livro referido, é relevante não perdermos de vista o contexto internacional, especialmente o que Cuba passou a significar para as esquerdas latino-americanas a partir do final dos anos 60, especialmente para os intelectuais que atuavam nessas fileiras. Até porque o que não falta no livro de Blanco são críticas ao modelo cubano de revolução. Quem chamou a atenção para isso foi Jorge Castañeda (1994, p. 159), que destacou a ruptura do consenso entre os intelectuais, que, de uma forma geral, em todos os países abaixo dos Estados Unidos, apoiavam ou simpatizavam com a Revolução Cubana. Foi a partir de 1968 que o casamento entre os intelectuais espalhados pelo continente e a ilha caribenha passou a enfrentar maiores problemas. Isso foi apoiado pela evidente derrota de todos os movimentos revolucionários armados que eclodiram nos diversos países da América do Sul e Central e pelo aprofundamento das relações entre Cuba e a União Soviética (URSS), evidenciada pelo apoio que Fidel Castro deu à invasão da Tchecoslováquia. De qualquer maneira, como deixaremos claro nos próximos capítulos, o desacordo entre Hugo Blanco e a Revolução Cubana são anteriores a 1968, demonstrando assim que suas críticas não esperaram a constatação da derrota das guerrilhas que haviam surgido no continente ou a aproximação de Cuba com a URSS.

Portanto, nesta parte do capítulo quisemos descrever os principais aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais do Peru, do início do século até o golpe militar de 1968. A atenção que destinamos a tais elementos é uma tentativa de recuperarmos uma parte do contexto vivido por Hugo Blanco, o qual pensamos ser importante para explicar parte de seu projeto de revolução para o Peru.

2. Hugo Blanco, o Comunismo Internacionalista e a Revolução Cubana.

*“O que parece indubitável e inquestionável
é que nenhum historiador poderá
contar a história de nosso século sem
amarrá-la “no fio das revoluções”.*

Hannah Arendt-Sobre a Revolução

No início da década de 1970, Hugo Blanco publicou seu mais importante livro: *Terra ou Morte*. Embora apresente muitos aspectos que o qualifiquem como um livro de memória, a julgar pelos esforços do autor em recordar, registrar e narrar o movimento camponês de *La Convención*, seu valor, dentro das perspectivas da atual pesquisa, deve ser medido pelas intenções políticas do autor que perpassam a obra. Contudo, além deste texto há outro que foi escrito anteriormente, em 1964, enquanto Blanco esteve preso, e intitulado: *El camino de nuestra revolución*, que foi direcionado especialmente aos seus companheiros que davam continuidade ao movimento camponês na referida região.

Apesar da distância temporal dos textos e dos contextos de produção e publicação, os temas e os conceitos mobilizados por eles nos servem como uma importante porta de entrada para identificarmos onde estava localizado Hugo Blanco no interior da esquerda latino-americana e com quais correntes de pensamento que a compunham Blanco dialogou, isto é, se aproximou, se distanciou, concordou ou refutou. Este percurso permitirá recuperar, compreender e problematizar a trajetória deste intelectual revolucionário.

Após o auge alcançado pelo movimento camponês na região de *La Convención*, Blanco foi preso no início de 1963. Em termos gerais, o que nos chamou bastante atenção foi sua defesa e identificação com o trotskismo, tanto em nível teórico-metodológico, como nos termos de organização política. Aliás, foi em função da atuação de Blanco que, no início dos anos 60, o trotskismo peruano engendrou seu fortalecimento, alcançando patamares que o tiraram da marginalidade política. Sobre esta identificação e visibilidade do trotskismo, Blanco insistiu em sustentá-la durante todo o período ao qual se dedica o presente trabalho.

Porém, foi justamente a observação de sua condição enquanto intelectual que demonstrou que sua atuação dentro da esquerda peruana não estava desvinculada de polêmicas que envolviam, de uma forma geral, a esquerda latino-americana. Aspecto este que intencionamos demonstrar ao longo deste capítulo.

Nesse sentido, é interessante observar que Blanco não economizou espaço em seus trabalhos para defender o trotskismo perante outros conceitos do marxismo revolucionário demonstrando muitas vezes que, não necessariamente, o maior inimigo para o sucesso das propostas de seu grupo político estivesse localizado em torno dos grupos identificados e organizados à direita, mas na verdade no interior da própria esquerda. Esta perspectiva, por exemplo, foi facilmente percebida em seus principais escritos, pois várias vezes o encontramos definindo quem foram os principais desarticuladores do movimento camponês que ele liderou: os stalinistas e os *putchistas* (também chamados de oportunistas). Em outras palavras, se referia aos membros do Partido Comunista Peruano e àqueles que, naquele momento, entusiasmados com a Revolução Cubana e com as novidades táticas e estratégicas trazidas pela mesma, se guiaram pelo modelo desta última.

Portanto, não foi por acaso que em 1964 Blanco escreveu aos seus companheiros tecendo elogios à respeito dos esforços contra o *putchismo* que alguns membros haviam injetado à frente revolucionária (FIR), criada pelos trotskistas: “*Es así como aún dentro de sus limitaciones han dado una batalla heroica contra el putchismo y su profundo significado (...)*” (BLANCO, 1965, p. 6). Mais à frente, sobre o principal desafio e êxito na condução das massas camponesas, afirmou que isto se devia à superação do seguinte problema: “*el interno es la lucha por la dirección del movimiento campesino entre nosotros y los oportunistas y los stalinistas*” (1965, p. 9).

Em resumo, em uma primeira análise, tais afirmações confirmam que Hugo Blanco foi um intelectual revolucionário que esteve ligado aos principais temas de discussão da esquerda do continente americano, ao mesmo tempo em que confirma a multiplicidade de vertentes políticas e ideológicas que a compunham, bem como a relação tensa entre elas. Como ficou expressa por Allan Angel:

Não existia, nem existe ainda, uma esquerda unida. As relações entre os diversos grupos, partidos e movimentos que afirmavam ser a verdadeira esquerda foram frequentemente hostis, quando não violentas. Às vezes, a competição foi mais intensa entre eles do que com os partidos de direita. Se a história da esquerda é em parte uma história de uma luta heroica e paciente contra terríveis obstáculos, também é em parte uma história de sectarismo, de rivalidades pessoais e de mesquinha (ANGELL, 2009, p. 471).

Se as afirmações de Blanco colaboraram para confirmar esta característica da esquerda latino-americana mencionada por Angell, em uma segunda análise, as mesmas indicam que é preciso enquadrar a ação e o pensamento de Hugo Blanco na esteira das consequências

políticas e ideológicas provocadas tanto pela Revolução Russa, de 1917, quanto pela Revolução Cubana, de 1959. Afinal, nosso intelectual esteve localizado justamente em um contexto em que ocorreu o encontro dessas duas teorias revolucionárias.

2.1A Revolução Russa: a herança marxista-leninista.

A Revolução de Outubro de 1917 produziu efeitos praticamente imediatos sobre a América Latina. As razões são diversas, mas, em uma primeira análise é interessante não se perder de vista o status mitológico que esta adquiriu e exerceu sobre os mais diversos grupos sociais, com destaque para o movimento operário e os intelectuais (BETANCOURT, 1995, p. 62-63). Silvio Pons (2014), em seu livro *A Revolução Global*, dedicou-se em grande medida a pensar os efeitos dessa revolução na Europa e na Ásia. De qualquer forma, é fato que tais efeitos se estenderam também sobre a América Latina, pois os diversos canais de recepção e de expressão do marxismo que essa parte do continente conheceu revelam o seu vínculo com o imaginário inaugurado pela Revolução de Outubro, o qual se assentava: na ideia de que havia emergido um Estado revolucionário e proletário, guardião e protagonista do universalismo igualitário, assim como da revolução mundial.

A análise de Raul Betancourt compartilha dessa perspectiva entusiasmada do que a revolução bolchevique teria provocado sobre a América Latina:

Na realidade, a Revolução de Outubro encontrou não apenas uma rápida, mas também ampla e duradoura ressonância. Tanto em círculos intelectuais, como também em organizações operárias, a vitória dos bolcheviques na Rússia é saudada com grande simpatia e solidariedade. [...] De maneira semelhante a outras regiões, a Revolução de Outubro representa, portanto, para a América Latina, um incomparável impulso para as forças revolucionárias da sociedade, com o que ela potencia logicamente, com força, as condições para uma ampla recepção do marxismo do subcontinente (BETANCOURT, 1995, p. 61-62).

Sob os efeitos da Revolução Russa, portanto, o rio que conduzia o marxismo à América Latina passou a ficar mais caudaloso, especialmente pela ação dos diversos grupos sociais que foram atraídos por essa revolução, mas também porque ocorreram fundações de inúmeros partidos comunistas no continente. Betancourt (1995, p. 73), por exemplo, viu na fundação de tais partidos um dos canais privilegiados para a entrada e desenvolvimento do pensamento marxista no continente latino-americano. Porém, os efeitos da Revolução Russa sobre a América Latina não se limitaram a isso, mesmo porque o continente observava um

movimento que, embora houvesse realizado a revolução no interior das fronteiras nacionais, guardava em seu seio o *gérmen* da revolução internacionalista preconizado por Karl Marx.

Nesse sentido, desde o início, os bolcheviques reconheciam a necessidade de exportar a revolução para além das fronteiras russas, exportação esta que encontrou expressão na fundação, em 1919, da Komintern, isto é, a III Internacional Comunista. A criação desse organismo resolveu, inclusive, uma contradição importante, pois, como afirmou Hannah Arendt, “quando um movimento, internacional em sua organização, universal em seu alcance ideológico e global em sua aspiração política, toma o poder num único país, coloca-se obviamente em situação contraditória” (ARENDR, 2012, p. 439).

Desta feita, a Komintern procurou estabelecer células comunistas nas mais variadas partes do mundo sob seu controle. Por um lado, como sublinhou Betancourt (1995, p. 72), isso significou uma ligação orgânica entre a América Latina e o movimento que se autodenominava internacional, ao mesmo tempo em que redundou no início de um processo chamado de “bolchevização” (PONS, 2014), o que significou, em um primeiro momento, que o controle se daria pela transferência do modelo de revolução experimentado por Lênin às outras partes do mundo, isto é, a transferência do marxismo-leninismo¹⁷.

Contudo, convém ressaltar que o cerceamento que a Internacional promoveu sobre os partidos comunistas espalhados pelo mundo, até 1927, não foi tão profundo como haveria de ser no período posterior a esta data, haja vista que foi durante a década de 1920, por exemplo, que se deu o surgimento de ricas adaptações do marxismo à América Latina, representadas por autores como José Carlos Mariátegui, já mencionado no capítulo anterior. Além disso, apesar das intenções coercitivas do Komintern, seus primeiros Congressos pareciam menos inflexíveis e, por vezes, mais próximos da realidade presente no subcontinente americano (BETANCOURT, 1995, p. 70-71). Alberto Flores Galindo, por exemplo, defendeu que foram as resoluções do Congresso de 1921 que orquestraram boa parte do caminho percorrido por Mariátegui para conceber seu marxismo heterodoxo e seu partido socialista, apesar de reconhecer que esta ligação tenha sido apenas informal, pois a vinculação direta entre o marxismo peruano com o Komintern apenas se daria após 1927, durante o predomínio do “stalinismo” (FLORES GALINDO, 1982, p. 75).

¹⁷¹⁷ Como observou Domenico Settembrini, “O Leninismo é a interpretação teórico-prática do marxismo, em clave revolucionária, elaborada por Lenin num e para um país atrasado industrialmente como a Rússia, onde os camponeses representavam a enorme maioria da população” (2010, p. 679). Nesse sentido, foi um conceito que, embora nascido para atender as particularidades da Rússia, tornou-se modelo sobre a tomada e a gestão do poder, identificados com a insurreição armada, a ditadura do proletariado e o partido de vanguarda.

Se o Komintern durante os primeiros anos da década de 1920 não apareceu como uma instituição capaz de impedir que na América Latina surgissem expressões autônomas quanto à reflexão e à prática do marxismo, a mesma instituição, por outro lado, foi fundamental para consagrar e difundir, através de seus partidos, a bandeira do marxismo-leninismo, principal recurso teórico e prático para a concretização da revolução socialista. Eis, portanto, uma das tradições mais importantes legadas pela Revolução Russa: o conceito marxista-leninista de revolução. Este conceito nos chama a atenção, uma vez que a sua utilização se dá de maneira recorrente no interior das concepções sobre revolução elaboradas por Hugo Blanco em seus livros, com especial destaque à necessidade da violência revolucionária, mas sobretudo em relação ao partido de vanguarda.

Esta concepção de partido foi lançada por Vladimir Lenin, no início do século XX, através do livro intitulado *Que Fazer* (1978). Nesta obra, em reflexão sobre os instrumentos de poder e organização passíveis de aplicação no contexto revolucionário, o autor defendeu a existência de um organismo político integrado por revolucionários profissionais que fossem, igualmente, condutores das massas e garantidores dos caminhos que os levariam à vitória do socialismo. Acerca do assunto, afirmou Settembrini: “Partido que será o depositário da verdade, como intérprete da essência mais real da classe operária, a encarnação atual do socialismo, a única garantia de seu advento futuro” (2010, p. 681).

O conceito de partido de vanguarda apareceu constantemente desde os primeiros textos de Hugo Blanco e, no livro *Terra ou Morte*, a falta de um partido de vanguarda foi apresentado como a principal deficiência da revolução peruana, como é possível identificar nesta passagem: “mas também vejo esta atividade, como uma mostra do funesto que é o descaso pela construção do partido revolucionário, de tipo leninista” (BLANCO, 1971, p. 29).

Contudo, consideramos que o marxismo-leninismo que apareceu reivindicado na obra de Hugo Blanco não esteve diretamente vinculado às ações do Komintern ou pelo partido comunista peruano, pois o primeiro foi extinto em 1943 e o segundo, na época da formação e atuação política de Hugo Blanco, embora ainda se colocasse como o autêntico representante do marxismo-leninismo, já não o praticava seguindo seus preceitos iniciais, uma vez que as concepções stalinistas passaram a predominar em tais organizações, especialmente após 1927.

Nesse sentido, se Hugo Blanco se valeu de princípios leninistas, ele o fez, certamente, de duas maneiras: indo direto às fontes ou, principalmente, acionando-os pela ponte construída pelo movimento trotskista até o leninismo. Este segundo ponto, por exemplo, fica claro se observarmos o *Programa de Transição*, de 1938, redigido por Trotsky, e que tinha como um de seus alicerces o marxismo revolucionário elaborado por Lênin (SAGRA, 2005,

p. 140). Além disso, ao longo de sua trajetória política e intelectual, Leon Trotsky se aproximou em diversos momentos do tipo de partido inspirado por Lenin (PASQUINO, 2010, p.1266). Por conta disso, não surpreende que em um trecho do livro *Terra ou Morte*, ao se referir direta ou indiretamente aos diversos modelos de revolução que haviam surgido desde a Revolução Russa, Blanco afirmou, sem deixar escapar o tom positivo, que: “[lá] está o caminho de Lênin e Trotski” (BLANCO, 1971, p. 30), o que demonstra sintonia e conhecimento das duas leituras do marxismo revolucionário. Por fim, o posicionamento em paralelo destes dois líderes revolucionários mostra, a um só tempo, que o autor em questão percebia muito mais semelhanças do que diferenças entre o trotskismo e o leninismo.

Assim, a defesa que Hugo Blanco fez do partido de vanguarda estava assentada em grande medida no conhecimento e na concordância que ele cultivara com as concepções do leninismo ou com o trotskismo. Mas não unicamente isso. Temos a impressão de que tal defesa foi realizada também em razão da sua condição de homem de ação. Pois, como toda a trajetória do movimento revolucionário dos camponeses no vale de *La Convención* foi marcada pelo conflito e pela tensão entre diferentes correntes da esquerda, Blanco foi testemunha dos esforços de seus pares e de seus inimigos para preservar e cooptar organizações de massa (sindicatos e federações camponesas) que haviam nascido no interior dos latifúndios localizados no referido vale. Aliás, essa política de cooptação era uma das bases que sustentavam a ideia do partido de vanguarda. Na ocasião, a disputa foi bastante polarizada entre os trotskistas e o Partido Comunista, como é possível observar nesta afirmação de Fioravanti (1974, p. 205):

(...) existían en los valles dos zonas claramente delimitadas: los partidarios de Blanco controlaban las propiedades de Romainville (Huadquiña, Chaupimayo y Santa Rosa) y el valle de Lares, así como la dirección de la Federación Provincial de Campesinos de La Convención y Lares, mientras que los partidos del Partido Comunista dominaban los distritos de Santa Ana, Maranura, Huayopata y Echarate).

A disputa foi de dada importância que “*el PCP [Partido Comunista peruano] envió a la Convención y Lares a más de treinta militantes cuzqueños a apagar el ‘fuego’ propagado por Blanco*” (FIORAVANTI, 1974, p. 205). Este “incêndio”, na visão dos comunistas, dizia respeito à linha conferida pelas propostas mais radicais que Hugo Blanco e seus pares deram aos sindicatos da região e que pregavam o fim das relações arcaicas de trabalho e a invasão de terras e o fim do latifúndio. Tais ações se opunham às aquelas incentivadas pelo Partido Comunista, naquele momento.

Vale ressaltar que as atuações do Partido Comunista na região foram fundamentais para se elevar o sectarismo e a tensão na região, pois tal partido não apenas conseguiu preservar e firmar sua presença política e ideológica frente aos trotskistas, como também conseguiu atrair determinados sindicatos que estavam sob o raio de influência da FPCLCyL (*Federación Provincial de Campesinos de La Convención y Lares*), fundada em 1961 e controladas naquele momento por Blanco e seus correligionários. A fragmentação no interior desta Federação aconteceu a partir de abril de 1962, justamente após Blanco ter sido eleito secretário geral. Dos 83 sindicatos votantes, 32, mais simpáticos a uma linha reformista, não aceitaram a eleição de Blanco. Pouco tempo depois, tais sindicatos estavam sob a influência do Partido Comunista, ao mesmo tempo em que passaram a apoiar a repressão do movimento camponês na região. (FIORAVANTI, 1974, 206-207).

Portanto, foram essas disputas no interior da esquerda, especialmente no interior do movimento camponês em *La Convención*, que provavelmente explicam uma das razões de Hugo Blanco ter defendido com tanta avidez, desde a sua prisão em 1963, que a falta de um partido de vanguarda foi uma lacuna elementar. Temos a impressão de que a experiência lhe demonstrou o quão frágil fora a disciplina das massas naquelas circunstâncias e o quão arriscado é deixá-la “à sorte” de sua espontaneidade. Em outras palavras, desvinculada do partido, principalmente em um contexto de disputa por sua direção. Mas é bom lembrar também que este comportamento do Partido Comunista corroborava para Hugo Blanco compreendê-lo como um órgão esvaziado de qualquer conteúdo revolucionário.

Ademais, convém acrescentar que esta necessidade do partido de vanguarda defendida por Hugo Blanco também pode estar ligada à constatação de que os objetivos e princípios político-ideológicos do socialismo estiveram, em grande medida, circunscritos aos líderes do movimento. Ou seja, tais princípios não haviam penetrado as massas, por conseguinte, isto teria inviabilizado o aprofundamento do movimento camponês na direção que Blanco desejava: a revolução socialista, bem como teria favorecido que tais massas se inclinasse na direção do viés reformista dos comunistas. Nesse sentido, para evitar estes resultados, era uma questão imperativa a construção do partido, pois apenas este garantiria a educação e a condução das massas rumo ao socialismo.

Por fim, é interessante realçar que a defesa do partido de vanguarda demonstrada por Hugo Blanco não foi necessariamente uma defesa mais do leninismo do que do trotskismo, pois reivindicar o partido de vanguarda era o meio pelo qual os trotskistas se colocavam na liderança do movimento e liderar a revolução era justamente um dos cerne do movimento trotskista, pois como afirmou José Roberto Campos: “A crise histórica da humanidade, para

os trotskistas, se reduzia à crise histórica de direção revolucionária” (1981, p. 39). Contudo, isto não encerra o tema, pois logo mais perceberemos que esta defesa do partido e do trotskismo também era uma resposta às organizações que tentavam traduzir no Peru o castro-guevarismo. Mas antes de tratarmos disso, convém dedicar atenção às origens do trotskismo, uma vez que o mesmo esclarece algumas questões sobre o stalinismo e a equalização deste último, por parte de Blanco, com o reformismo.

2.2. As origens do movimento trotskista e a IV Internacional nos anos 50.

Para Silvio Pons (2014, p. 110), em 1923, na Alemanha, teria sido a última vez que os líderes da União Soviética haviam arriscado a segurança do Estado revolucionário em favor da revolução mundial, política esta que só viria a se aprofundar, sobretudo, durante o período identificado com o stalinismo, isto é, de 1927 até 1953. Nessa linha adotada por Stalin, o sentido dado à III Internacional e ao papel dos partidos comunistas, que desde a vitória da Revolução Russa em 1917 havia se alastrado pelo mundo, foram inclinados a se combinar com os interesses nacionais da União Soviética. Isso, como sublinhou Pons, não significou que o Komintern havia renunciado à revolução mundial, mas estava claro que ela foi ressignificada dentro da concepção do “socialismo em um só país”.

Porém, ainda que esses novos ventos não custassem e nem diminuíssem os entusiasmos e a legitimidade que muitos grupos sociais continuariam a cultivar pela Revolução de Outubro (PONS, 2014, p. 11), no plano prático e teórico, a história foi outra, pois o marxismo revolucionário que o Komintern fez ecoar desde a União Soviética até aos partidos comunistas espalhados pelo mundo provocou consequências profundas. Em último caso, coube aos partidos comunistas nacionais uma intensa burocratização vinda de cima para baixo, bem como a imposição de estratégias e interpretações ortodoxas do marxismo como a revolução por etapas e o “socialismo em um só país”. Conforme Pons:

Sobretudo a partir do início dos anos de 1930, os quadros do Komintern e de suas seções nacionais foram amplamente submetidos a práticas institucionalizadas de natureza pedagógica e normativa, paralelas e substitutivas daquelas aplicadas nas respectivas comunidades nacionais (2014, p. 159).

Mas foi exatamente nesse momento de burocratização, dogmatismo e de definição do “socialismo em um só país” representado pelo stalinismo na União Soviética que se começou a definir também outra corrente teórica e prática do marxismo identificada sob um nome,

sendo este de importante valor para o nosso trabalho: o trotskismo. O trotskismo foi um termo que surgiu na União Soviética para caracterizar, dentro do Partido Comunista, a ala de membros mobilizados em torno de Leon Trotsky, os quais se opunham aos caminhos que alguns dirigentes do Partido Comunista estavam dando à revolução de 1917. Mas como tal oposição foi muito mais oscilante do que linear e decisiva, o resultado foi o afastamento e posterior expulsão de Trotsky, tanto do partido como da União Soviética (CAMPOS, 1985, p. 25-32).

Em 1927 a oposição que ele encabeçara havia sido derrotada e em 1929 foi obrigado a deixar a Rússia. De qualquer maneira, outro resultado dessa oposição que precisa ser mencionado foi que os trotskistas passaram a conhecer uma crítica e perseguições que a União Soviética fez questão de perpetuar e de espalhar para todos os partidos comunistas, o que produziu e legou um longo desacordo entre trotskistas e comunistas para além da Rússia. Hugo Blanco foi testemunha deste conflito dentro da esquerda, pois responsabilizou a perseguição que sofreu do Partido Comunista Peruano devido à sua condição trotskista. Em 1956, por exemplo, logo após retornar da Argentina e dois anos antes de se juntar aos camponeses, organizou a formação de um sindicato de vendedores de jornais com o objetivo de adentrar na *Federación de Trabajadores de Cuzco* (FTC), que era controlada pelos comunistas, e da qual foi expulso. Sobre isso, Blanco afirmou que: “(...) *yo era trotskista, entonces me expulsaron de la Federación, no me admitían y bueno en La Convención comenzaron a decir que yo era: “agente del imperialismo (...)”* (BLANCO, 2011, p. 244).

O ponto envolvendo as tensões entre stalinismo e trotskismo que culminou com a expulsão de Trotsky nos é fundamental, porque foi durante o período de exílio que Trotsky mobilizou toda sua competência teórica e prática, contribuindo, a um só tempo, para denunciar, pelo menos na sua visão, os descaminhos que Stalin destinava ao Estado Revolucionário, bem como para recolocar os partidos comunistas filiados à III Internacional de volta ao caminho que os levaria em direção à revolução mundial (CAMPOS, 1985, p. 11). Contudo, a degeneração burocrática que havia atingido o Partido Comunista Soviético, a preponderância dos interesses nacionais em detrimento da revolução mundial e, ainda, a adoção de estratégias equivocadas e executadas pelo Komintern— como aquelas que contribuíram para a derrota dos revolucionários e a ascensão dos nazistas ao poder na década de 1930, na Alemanha (COGGIOLA, 1984, pp. 12-13) –, foram alguns dos fatores que colaboraram para que Trotsky achasse que a III Internacional havia renunciado aos seus objetivos originais. Conforme José Roberto Campos:

A Internacional Comunista, por seu lado, transformou-se numa máquina burocrática e monolítica, a serviço da política conservadora de Stalin. Seguiu os ziguezagues do dirigente soviético que, para construir seu “socialismo” na Rússia isolada, compactuou com os países imperialistas, inclusive com Hitler(1985, p. 40).

Diante deste panorama, Trotsky e seus apoiadores, depois de terem se reunido em torno da oposição à esquerda, concluíram pela necessidade de criarem outra Internacional. Isto aconteceu na França, em 1938, e ficou conhecida como a IV Internacional, sendo sua bandeira o *Programa de Transição* redigido por Trotsky. Apesar de representar mais uma continuidade do que uma ruptura com o leninismo e com os congressos da III Internacional anteriores ao stalinismo (SAGRA, 2005, p. 139-143), a IV apareceu oferecendo à esquerda mundial o trotskismo como uma via possível para a revolução socialista, especialmente em termos de direção. Tal movimento, inclusive, foi importante para os rumos que tomou o socialismo na América Latina, pois esta não ficou imune a esse contexto de emergência do trotskismo. Com efeito, as disputas dentro do Partido Comunista Soviético e a posterior organização da IV Internacional contribuíram para o surgimento dos primeiros grupos trotskistas na América Latina.

Este foi o caso, por exemplo, do trotskismo peruano cujos primeiros militantes advieram de cisões no interior do partido comunista (ALEXANDER, 19991) e o próprio Hugo Blanco foi um trotskista que se inserira dentro dos quadros da referida internacional.

Aspecto este que não ficou evidente apenas pelos contatos que estabeleceu com a internacional e seus integrantes, mas também pelo seu trabalho intelectual. No próximo capítulo demonstramos como o conteúdo do livro *Terra ou Morte* foi, em última instância, a defesa do *Programa de Transição*.

Contudo, é preciso dizer que o trotskismo, embora não tenha alcançado o aspecto de uma doutrina codificada, nem um elevado grau de organização, ofereceu a seus militantes um conjunto de princípios coerentes para a teoria e prática do marxismo, principalmente para uma atuação nos países da periferia do capitalismo, que, segundo Michael Löwy (2015, p. 111), ficou evidenciado na principal obra deste intelectual revolucionário, *A Revolução Permanente*. Esta obra também, em diversos sentidos alcançou o status de rigorosa importância em função da leitura singular a que Trotsky foi capaz de oferecer do marxismo¹⁸. Porém, neste momento, o que mais nos interessa é o trotskismo enquanto movimento político

¹⁸ Como defendeu Gianfranco Pasquino, a [...] teoria da revolução permanente, a qual [...]constitui provavelmente a contribuição mais original do pensamento marxista depois de Marx e Engels”(PASQUINO, 2010, p 1261).

e prática revolucionária, especialmente a partir da década de 1950, pois é neste ponto que localizamos Hugo Blanco.

Na década de 50, o trotskismo não passava pelos seus melhores momentos. Nas palavras de Michael Löwy (2005, p. 201), o período em questão significou o mesmo que uma “travessia do deserto”, tamanhos foram os desafios. A morte de Trotsky, assassinado a mando de Stalin, no México, em 1940, e o início da Segunda Guerra Mundial não contribuíram para o fortalecimento e o amadurecimento do trotskismo. Na verdade, tais fatores colaboraram para que as organizações filiadas à IV Internacional aprofundassem suas fragilidades. Como sublinhou José Roberto Campos: “logo veio a II Guerra Mundial que, ao lado do assassinato de Trotski [...] contribuiu para dispersar a nova organização – pequena, isolada da classe operária, frágil teórica e praticamente” (1985, p. 12).

Diante disso, não demorou para que a jovem IV Internacional sofresse duros golpes, sendo o mais relevante a cisão de 1953, momento que inaugurou duas grandes correntes: o Secretariado Internacional da IV Internacional (SI), dirigido pelo Belga Ernest Mandel, e o Comitê Internacional da IV Internacional (CI), dirigido pelo francês Pierre Lambert. Lembrando que durante todo o período que tivemos o movimento de camponeses em *La Convención*, Hugo Blanco cultivou de alguma maneira relações mais próximas com o Comitê Internacional. Este elo, por sua vez, era realizado por meio de uma seção localizada na Argentina, o SLATO (*Secretariado Latinoamericano del Trotskismo Ortodoxo*), liderado pelo trotskista Nahuel Moreno. A divisão da IV Internacional, por sua vez, não foi algo que permaneceu solidificado no tempo, afinal, em 1963, vários grupos identificados com o Comitê Internacional se reincorporaram ao Secretariado Unificado da IV Internacional (SU). Sendo um desses grupos a seção argentina liderada por Nahuel Moreno¹⁹.

Assim, não bastasse a fragilidade da IV Internacional após a II Guerra Mundial, a cisão ocorreu também em função da recusa, por parte de alguns partidos trotskistas, de aceitarem as diretrizes organizadas por um dos delegados da Internacional, o grego Michel Pablo, que foram apresentadas no III Congresso Mundial, em Paris (1952). Pablo, analisando o contexto pós-guerra, ofereceu o caminho do “*entrismo*” para os partidos trotskistas, isto é, afirmava que a opção que restava aos trotskistas, diante da mais nova guerra mundial que se

¹⁹ Esta unificação, por um lado, se não significou a superação das diferenças internas, uma vez que tensões internas continuaram a marcar presença, por outro, esta unificação revelou o impacto que a Revolução Cubana causou sobre a IV Internacional. Como ressaltou Isabella Meucci (2015), a vitória dos revolucionários, o tom marxista que estes acabaram emplacando à revolução e a convergência das análises de trotskistas de diferentes seções sobre o que se passava na ilha contribuíram para a reunificação de 1963. Com efeito, podemos considerar que a partir deste momento, o trotskismo internacional passou a estar, como diria Osvaldo Coggiola (1984), “sob o signo da Revolução Cubana”, o que certamente teve um impacto profundo sobre a trajetória intelectual de Hugo Blanco, pois este se manteve crítico ao castro-guevarismo.

anunciava, era adentrar nos partidos comunistas submetidos à burocracia stalinista procurando cooptá-los, para então, resgatando-os das mãos destes, os transformarem em partidos revolucionários novamente. Acontece que suas considerações não agradaram a todos, aliás, para alguns, o programa de Pablo era a negação do programa que havia inaugurado a Internacional, isto é, a recusa das linhas expressas pelo *Programa de Transição* (CAMPOS, 1985, p. 54).

Sobre as ideias de Pablo, Mabelle Bandoli (2016), no artigo intitulado Desenvolvementismo e institucionalização partidária: o trotskismo invulgar do POR (1952-1960) tratou da cisão de 1953, trazendo assim, resumidamente as considerações daquilo que ficou conhecido como *pablismo*, como se segue abaixo:

Em essência, os textos defendiam que o mundo vivia um período diferente daquele no qual a IV foi fundada: o conflito entre o imperialismo americano e os Estados operários encabeçados pela URSS estava em ponto de ebulição e uma nova guerra mundial viria a irromper em curto prazo.

[...]

A emergência da guerra abreviaria o “tempo histórico” disponível para a construção de partidos “verdadeiramente revolucionários” (trotskistas). As massas estariam animadas pelos importantes processos de transformação social em curso no leste europeu e na China, e eles vinham acontecendo sob a direção soviética. Todos esses fatores empurravam o comando da provável revolução para as mãos da burocracia stalinista: somente “séculos de transição” para o socialismo poderiam diluir tamanha força política.

Depois de vencer a guerra contra o imperialismo, se abriria o momento de levar as massas a lutar diretamente contra o stalinismo. Somente então os trotskistas se empenhariam em puxar a política soviética para a esquerda, fazendo surgir tendências centristas que acabariam por prevalecer sobre o “oportunismo direitista” vigente. Para cumprir cada uma das etapas dessa jornada, os trotskistas tinham a tarefa urgente de se integrar no real movimento das massas. O primeiro passo a ser dado era integrar os militantes trotskistas nos partidos comunistas em todo o mundo, com o objetivo de influenciar sua política. Assim, a partir de dentro, se iniciaria o longo processo de reconquista do imenso aparato controlado por Stálin (BANDOLI, 2016, p. 286).

Contrários a Michel Pablo estiveram o Partido Comunista Internacionalista (francês), que foi excluído da IV Internacional. Em seguida, por sua vez, os franceses organizaram, com apoio de seções inglesas, suíças e do SWP (*Socialist Workers Party*) estadunidense o Comitê Internacional da IV Internacional, formalizado em 1953. Essas divisões que aconteciam no movimento trotskista impactaram sobre as organizações trotskistas da América Latina. Na Argentina, por exemplo, país que desde o pós-guerra vinha se transformando “numa espécie de centro-latino americano” do trotskismo (COGGIOLA, 1984, p. 49), existia uma disputa

entre dois grupos que ansiavam representar a IV Internacional, representados por Nahuel Moreno e João Posadas.

Como o III Congresso Mundial que havia incorporado as ideias de Michel Pablo foi o mesmo que reconheceu a organização de João Posadas, na Argentina, para representar o movimento trotskista internacional, Nahuel Moreno, que em um primeiro momento havia aceitado a decisão, rompeu com o Secretariado Internacional (SI) e se juntou ao Comitê Internacional (CI) em 1954. Para tanto, criou o Secretariado Latino americano do trotskismo, o (SLATO), que agregava seções da Argentina, do Chile e do Peru. Por fim, o resultado dessas cisões foi a emergência de dois organismos responsáveis pela organização do trotskismo na América Latina, pois, enquanto Moreno liderava o SLATO, Posadas executava a constituição do Bureau Latino-americano (BLA) ligado ao SI. Diante disso, não é um exagero reconhecermos também que o continente americano, durante a década de 1960, contava com diversas “Internacionais”, que, em última instância, buscavam sua hegemonia sobre a revolução e os movimentos de esquerda na região. Conforme Coggiola “de fato, Moreno e Posadas enviaram delegados onde podiam e consumaram a divisão dos grupos trotskistas do continente” (1984, p. 56).

É importante lembrar, igualmente, que foi justamente no ano de 1954 que Hugo Blanco se mudou para Buenos Aires, onde deu início ao curso de agronomia na Universidade de La Plata. Com efeito, juntou-se ao grupo de Moreno quando este formalizava o SLATO. Nesse sentido, partimos do princípio de que Blanco, além de ter sido o elo para que o Comitê Internacional chegasse a ter representação no Peru (COGGIOLA, 1984, p. 71), foi exatamente na Argentina onde ele experimentou importantes lições, que certamente o acompanharam quando, em 1956, voltou ao Peru. Contudo temos que destacar que o trotskismo peruano, durante o período em questão, não deixou de apresentar as mesmas fragilidades do trotskismo internacional. Assim, a partir de 1956, o Peru conviveu com dois PORs, o de Ismael Frías, ligado ao SI e ao BLA de Posadas, na Argentina; e o de Hugo Blanco, ligado ao CI e ao SLATO, este a partir de maio de 1957, dois meses depois de realizarem o I Congresso do partido do POR.

Sobre as lições aprendidas por Blanco na Argentina podemos destacar a linha seguida pelo grupo de Moreno. Estes mudaram sua atitude em relação ao governo populista desenvolvido por Juan D. Perón (1952-1955), passando a apoiá-lo, após o golpe de 1955. A partir desse momento ficou bastante evidente o *entrismo* perpetrado pelo grupo de Moreno sobre os sindicatos submetidos e comandados pelo peronismo, atitude essa que, por um

momento, valeu-lhes maior participação dos trotskistas no movimento de massa (COGGIOLA, 2006, pp. 153-154).

Assim, a maneira como Blanco atuou entre os camponeses, em Cuzco, não nos parece muito diferente daquela aprendida na Argentina, pois as organizações e a proximidade com as massas mantiveram-se em uma posição de destaque dentro de sua tática, haja vista a quantidade de sindicatos fundados por Blanco no vale de *La Convención*. Além disso, algumas ações revelam que estava inserido dentro do *entrismo*, pois procurou adentrar e cooptar alguns sindicatos da região, inclusive sobre alguns que estavam sob o controle do Partido Comunista. Martin Mangiantini comentou essa experiência de Blanco no país platino: “[...] *Hugo Blanco, un militante de la corriente morenista que, tras su estancia en Argentina, retorno a Perú y se dedico a la tarea de sindicalizar al movimiento campesino en el Valle de la Convención y Lares*” (MANGIANTINI, 2015, p. 7).

Porém, seria um equívoco afirmarmos que a ação de Blanco apenas repetia no Peru o que aprendeu na Argentina. Pois deixar a cidade para organizar os camponeses, em 1958, e posteriormente iniciar a partir deles o processo revolucionário, não apenas contrariava as lições aprendidas em solo platino, como era uma atitude singular ante as próprias ideias de Leon Trotsky, que insistiam no protagonismo das massas urbanas. Mas Blanco parece ter transcendido esta lógica ao iniciar a sindicalização dos camponeses, em Cuzco. Jun Lust, no seu livro *“Lucha revolucionária”, Perú:1958-1967*, trouxe o depoimento de um ex dirigente do FIR, Guilherme Serpa, que afirmou: *“me parece está muy claro que la presencia de Hugo en el Cuzco, en la organización de los sindicatos, es mérito exclusivo de la iniciativa suya, Hugo puso el FIR ante un escenario de lucha concreta, en Chaupimayo”* (LUST, 2013, p. 78-79). Tais problematizações, por sua vez, foram aprofundadas e esclarecidas no próximo capítulo.

Por fim, convém comentar que o referido contexto foi impactado pela Revolução Cubana, de 1959. Tal evento é fundamental, pois nos ajuda a compreender a radicalização e o tom da crítica que Hugo Blanco despendeu à agenda reformista, tanto dos apristas como dos comunistas, bem como as principais razões que levaram ao surgimento da *Nueva Izquierda*²⁰ no Peru. São estes aspectos que passaremos a estudar a partir de agora.

²⁰ A história da *Nueva Izquierda* ultrapassa os anos sessenta, contudo só nos interessa a sua primeira fase, isto é, entre 1959-1965, que foi o momento em que as organizações que a integravam promoveram a luta armada no Peru.

2.3. O Partido Comunista Peruano

Como já adiantamos em outros momentos, no Peru, o Partido Comunista se originou do Partido Socialista, fundado em 1927, por José Carlos Mariátegui. Todavia, este último só recebeu o nome de Comunista em 1930. Esta alteração, por sua vez, na história do comunismo peruano, foi muito mais do que uma mudança de sigla; significou, em último caso, o enquadramento deste partido aos ditames de Moscou, marcando toda a trajetória política do partido no país.

Apesar de as distâncias e as preocupações de Moscou terem tido maior foco em outras regiões do mundo (ANGELL, 2009, p. 476), as interferências do Komintern na América Latina não deixaram de ser sentidas. A influência sobre o continente, bem como a forma como isso ocorria foram muito bem descritas por Alberto Flores Galindo em seu clássico livro *La agonía de Mariátegui*, de 1982. Neste livro, o autor destacou os desacordos entre os delegados peruanos, que representavam o recém fundado Partido Socialista, com as diretrizes da Komintern, ocorridos na primeira conferência continental dos partidos comunistas latino-americanos, em Buenos Aires, no ano de 1929.

Mariátegui, embora fosse o principal ideólogo e teórico do marxismo e do referido partido, não compareceu à conferência, sendo representado pelos correligionários e operários Hugo Pesce e Julio Portocarrero. Apesar dos vários pontos altos desta obra de Flores Galindo (1982), o que devemos colocar em relevo é justamente o ponto que temos insistido: o progressivo burocratismo e dogmatismo corporificado pela Komintern, pois o autor em questão, mais de uma vez, demonstrou a tentativa da internacional em cercear as concepções heterodoxa sem relação ao Partido Socialista e ao marxismo heterodoxo que advinham da delegação peruana, que, como se sabe, eram as marcas do pensamento de Mariátegui. Nesse sentido, praticamente inexistiu, na conferência de Buenos Aires, espaço para que os princípios que sustentavam o Partido Socialista fossem aceitos dentro das concepções da Internacional, que, adotando o conceito de “classe contra classe”, previa um partido Comunista monolítico, disciplinado e composto apenas pelo proletariado, enquanto Mariátegui defendia um partido aberto às questões regionais, incorporando o indígena e os intelectuais no corpo de filiados.

Ainda segundo Flores Galindo, este partido menos homogêneo estava assentado na capacidade de Mariátegui de considerar como fator fundamental a realidade peruana, tanto na leitura e interpretação do marxismo, quanto em sua aplicação em seu país. Assim, diante da falta de um proletariado maduro e numericamente considerável, ele optou por um partido com bases mais amplas com enfoque nas comunidades andinas. Na leitura de Mariátegui, a questão

do trabalho e da exploração do mesmo passava pela compreensão da relação dos camponeses com a terra.

Porém, a defesa de um partido com tais características e que levasse em conta os aspectos nacionais só elevava os desacordos com a Internacional, pois esta não considerava a existência de especificidades nacionais, o que existia para ela era apenas uma realidade continental: a realidade latino-americana. Sendo assim, ao final da conferência, os delegados peruanos colecionavam uma porção de ratificações feitas por diversos outros delegados, especialmente por aquele que fora responsável pela organização do encontro: Vittorio Codovilla.

A configuração deste panorama é válida justamente porque, logo depois, em 1930, a morte encontrou Mariátegui, e o seu projeto de partido, bem como sua leitura do marxismo acabaram sendo sepultados com ele, dando início àquilo que o próprio Flores Galindo chamou de processo de “desmarieteguização” do Partido Socialista. Um dos responsáveis por isso foi Eudocio Ravines, então secretário geral do Partido, que ao suceder Mariátegui como presidente da agremiação, alterou o nome do partido de Socialista para Comunista. É importante destacar também que, quando procurou relegar ao esquecimento as concepções de Mariátegui, Ravines não estava fazendo outra coisa a não ser fidelizar o partido recém organizado à III Internacional e aderir à sua forma de atuar junto aos partidos (PRIEGO, 1990, p 268).

Para o movimento comunista peruano, a mudança de direção que Ravines impôs ao partido teve consequências marcantes, como a manutenção dos comunistas em segundo plano na vida política do país, uma vez que, na década de 1930, o protagonismo político das esquerdas junto às massas ficou para o PAP (Partido Aprista Peruano), fundado por Haya de la Torre. Isso se deu por alguns motivos que envolvem a própria capacidade pessoal e carismática de Haya de la Torre, mas também, em função da estratégia adotada pelo Partido Comunista em acordo com as diretrizes da Internacional: “classe contra classe”. No caso peruano, esta estratégia favoreceu não apenas o isolamento do proletariado, mas do próprio partido em relação às massas de uma forma geral. Acerca do assunto, Priego afirmou:

La táctica de “clase contra clase suponía la creación del frente único obrero; los comunistas esperaban que reforzaría la conciencia de clase del proletariado, acentuaría su independencia respecto a la burguesía [...]. El espíritu sectario manifestado en la acción práctica de la nueva línea imposibilitó la acción conjunta de los comunistas y los socialistas e hizo más tensas las relaciones con los miembros de las organizaciones socialdemócratas (PRIEGO, 1990, pp. 271-271).

Acontece que esse quadro de isolamento do partido não foi apenas uma condição do início dos anos 1930, mas uma constante das décadas subsequentes. Como se pode notar, essa condição está relacionada aos vínculos estabelecidos com o Komintern, pois contribuíram para que o dogmatismo se tornasse predominante, deixando o partido e seus membros muito mais preocupados em adaptar-se às ordens vindas de Moscou do que incliná-los a uma reflexão sobre as singularidades políticas e socioeconômicas do Peru, bem como sobre as práticas e as teorias revolucionárias do marxismo.

De qualquer maneira, pode-se acrescentar também que, se o isolamento dos anos iniciais se prolongou até as décadas posteriores, isso está diretamente relacionado com o desenrolar da própria história peruana, que passou por um número incontável de reveses políticos que desaguariam em uma série de golpes e contragolpes de Estado, governos autoritários e uma considerável modernização capitalista conduzida também de forma autoritária. A combinação de tais elementos possibilitou que novos questionamentos surgissem em torno da realidade peruana, provocando uma espécie de renovação no pensamento político no Peru, fato que resultou no rompimento de alguns personagens e setores populares com os tradicionais partidos, tanto da esquerda como da direita, que integravam o cenário político peruano até então (ANDRIAZÉM, 1990).

Simultaneamente a todo esse processo, outra razão para o enfraquecimento do Partido Comunista no Peru esteve ligada ao abandono progressivo de antigas bandeiras do partido, como o radicalismo insurrecional representado pelo leninismo e a incorporação de uma pauta cada vez mais reformista e democrática²¹, pois tudo isso, apesar de condizente com a onda

²¹ À semelhança dos anos 20, na década de 30 a Revolução Russa continuou atraindo simpatizantes pelo mundo, sendo os intelectuais um dos grupos mais inclinados a essa simpatia (PONS, 2014, p. 157; ANGELL, 2009, p. 477). Além disso, as recomendações do VII Congresso do Komintern, realizado em 1934, não tardou a produzir seus efeitos sobre os partidos comunistas latino-americanos. Eudócio Ravines, então dirigente do partido no Peru, adotou a recomendação de se produzir as famosas “Frentes Populares”, ou seja, a uma união antifascista de partidos comunistas, socialistas e democrático-burgueses (LÖWE, 2006, p. 28). As “Frentes”, contudo merecem menção não simplesmente porque mostraram mais uma vez o vínculo entre os partidos do subcontinente americano e o Komintern, nem porque conseguiram atrair grupos sociais para além do proletariado ou porque realizaram a união entre grupos esquerdistas que tiveram, anteriormente, suas siglas e seus programas reprovados pelo partido comunista peruano, como o APRA e o Partido Socialista. O fato é que o programa da “Frente Popular” encabeçado pelo partido comunista peruano confirmava o apoio às agendas de caráter reformista em detrimento de uma agenda radical/insurrecional (LÖWE, p. 30). Com isso queremos afirmar que a revolução socialista não estava mais na ordem do dia. Nas eleições de 1936, no Peru, já foi possível observar a atuação das “Frentes Populares”, mas apesar de ela ter atraído a simpatia de uma ampla massa urbana e ter juntado uma força relativamente interessante entre as esquerdas, foram os grupos identificados por tenderem à direita que se sagraram vencedores. No entanto, a vitória foi alcançada através de um golpe, o qual foi responsável por manter o General Benavides no poder até 1939, sendo que o mesmo já dirigia o Peru desde 1933. O golpe foi seguido pela perseguição aos partidos de esquerda e às organizações sindicais, com destaque para os sindicatos vinculados à CGTP (Confederación General de Trabajadores del Perú). O PC comunista, embora clandestino, não deixou de interferir na política e na organização das massas peruanas, contudo a linha

democrática gerada pelo final da Segunda Guerra Mundial, no campo específico da esquerda, estava na contra mão dos novos questionamentos trazidos pela Revolução Cubana após 1959.

Em relação ao contexto de modernização a que nos referimos logo acima, ela merece destaque porque gerou um novo grupo social: “as novas classes médias” (ANDRIAZÉN, 1990). Tendo sua base social assentada em profissionais liberais, essa nova classe média produziu uma elite de intelectuais que extraíram seu grau de coesão a partir de sua leitura comum sobre o processo de modernização do Peru, de suas frustrações em relação à derrocada do governo democrático (1945-1948) e de seu cosmopolitismo (ANDRIAZÉN, 1990, p. 23). Tais características foram traduzidas em novos pensamentos políticos e em novos partidos (mencionados no capítulo anterior), como: a *Democracia Cristiana*, o *Movimiento social Progresista* e a *Acción Popular*. Este último, por exemplo, venceu as eleições de 1963. Em resumo, é possível observar que este novo grupo social não convergiu na direção dos tradicionais partidos da esquerda peruana, ilustrando, por conseguinte o isolamento do Partido Comunista peruano²².

Ao mesmo tempo, é fundamental sublinhar que o isolamento desses tradicionais partidos de esquerda (PCP e APRA) acontecia porque os governos autoritários daquele período ofereceram importantes complicadores à vida destas organizações políticas. Internamente, a ditadura do General Manuel Odría (1948-1956) colocou o Partido Comunista, o Partido Aprista e as associações sindicais atreladas a eles, na clandestinidade. E, além de comprometer a organização das massas, a ditadura comprometeu o próprio desenvolvimento do pensamento político dessas organizações partidárias. Justamente por isso que, para Alberto Andriazén (1990) e Jorge Nieto (1990), os referidos partidos de esquerda, com o fim dos oito anos de governo Odría, reapareceram no cenário político de redemocratização com ideias

de atuação continuou orquestrada por uma agenda reformista. Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, algumas mudanças a nível interno externo do movimento comunista aconteceram, deixando sua marca sobre o Partido Comunista peruano. No Peru, esta política ficou bastante evidente durante as eleições de 1939 e durante o desenrolar da segunda guerra mundial, principalmente a partir do momento em que a aliança entre União Soviética e Estados Unidos se evidenciavam. Nesse caminho boa parte do esforço do partido esteve em prol das forças democráticas e na luta contra os simpatizantes do totalitarismo europeu, que, no País andino, apareceram ligados ao candidato José Quesada, em torno do grupo denominado Frente Patriótico, em 1939 (ANDERLE, 1985, p. 375). Na ocasião, os valores democráticos eram representados pelo candidato Manuel Prado, o qual teve apoio do partido comunista peruano. Mas esse apoio representou uma mudança considerável em importantes concepções internas do partido, concepções estas que foram umas das principais bandeiras de sua fundação: a luta contra a oligarquia e contra o imperialismo estadunidense. Assim, deixar de lado as críticas aos Estados Unidos e alinhar-se a Prado, quando o mesmo era conhecido por ser um autêntico representante da oligarquia, significava aproximar-se, a um só tempo, de inimigos históricos do partido comunista (LÖWE, p. 28; 30). Mais tarde, a manutenção dessa agenda moderada e a aproximação com tais inimigos foram fundamentais para o surgimento da *Nueva Izquierda*.

²² Esse distanciamento também foi vivido pelo partido aprista, que não conseguiu atrair, como o fizeram na década de 30, as classes médias emergentes.

defasadas em relação às transformações modernizadoras e às perspectivas dos novos grupos sociais.

No entanto, dentro das fronteiras nacionais, este era apenas um dos desafios enfrentados pelos partidos de esquerda, o outro desafio estava no surgimento de outro sujeito político fundamental para a compreensão do período: os jovens universitários. Como se sabe, o processo de modernização e expansão do sistema educacional, entre os anos 40 e 50, produziu uma considerável população de jovens universitários (BEJAR, 1969). O próprio Hugo Blanco era um jovem nessa condição. E, à semelhança das classes médias, muitos destes jovens, no fim dos anos 50 e início dos 60, não apenas se distanciaram do Partido Comunista ou do aprismo, como passaram a criticá-los ao ponto de criarem novas organizações políticas dissidentes. Na ocasião, surgiram, a partir de uma cisão do partido comunista, o ELN (*Ejército de Liberación Nacional*), comandado por um jovem universitário, e o MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionario*), também comandado por jovens universitários que haviam rompido com o aprismo. Eis, portanto, duas das principais organizações que compuseram a primeira fase da *Nueva Izquierda*.

Embora obviamente relacionado com o contexto interno até agora esboçado, a atitude desses jovens e, conseqüentemente o surgimento da *Nueva Izquierda* deve ser compreendida e também vinculada aos fatores posicionados fora do Peru. Nesse sentido, é importante destacarmos os efeitos causados sobre estes jovens pela Revolução Cubana de 1959, pois a postura combativa que os marcavam era reflexo dos efeitos “eletrizantes” dessa revolução (ANGELL, 2009). A Revolução Cubana, mais do que ter posto em cheque as bandeiras reformistas e democráticas que eram empunhadas tanto pelo Partido Comunista como pelo Partido Aprista naquele momento, bem como as alianças que ambos estavam consolidando com antigos inimigos: o grupo oligárquico e os Estados Unidos, convenceu muitos jovens de que a revolução era iminente, que bastava a radicalização e o sacrifício para concretizá-la. Nesse contexto, estava Hugo Blanco e consideramos que não ficou imune a esta “eletrização”. Assim, a radicalização a que conduziu os camponeses em *La Convención* deve ser vista dentro deste contexto.

Ademais, o grau de desencanto com os tradicionais partidos de esquerda e a busca por novas direções realizadas pelos jovens naquele momento podem ser medidos pela seguinte afirmação de Hugo Blanco: “O POR (*Partido Obrero Revolucionario*) surgiu como expressão da necessidade de um partido verdadeiramente operário e revolucionário, frente à traição dos partidos chamados de esquerda da época: o APRA e o Partido Comunista Peruano” (1972, p. 34).

Mas, se formos um pouco mais além, perceberemos que a situação pouco confortável do Partido Comunista Peruano também estava relacionada com o contexto soviético. Até pouco antes de 1956, a União Soviética gozava de intenso prestígio no mundo, pois, além de ter saído vitoriosa da Segunda Guerra, havia ampliado sua área de influência no espaço europeu (PONS, 2014). No entanto, após a morte de Stalin, em 1953, as coisas começaram a mudar. O relatório elaborado por Nikita Krushchov e lido no XX Congresso do Partido Comunista Soviético denunciou os crimes cometidos por Stalin durante seu período no poder²³. As consequências para o mundo comunista foram praticamente imediatas, pois colocou em xeque todo um conjunto de elementos que sustentavam o mito revolucionário do Estado Soviético.

Assim sendo, desde 1956, a Revolução Russa começou a passar por um processo de desmistificação que custou, num curto prazo, a unidade do movimento e boa parte do prestígio e do apoio que os comunistas conseguiam arregimentar nas mais diversas partes do mundo e nos mais diversos grupos sociais (PONS, 2014, p. 388). Sílvio Pons, por exemplo, observou que após esta data ocorreu uma debandada de intelectuais dos partidos comunistas. Mas a responsabilidade pela configuração desse quadro também estava assentada na repressão violenta que os soviéticos emplacaram sobre os revolucionários húngaros, no ano de 1956²⁴. Em outras palavras, na segunda metade da década de 1950, o movimento comunista internacional passava por uma crise profunda. A morte de Stalin, a divulgação do relatório secreto e a crise húngara abriram, a um só tempo, um vácuo de poder e consequências imprevisíveis para todo o mundo comunista (PONS, 2014, p. 399).

Além disso, é neste instante que não podemos nos esquecer da IV Internacional, pois foi oportuno este momento de fragilização da liderança de Moscou, uma vez que, desde sua origem, a IV Internacional anunciava críticas aos partidos comunistas e há tempos tentava se colocar como representante do comunismo internacional e dirigente da revolução mundial. O destaque deste acontecimento ganha ainda mais peso em nossa análise quando percebemos

²³ Em 1956, o então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushchov leu, no 20º Congresso do Partido Comunista, o relatório secreto que denunciava os crimes cometidos pelo seu antecessor, Josef Slatin. Na ocasião, Krushchov criticou diversas políticas promovidas por Stalin, como os expurgos da década de 30 e o culto à personalidade de Stalin. Tal relatório foi relevante especialmente para abalar certa confiança e admiração que muitos grupos sociais espalhados pelo mundo alimentavam pelo comunismo representado pela União Soviética.

²⁴ Em 1956 eclodiu, na Hungria, uma revolução. Contrários ao governo instituído com apoio da União Soviética, a população húngara se levantou. A repressão inicial, conduzida especialmente contra os estudantes, acabou por animar outros grupos, o que contribuiu para ampliar a massa participante. Dentro de alguns meses, por sua vez, a revolução foi derrotada, e contou com forte participação das tropas soviéticas. Na época, este episódio, junto com o “relatório secreto”, colaborou para que muitos grupos e pessoas reavaliassem seu apoio a União Soviética.

que sua ocorrência se deu no mesmo ano em que o POR (*Partido Obrero Revolucionario*) foi refundado no Peru, em 1956.

Portanto, para as preocupações do nosso trabalho, o que deve ser percebido é que o movimento comunista, nos âmbitos nacionais ou internacionais, não gozava de estabilidade e o seu prestígio passava por uma crise difícil de ser ignorada. Jorge Castañeda (1994), por exemplo, sublinhou que nesse período era possível decretar a morte dos partidos comunistas da América Latina, pois não passavam de organizações de pouca relevância política, incapazes de se colocarem à luta pelo poder.

Os partidos latino-americanos converteram-se essencialmente em organizações de “denúncia”, dedicadas à defesa de um eleitorado nacional ou estrangeiro, mas já não estavam dispostos e nem eram capazes de lutar pelo poder. E muito menos pela revolução. Nas vésperas da Revolução Cubana, teria sido possível escrever com justiça o epitáfio desses partidos (...) (CASTAÑEDA, 1994, p. 40-41).

Essa constatação não estava toda ela em desacordo com o caso peruano, como foi possível notar até aqui. E isso deve ser ressaltado porque esta conjuntura descrita abriu brechas não apenas para que um novo grupo político (ELN) pudesse emergir a partir das cisões internas do Partido Comunista²⁵, mas para o próprio crescimento da participação dos trotskistas, que, aproveitando as mesmas brechas, conseguiram elevar sua inserção entre as massas urbanas e, principalmente entre as rurais.

2.4. APRA

Como foi possível notar na citação colocada mais acima, Hugo Blanco considerava o APRA como um partido traidor. Embora já tenhamos anunciado algumas informações que possam esclarecer este julgamento, convém um maior grau de precisão sobre o tema. Além disso, esse julgamento não foi privilégio apenas de Blanco, mas inclusive de membros internos do Partido Aprista, os quais, ao não entrarem em acordo com os dirigentes irrompeu

²⁵ Foi exatamente este contexto de crise interna e externa dos partidos comunistas que contribuiu para que membros do partido comunista peruano, sendo muitos deles jovens, saíssem ou fossem expulsos do partido, dando, a partir disso, a formação do ELN (*Exército de Liberación Nacional*), um dos principais grupos armados que compuseram a *Nueva Izquierda* entre 1959-1965. Conforme entende Jan Lust, “*En el grupo estaban algunos exmiembros del PCP. Anteriormente, ellos habían formado parte de una corriente crítica dentro del partido comunista que surgió, por un lado, de la insatisfacción respecto del rumbo político implementado por la dirección nacional y, por otro, bajo la influencia de una serie de acontecimientos acaecidos en el movimiento comunista internacional*” (2013, p. 137).

uma cisão no partido provocando a fundação do APRA-Rebelde, posteriormente chamado de MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), e que integrou o grupo de organizações que compuseram a primeira fase da *Nueva Izquierda*.

De qualquer maneira, levando em consideração as preocupações deste trabalho, chamaremos a atenção para o contexto de fundação do APRA, ainda na década de 1920, e sua reconfiguração nos anos 50. Embora reconheçamos a importância da história do movimento aprista para a compreensão de toda a trajetória política do Peru ao longo do século XX, enfocaremos apenas nos referidos períodos, uma vez que nos esclarecem as devidas razões que levaram ao julgamento proferido por Hugo Blanco, bem como as razões do surgimento do MIR.

Como foi anunciado no capítulo anterior, o APRA foi o principal partido de massas do Peru. Seu líder e fundador, Raúl Haya de la Torre, valendo-se de um certo carisma, do reconhecimento como líder estudantil advindo desde a reforma universitária de 1919 e de um partido comunista incapaz de atrair as massas e integrar outros grupos sociais, teve caminho aberto para participar e promover muitos dos principais acontecimentos da vida política peruana a partir dos anos 30. O APRA, no entanto, no seu nascimento, não tinha uma origem nem um programa fechado sobre as fronteiras peruanas, pois, além de ter sido fundado no México, em 1924²⁶, Haya de la Torre cultivava uma perspectiva internacionalista, pois seu projeto estava focado em seu caráter continental, como é possível notar em alguns de seus principais pontos: luta contra o imperialismo estadunidense, contra a oligarquia, unidade política da América Latina, nacionalização de terras e indústrias e internacionalização do canal do Panamá. Outra característica marcante dessa organização era a defesa pela formação de frentes, identificadas na “frente única de trabalhadores manuais e intelectuais”.

A simpatia pelo APRA é possível ser notada pelas células apristas que começaram a aparecer em alguns países latino-americanos, bem como pelo apoio nutrido no início, por José Carlos Mariátegui, que em 1923 em regresso da Europa, passava a viver no Peru novamente. Nesse sentido é bem verdade que Haya de la Torre e Mariátegui mantiveram-se próximos durante um tempo, até que as ideias de cada um fossem se definindo e, por conseguinte, acabaram se distanciando, sobretudo a partir de 1927. Esta proximidade aconteceu porque ambos emergiram contra a ordem oligárquica, contra o latifúndio, os arcaísmos destes e o imperialismo estadunidense. Mas as polêmicas travadas na segunda metade da década de

²⁶ Posteriormente, como intencionava participar das eleições de 1931, e as leis então vigentes impediam o vínculo com qualquer organização internacionalista, Haya de La Torre fundou o Partido Aprista Peruano (PAP).

1920 provocaram uma cisão incontornável entre eles, de tal maneira que durante toda a existência do APRA, estes se mantiveram anticomunistas e ambos empreenderam uma disputa vigorosa pelo controle das organizações de massa que existiam no país. De qualquer maneira, não sendo o conteúdo do desacordo entre os dois autores aquilo que nos interessa, o que pode ser sublinhado é que este rompimento entre Haya e Mariátegui serve para reforçar uma afirmação que já fizemos: as frequentes divisões e disputas que marcavam a esquerda no continente.

Mas se os desacordos acabaram prevalecendo entre os dois autores (FLORES GALINDO, 1982), existiu por sua vez a semelhança de ambos terem ambicionado uma leitura própria do marxismo. Para Haya de la Torre, conforme se entende, em função de uma leitura bastante particular do marxismo e a partir de uma perspectiva que objetiva valorizar em demasia as particularidades da América Latina (LÖWY, 1999), recusando-se, assim, a escrever a história desta parcela do continente americano sob a ótica eurocêntrica (PORTOCARRERO, 1983), partia do princípio de que o futuro e o desenvolvimento do Peru seguiriam um caminho diferente das etapas pelas quais passou a Europa. Em última instância, objetivava-se atingir uma organização econômica e social, nem capitalista, nem comunista (PORTOCARRERO, 1983, p. 73). Nesse caminho, segundo Gonzalo Portocarrero (1983, pp. 70-73), o papel de destaque recairia sobre o Imperialismo, as classes médias e o Estado nacionalista “antiimperialista”.

Em relação às concepções políticas do APRA, podemos afirmar que no início o radicalismo revolucionário era algo presente no horizonte aprista, haja vista os vários levantes armados que perpetrou em seus anos iniciais. Sobre isto podemos destacar o evento que ficou conhecido como o Massacre de Trujillo, em 1932. Mas o interessante é que esta radicalidade não ficou restrita ao grupo dirigente do partido, pelo contrário, ela foi difundida pelas massas, especialmente pela capilaridade junto à sociedade civil que o partido desenvolveu através de várias organizações sociais, atingindo também setores do exército de baixa patente.

Julio Cotler (2006, p. 193) comentou como a região Norte, conhecida pelo seu desenvolvimento capitalista, esteve sob influência aprista através de organizações sindicais, culturais, juvenis, estudantis, profissionais e até desportivas. O problema, contudo, ainda segundo Cotler, era que o APRA, apesar da forte base popular, não contava com o apoio dentro das camadas altas da sociedade, especialmente no interior da oligarquia (COTLER, 2006, p. 199). Sendo que essa falta de apoio foi agravada ainda mais pela aproximação entre oligarquia e militares, pois este fato os colocou diante do APRA como seus dois principais

críticos e opositores. O resultado disso foi a constante perseguição ao APRA e a todas as organizações de massa ligadas a ele, ao longo dos próximos anos²⁷.

Contudo, independente dos caminhos trilhados pelo aprismo e por seus opositores, o que temos que chamar a atenção é que o APRA, no seu início, possuía uma agenda radical e combativa, que teve apoio de uma grande parcela das massas formadas por proletários, camponeses e, até mesmo, a classe média que emergia no cenário público em função da modernização capitalista no início do século XX (ANDRIAZÉN, 1990). Assim, o internacionalismo, a luta contra a oligarquia, o capitalismo e o imperialismo estadunidense eram identificados sob sua bandeira. O próprio Hugo Blanco pareceu um tanto convencido de que essas eram as perspectivas políticas que guiavam o APRA, como podemos identificar nesta entrevista que ele concedeu e que foi publicada no livro *Apogeo y crisis de la izquierda peruana: Hablan sus protagonistas*, em 2011:

Es que el APRA, cuando nació, era un movimiento revolucionario antiimperialista, antioligárquico, antimilitarista, que planteaba la unidad de Latinoamérica contra el imperialismo, pero fundamentalmente nació como anti yanqui. Entonces después comenzó el reblandecimiento (BLANCO, 2011, p. 248).

Embora esta citação também denuncie certa simpatia que Blanco cultivou pelo o aprismo enquanto era estudante dos ciclos iniciais, que pode ser confirmada principalmente no início desta mesma entrevista²⁸ e por algumas afirmações de Eduardo Fioravanti (1974), ela nos ajuda a compreender porque ele considerou, como dissemos mais acima, que o APRA cometera traição. Ora, Blanco reconheceu que à semelhança do Partido Comunista, o APRA, no lugar da sua agenda radical, cada vez mais se inclinou à tendência reformista. Além de

²⁷ Embora com perspectivas radicais, em 1931, Victor Raul Haya de la Torre concorreu às eleições. Como se pode imaginar, quem venceu foram os grupos e os interesses organizados em torno da União Revolucionária, encabeçada pelo general Luíz Sanchez Serro, militar que havia derrubado anos antes o governo de Augusto Leguía. Acontece que, em 1932, os ânimos que haviam polarizado a disputa entre os dois partidos não haviam diminuído. Assim, Sanchez deu início a leis que permitiam perseguir opositores, impedir reuniões, proibir publicações e prender pessoas. O APRA foi uma das primeiras vítimas desse clima. Soma-se a esse quadro a tentativa de assassinato do presidente cometido por um militante aprista, as greves e, principalmente, o levante desencadeado pelo partido em Trujillo, como já mencionamos. Foi, inclusive, nessa ocasião, como afirmou Carlos Contreras e Marcos Cueto (2002, p. 259), que começou o embate entre o partido de Haya de la Torre e o exército, pois durante o levante vários oficiais foram mortos pelo APRA deixando este permanentemente maculado aos olhos do exército. O clima de instabilidade se agravaria ainda mais quando o diretor do jornal *El Comercio*, Antonio Miró Quesada, um dos principais veículos que se opunham ao APRA, foi assassinado. Mesmo fim que acometeu Sanchez Cerro em 1933. O desfecho desse panorama foi a nomeação de outro militar para a condução do país, Óscar R. Benavides, que ficou no poder até 1939.

²⁸ “*Yo entre a la izquierda y a la vida política cuando era joven. Era la época de Odría, cuando el partido aprista y el partido comunista estaban fuera de la ley. Yo simpatizaba con la izquierda en general o sea con el APRA y con el partido comunista*” (BLANCO, 2011, p. 243).

bastante contraditória, pois a defesa que passou a fazer do imperialismo, dos Estados Unidos e suas alianças com a oligarquia da sociedade peruana, demonstravam uma ruptura com as bandeiras que um dia fundamentaram sua origem.

Assim, com esta viragem, que foi se tornando evidente, especialmente a partir dos anos 40, o APRA foi levado ao encontro dos políticos tradicionais e dos setores mais conservadores da sociedade peruana, ao ponto de aparecerem como a opção oligárquica no plano eleitoral durante a década de 1960. Assim sendo, para as eleições de 1945, que marcariam o início daquilo que Carlos Contreras e Marcos Cueto (2007, p. 261) chamaram de respiro democrático, o APRA já havia adotado uma política muito mais conciliatória do que radical. Antes das eleições, por exemplo, o famoso discurso “interamericanismo democrático sem império” dava mostras das novas intenções do partido, que de uma maneira geral, renunciava a suas árduas críticas ao imperialismo estadunidense, o capitalismo e aos grupos dominantes. Para Julio Cotler, o partido de Haya de La Torre, durante os três anos de democracia, diferente dos anos 30, quis atender aqueles que ele representava (as camadas populares) dentro do jogo parlamentar (COTLER, 2006, p. 216).

Como se sabe, este respiro democrático foi sufocado pelo golpe liderado pelo militar Manuel Odría, que perduraria por oito anos no poder. Durante este período, convém recordar, que o APRA teria passado por um problema semelhante ao que destacamos sobre o Partido Comunista anteriormente, pois, o regime ditatorial havia comprometido o desenvolvimento do pensamento político de ambos os partidos, deixando-os em defasagem com o país que durante o período em questão aprofundava sua modernização capitalista²⁹.

Além disso, ao longo deste contexto de viragem do APRA, formou-se um grupo de inclinação mais radicalizada, liderado por Luis de la Puente, no interior do Partido Aprista e que se opunham aos caminhos que os dirigentes levavam o partido naquele momento. O resultado foi a expulsão da maior parte dessa oposição, que ocorreu a partir de 1959, isto é, quando os efeitos da Revolução Cubana já se faziam sentir sobre o referido grupo. Na época, formaram o APRA-Rebelde, que mais tarde seria mudado para MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), mencionado anteriormente. Tal grupo foi responsável por desenvolver atividades com os conceitos do castro-guevarismo no Peru durante a primeira metade da década de 60. Acerca do tema, Jan Lust escreveu:

²⁹ Tais fatos, por seu lado, não comprometeram a inserção e a capilaridade do partido em questão na sociedade peruana, uma vez que permaneceram como o principal partido de massa do Peru e porque ainda ganhariam as eleições de 1961, embora esta tenha sido anulada pelo golpe militar de 1962.

El Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) fue una organización que surgió de la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA). La derechización del APRA, por un lado, y la Revolución Cubana, por otro, empujaron a un grupo de apristas a fundar una nueva organización, APRA Rebelde. Sin embargo, esta fue precedida pelo Comité Aprista de Defensa de los Principios Doctrinarios de la Democracia Interna, que quería detener el proceso de la derechización del APRA. Bajo la influencia de la Revolución Cubana y la marxistización de la organización misma, pronto abandonó todas las viejas posiciones apristas. La izquierdización culminó con la creación del MIR (LUST, 2013, p. 233).

Eis que, chegado a este ponto, fica claro, portanto, a fragilização da esquerda tradicional, bem como a emergência de importantes grupos que compuseram a *Nueva Izquierda* a partir das cisões que aquela sofreu. Este cenário nos ajuda a entender como existiu um terreno propício para o surgimento de novas lideranças, sejam elas voltadas a dialogar com os setores médios e urbanos da sociedade ou com os setores camponeses e andinos, como foi o exemplo de Hugo Blanco. Por outro lado, nos deixa evidente como o projeto de Blanco se deu em um momento em que não havia consenso sobre os caminhos da esquerda e até mesmo a via radical se desmembrava entre as opções maoístas, castristas ou aquelas perpetradas pelo próprio Blanco.

Não há dúvidas, conforme sustentamos neste trabalho, que a ação intelectual de Hugo Blanco se deu em diálogo com esta esquerda fragmentada e, mais especificamente, com a esquerda radical. Justamente por isso é tão importante entendermos quais eram as propostas deste setor, com especial destaque ao modelo Cubano que, em meados da década de 1960, era hegemônico no Peru³⁰. Portanto, a partir daqui nos preocuparemos com a Revolução Cubana, pois, como afirmou Jorge Castañeda “Em nenhum país latino-americano, a esquerda local deixou de ser influenciada por Cuba” (CASTAÑEDA, 1994, p. 69). Contudo, a relação que nos importa recai somente sobre alguns pontos, como seu internacionalismo e o aspecto político-militar do paradigma revolucionário consagrado pela revolução de 1959. Esse caminho é relevante justamente porque envolve o contexto de formação e atuação do intelectual revolucionário Hugo Blanco.

³⁰ Já nas décadas de 1970 e 1980, o protagonismo da esquerda radical esteve reservado a partidos de orientação Maoísta, como era o caso do Sendero Luminoso.

2.5. A Revolução Cubana e a relação de Hugo Blanco com o castro-guevarismo

No início de janeiro de 1959, um grupo liderado por Fidel Castro marchou triunfante sobre Havana, a capital cubana. Para alguns pesquisadores, a Revolução Cubana, assim como um dia foi a Revolução Russa, marcou profundamente as esquerdas latino-americanas. Estas, sob os efeitos eletrizantes provocados pela referida revolução (ANGELL, 2009, p. 506), tiveram seus dogmas abalados e sua inércia reformista, característicos daqueles anos, transformados em impulso e entusiasmo a favor da transformação imediata. Em outras palavras, a Revolução Cubana trouxe o tema da revolução de volta ao primeiro plano na América latina.

Antes de Fidel entrar em Havana, a esquerda latino-americana havia sido reformista, gradualista ou resignadamente pessimista diante da possibilidade de um triunfo revolucionário. Nas três décadas seguintes, a revolução passou a ser o primeiro item de sua ordem do dia (CASTAÑEDA, 1994, p. 69).

Dentro dessa perspectiva, se por um lado a Revolução Cubana reacendeu as possibilidades revolucionárias das esquerdas no continente, ela, por outro lado, colaborou para plantar inúmeros questionamentos a respeito de um velho problema do continente, que assim era nomeado por Michael Lowy (1999, p. 9): o caráter da revolução. A Revolução Cubana, nesse sentido, inaugurou novas possibilidades, tanto práticas quanto teóricas para a realização da revolução no continente e para a própria compreensão da formação sócio-econômica da região. A “teoria da dependência”, que a revolução em questão ajudou a engendrar (CASTAÑEDA, 1994, p. 70), legitimava a um só tempo a revolução caribenha e a possibilidade de ela ser compartilhada por grupos revolucionários de outros países da região, até porque, confirmadas por esse novo prisma teórico, as condições objetivas mostravam-se semelhantes entre os demais países do continente.

Sendo assim, o desdobramento que a Revolução Cubana causou e que mais nos chamou a atenção, além daqueles já citados, está nas táticas e estratégias que ela anunciou, especialmente por recorrer ao uso das armas. Não que isto tenha sido inventado neste evento, pois a luta armada, principalmente na região que envolve a América Central, “tinha muitos antepassados”, como afirmou Jorge Castañeda (1994, p. 69). No entanto, o significado pela qual a Revolução atribuiu ao uso das armas detinha suas características próprias, sendo reconhecida principalmente pela ruptura com determinadas tradições revolucionárias, como em relação a alguns pontos tornados exemplares pela Revolução Russa, por conseguinte, pelo

marxismo-leninismo e ainda pelo movimento trotskista. É claro que o exemplo cubano de revolução não nasceu pronto, ele é um movimento *a posteriori* (após 1959), como afirmou Luciano Bonet (2009, p. 152). De qualquer forma, é importante que se diga que a conceituação histórica do movimento em questão foi realizada por intelectuais revolucionários, como Che Guevara e Régis Debray, que contribuíram para formar os conceitos que passaram a ser sinônimos da Revolução Cubana, como o guevarismo, o castrismo-guevarismo, o foquismo e o debraysmo.

Porém, apesar das diferenças que obviamente emanam cada um desses conceitos acima e apesar de estarem longe de resumirem ou explicarem a Revolução Cubana como um todo, devem ser entendidos aqui, como também o fez Jean Rodrigues Sales (2008), num sentido amplo, servindo assim para identificar os grupos que se inspiravam, sobretudo, no aspecto político-militar dessa revolução. Sendo assim, os *ismos* apontados acima pressupunham que os fatores objetivos já estavam dados pelo continente, faltando apenas os fatores subjetivos, que seriam alcançados através da aplicação das táticas e estratégias ligadas à guerrilha. Nesse caminho, por fim, a necessidade de um partido de massa *a priori* mostrava-se desnecessário.

Dentro do castro-guevarismo, a tática de guerrilha apareceu como uma das grandes chaves para se fazer a guerra revolucionária. Nesse sentido, os rebeldes cubanos superaram o uso militar da guerrilha, uma vez que lhe deram um sentido político (SAINT-PIERRE, 1999). Assim sendo, lutava-se pela conquista do poder³¹. Quem pode confirmar essa passagem é Luciano Bonet, que afirmou: “graças justamente à experiência da Revolução Cubana, quando se fala em guerra de guerrilha, ninguém se refere mais a uma simples técnica militar, mas a uma forma de luta (armada), cujo objetivo é lutar pelo poder político” (2009, p. 152).

Mas se a Revolução Cubana pintava a tática de guerrilhas com as cores do significado político, esta não é necessariamente a grande novidade que apresentou. O que chamava a atenção na Revolução Cubana foi a ruptura que ela efetivou em relação a certos paradigmas revolucionários, especialmente aqueles que foram consagrados pela revolução bolchevique, como a obrigatoriedade da direção do movimento ser conduzida por um partido de inspiração marxista-leninista, o qual era percebido como “guia e vanguarda” do movimento das massas (BONET, 2009, p.153).

Assim sendo, a Revolução Cubana apresentou a possibilidade de o processo revolucionário acontecer em outros termos, justamente porque o protagonismo passaria do

³¹ Pelo menos essa é uma das possibilidades de interpretação abertas pela perspectiva político-militar.

partido para a guerrilha; em outras palavras, da esfera política para a esfera militar. Esta superação foi defendida no livro *Revolução na Revolução*, do intelectual francês Régis Debray (1967). Nessa obra, o autor apresentou e acrescentou os diversos pontos que tornavam o castro-guevarismo o exemplo mais adequado para o sucesso revolucionário, especialmente perante a inércia dos partidos de esquerda tradicionais e perante as particularidades do continente latino-americano, assim como tratou de ultrapassar as divisões e as hierarquizações no interior da teoria revolucionária referentes às esferas política e militar.

Assim, Debray defendeu a viabilidade de um próspero casamento entre as duas esferas, mas não sem deixar claro de que estava rompendo com aquele princípio hierárquico e divisional entre os âmbitos político e militar: “[...] a guerra de guerrilhas é a essência política e que, não se pode, pois, opor o político ao militar” (DEBRAY, 1967, p. 69). Além disso, se a guerrilha gera seus próprios quadros políticos e é responsável por agregar as massas em torno de si, bem como por engendrar posteriormente a formação do próprio partido político, Debray transformou a guerrilha na principal fonte geradora de poder, da revolução e das condições revolucionárias. Com efeito, foi isso também que garantiu ao autor a possibilidade de caracterizar a guerrilha de “o pequeno motor que ativa o grande motor” (DEBRAY, 1967, p.88).

Tais considerações a respeito destes aspectos da Revolução Cubana são essenciais porque elas nos auxiliam na compreensão de boa parte do trabalho intelectual de Hugo Blanco, pois inúmeras foram as referências, e geralmente em um tom negativo, que ele destinou àquilo que estamos chamando de castro-guevarismo. Este tom negativo, ao que tudo indica, esteve presente em suas obras no período de análise de nossa pesquisa: seus escritos do cárcere de 1964, intitulado *El camino de nuestra revolución*, e seu livro *Terra ou Morte*, publicado logo no início da década de 1970, demonstram que preservou o referido tom. Assim, em ambas as obras, Blanco manteve a noção de *putchista* a todos aqueles que se inclinaram a aplicar a concepção de guerra de guerrilha.

Contudo, é preciso esclarecer duas coisas. A primeira, é que o olhar crítico em relação a essa linha revolucionária deixou evidente a defesa de outra linha: o paradigma revolucionário consagrado por Lenin e Trotsky, enfim, pela revolução bolchevique de 1917. A segunda, é que, com isso, Blanco almejava ser compreendido como alguém que conseguiu legitimar, a um só tempo, a violência revolucionária, isto é, a defesa do uso das armas sem ser enquadrado pelo paradigma cubano, pois, como ele destacou: “nós trotsquistas temos defendido (...) o conceito marxista-leninista de que é impossível que os exploradores deixem o poder sem luta. Não é possível o trânsito pacífico para o socialismo; a luta armada (...) é

uma fase inevitável da revolução” (BLANCO, 1979, p. 81). Ou seja, ao mesmo tempo em que Blanco parece se aproximar do castro-guevarismo ao realçar o caráter violento e militar da revolução, ele se distanciava ao defender o conceito leninista, que oferecia concepções muito claras e hierárquicas sobre a importância das massas e do partido sobre o militar. Em seus primeiros escritos do cárcere, ele observaria:

Justamente nuestra crítica a los putchistas era porque ellos supeditaban la lucha armada a una preparación, organización y planificación completamente independiente del movimiento de masa y del desarrollo del partido. Nosotros planteamos justamente lo contrario: inmediata preparación de la lucha armada y del aparato que la llevara a cabo, partiendo de un partido férreamente organizado en íntima ligazón con el movimiento campesino y sus organizaciones. Debo dejar claramente establecido, que la nuestra no fue nunca una batalla contra la lucha armada, sino contra el putchismo (BLANCO, 1965, p. 12).

Portanto, fica um tanto claro que o autor não saiu em defesa, como fez Régis Debray, da supremacia do aspecto militar em detrimento do aspecto político das organizações revolucionárias. E nem imaginou que a estratégia a seguir fosse a criação de focos guerrilheiros isolados das massas. Pelo contrário. Blanco procurou rebaixar essa concepção revolucionária ao taxá-la pelo vocábulo *putchismo*; era, portanto, um evidente juízo de valor por parte de Blanco. Dessa forma, Hugo Blanco pareceu bastante categórico a respeito destes pontos, quando fez questão de colocar o partido posicionado no lugar mais alto da prática revolucionária e responsável por pensar as ações armadas, além de vinculado com as massas, de empregá-las como tática, não como estratégia. Aspecto este que foi reforçado no livro *Terra ou Morte*, publicado em 1972:

Os trotsquistas sabemos que a luta armada é uma fase obrigatória da revolução, mas somente isso: uma fase. A luta revolucionária é um processo, através do qual as massas crescem em sua organização, em sua consciência, em suas formas de luta, guiadas por sua vanguarda consciente, pelo partido revolucionário (BLANCO, 1979, p. 81)

Mas estes posicionamentos de Blanco, obviamente, não eram apenas retóricos. Na verdade, o que percebemos é Blanco participando ativamente de um debate a nível nacional e continental sobre qual projeto revolucionário deveria vencer: o trotskista ou o castro-guevarista. Assim sendo, podemos entender que o texto *El camino de nuestra revolución*, a um só tempo, promoveu diretamente a defesa do leninismo e do trotskismo, mas também se dirigiu indiretamente como uma crítica aos outros grupos da *Nueva Izquierda* (ELN e ao

MIR) que emergiram no Peru com claras tendências *foquistas*. Anos mais tarde, podemos considerar que o livro *Terra ou Morte* insistia neste debate, inclusive contra as teses de Régis Debray, que haviam surgido anos antes.

Esta defesa e desacordos podem ser notados na seguinte situação que envolveu a condenação, por parte de líderes Trotskistas, como Hugo Blanco e Nahuel Moreno, de alguns companheiros que se inclinaram às práticas do paradigma cubano no Peru no início dos anos 60. Alguns destes membros, no caso, foram enviados pelo SLATO³² da Argentina, que na época era liderado por Moreno, sendo que eles foram responsáveis por fundarem o FIR (*Frente de Izquierda Revolucionaria*). Em cartas recentemente publicadas (MORENO, 2006), que foram trocadas entre estes últimos e os militantes enviados até o Peru, é possível perceber a reprovação por parte de Moreno em relação aos assaltos cometidos ao longo de 1962 pelos militantes do FIR com a intenção de levantar somas em dinheiro para a compra de armas, que supririam uma possível guerrilha. Moreno, contrariamente, insistia que o fundamental era o fortalecimento do partido e o trabalho entre as massas. Próximo a esta ponderação esteve Blanco mais tarde: “no camarada Pereira, que foi enviado para reforçar nosso trabalho, essa tendência era mais forte. Por esta razão, junto com o ganho positivo de seu trabalho, estava a influência negativa de sua pressão ‘putchista’ (...)” (BLANCO, 1979, p. 94).

Outro ponto que podemos destacar para demonstrar o distanciamento de Blanco em relação ao castro-guevarismo, foi sua constante defesa, nos seus textos, da relevância das massas para se chegar às atividades militares. Nestas defesas, Blanco insistia que o caminho até a luta armada deveria ser o resultado do amadurecimento da consciência de classe das massas, uma iniciativa que necessariamente deveria partir delas, embora vinculadas ao partido de vanguarda. Nesse sentido, nos diferentes momentos que defendeu a formação de milícias ou guerrilhas, as massas apareceram como o denominador comum, como se pode notar em: “a milícia é produto da ascensão do campesinato. As massas, tendo entendido a necessidade da luta armada, criam as milícias” (BLANCO, 2006, p. 466), e em, “cremos que as guerrilhas surgirão como a nossa; composta pelos camponeses do lugar, como fruto de sua maturação” (BLANCO, 1979, p. 82).

Assim sendo, fica claro também que Blanco nunca esteve próximo às ideias de Régis Debray, que havia invertido esta lógica, uma vez que acreditava que o estabelecimento de um foco guerrilheiro em uma dada região pudesse ser de fato “motor” capaz de angariar as massas a seu favor. Para Blanco, inclusive, esta era uma tática inconveniente, pois, não sendo

³² Dentre os militantes estava aquele que chamavam de Camarada Pereyra.

uma iniciativa das massas, apenas reforçava o caráter artificial do foco, por conseguinte, suscetível ao fracasso: “se o trabalho é feito através do crescimento da massa, não há porque se recorrer a guerrilhas artificiais” (BLANCO, 1979, p. 82).

Portanto, clareados estes pontos sobre os desacordos do trabalho intelectual de Hugo Blanco com o castro-guevarismo, podemos destacar o quanto é problemática uma afirmação como esta de François Bourricaud:

En el exterior, “la Revolución Peruana” tiene un modelo: la acción castrista, que los trotskistas se toman muy en serio. Digamos en general que los grupos trotskistas consideran, según la fórmula famosa de Fidel, que la Cordillera de los Andes puede muy bien convertirse en la Sierra Maestra del continente sudamericano [...]. Pero la fascinación castrista se añadirá a partir de 1962 el ejemplo de un joven peruano, Hugo Blanco, que organiza en el valle de la Convención [...] algunas guerrillas de que hablará mucho la prensa limeña (BOURRICAUD, 1989, p. 246).

Mas esta afirmação é um tanto problemática não apenas tendo em vista o que expomos parágrafos acima. A questão é que Bourricaud pareceu confundir a simpatia que as esquerdas, de uma forma geral, nutriram pela vitória da Revolução Cubana com a importação do castro-guevarismo. No caso peruano, por exemplo, a importação e aplicação dessa estratégia revolucionária não foi regra geral para todos os grupos que compunham a *Nueva Izquierda*, na verdade o que percebemos é que podemos restringir isto à ELN e ao MIR deixando os trotskistas vinculados às ações de Hugo Blanco no vale de *La Convención* um tanto distantes dessa questão. E esta constatação ficou mais clara a partir da análise das origens de cada grupo, principalmente a partir da análise dos vínculos que cada grupo estabeleceu com Cuba. Por conseguinte, foi fundamental termos retomado a perspectiva internacionalista, tanto dos castristas como dos trotskistas, pois demonstrou mais uma vez que existia uma disputa entre ambos para impor seus métodos revolucionários. Na ocasião, percebemos o esforço do SLATO, do qual fazia parte Hugo Blanco, em impor seu controle sobre os caminhos que tomavam a revolução peruana. A estes pontos nos dedicaremos neste momento.

2.6. O internacionalismo cubano e trotskista (SLATO): uma disputa

É sabido que desde 1959, ou seja, desde o momento em que os rebeldes marcharam sobre Havana, a Revolução Cubana foi ganhando um status internacionalista, pois a revolução não podia e nem deveria se restringir sobre a ilha; ela deveria se espalhar por todo o continente latino-americano.

Che-Guevara, intelectual revolucionário que marchou em Havana em 1959, deixou esse internacionalismo expresso tanto em sua obra como em suas ações. Segundo Luiz Bernardo Pericás (1999, pp.154-157), tendo um projeto continental, Guevara defendia que uma revolução socialista não poderia sobreviver sobre um só país. Assim sendo, estes deveriam se auxiliar de diferentes formas, pois somente por esse caminho conseguiriam se fortalecer econômica e politicamente, sobretudo frente aos países capitalistas. Essa cooperação também englobava o indivíduo revolucionário, que seria “global”, pois mesmo lutando em diferentes partes do mundo eles se sentiriam identificados entre si, uma vez que lutariam pelos mesmos motivos e valores: humanistas e marxistas (PERICÁS, 1999, p. 154-155). Tais projetos foram levados a cabo pelo próprio Guevara quando lutou e tentou organizar, na África, a independência de alguns países e quando em 1967, na Bolívia, tentava pavimentar outro trecho da revolução socialista continental (CASTAÑEDA, 1994, p. 77).

No entanto, comentar o internacionalismo do guevarismo não encerra a questão, pois a expansão da Revolução Cubana não se assentava apenas no exemplo do voluntarismo heroico envolvido pelo conjunto de ações e ideias de Guevara. O ponto, nesse sentido, é destacar que, para além de “Che”, existiu a institucionalização da expansão da revolução por parte do governo cubano. Isto ficou bastante claro, por exemplo, na obra “Utopia Desarmada” de Jorge Castañeda (1994), principalmente se acompanharmos a descrição da ascensão e queda que o autor desenhou (1994, pp. 55-67) a respeito do personagem e dos cargos que o conhecido “Barba Ruiva” ocupou dentro dos quadros do governo Cubano.

Segundo o autor, entre 1961 e 1992, Manuel Piñeiro, então denominado “Barba Ruiva”, esteve ligado (ou à frente) àquilo que ficou conhecido como a “Internacional” de Havana, isto é, um órgão responsável pelo desenvolvimento e auxílio do movimento revolucionário continental. Para tanto, Piñeiro teve disponíveis homens, campos de treinamento, serviço de inteligência, dinheiro, armas e o reconhecimento do próprio Fidel Castro. A importância de Piñeiro, contudo, oscilou junto com a política de Cuba para exportar ou não a revolução. Assim, seu auge ficou configurado durante os anos 60, enquanto, nos anos 70 em diante, sua importância decresceu, demonstrando não apenas a derrota da luta armada na América Latina, mas também as mudanças na linha política da ilha. Foi durante a década de 60 que Cuba prestou os mais diversos tipos de ajuda aos grupos de esquerda latino-americanos, principalmente com treinamento e armas para que fosse possível disseminar os germens da revolução em seus respectivos países, na organização de focos guerrilheiros.

Diante disso, não seria uma afirmação equivocada considerar que parte da *Nueva Izquierda* no Peru, de alguma forma, foi atingida pelas intenções de Cuba em exportar sua

revolução, junto com suas estratégias e métodos. Aliás, isto é um dado tido como certo, pois, conforme é mencionado no livro de Jan Lust (2013), os principais militantes do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) foram treinados em Cuba. Ali também aprenderam a estratégia política militar revolucionária: o castro-guevarismo. Além do ELN, outros militantes peruanos estiveram lá para treinar, eram os membros do MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*).

Essa marca da Revolução Cubana dentro da formação da *Nueva Izquierda* estava inserida no projeto de exportação da revolução. No caso, queremos chamar a atenção para uma das formas que foram utilizadas para que isso fosse possível: atração intencional de jovens peruanos até a ilha por meio de concessão de bolsas de estudos, mas com o intuito de que aderissem aos treinamentos militares lá existentes. Sobre esta estratégia, podemos considerar que ela foi eficaz, pois quase a metade dos estudantes peruanos que se mudaram para Cuba adotaram a via revolucionária e os treinamentos (LUST, 2013, p. 153). Hugo Blanco, por sua vez, embora fosse um jovem universitário, não teve sua formação política em Cuba, mas na Argentina, onde entrou em contato com o trotskismo. Ainda segundo Jan Lust (2013, p. 146)

A comienzos de la década de 1960, el Gobierno cubano envió, tanto a los partidos comunistas como a los partidos de la oposición izquierdistas en toda América Latina, el mensaje de que había becas disponibles. A partir de entonces, 1962, cientos de estudiantes latinoamericanos arribaron a la isla.

Para não nos alongarmos, queremos dizer que além de representar uma tentativa de exportar a revolução pelo continente, o treinamento desses jovens passava por uma questão muito mais militar do que teórica e política, demonstrando assim que o objetivo final de tais bolsas era o de exportar as estratégias e as táticas consagradas pela Revolução Cubana. Os comentários e depoimentos de ex combatentes do ELN sobre o período de treinamento em Cuba, trazidos pelo livro de Jan Lust, demonstram que a maior parte do tempo era gasto com exercícios para combates armados, como é possível observar nessa declaração de Antonio Pacheco: *“teóricamente era tanto en organizar la guerrilla como en el manejo de armas. Cómo manejar, cómo desarmar, cómo armar en caso de que se encasquille. No recibimos una formación política”* (LUST, 2013, p. 154).

Porém, esse quadro esboçado não esgota a nossa problematização, pois, se é verdade que os cubanos tentaram exportar a revolução, também é verdade que essa exportação foi muitas vezes aceita ou até mesmo buscada pelos grupos de esquerda. Nesse sentido, muitos

jovens interessados em aprender a fazer a revolução com os cubanos aproveitaram as bolsas de estudos que acabamos de mencionar. Não o bastante, os principais membros do ELN, antes de se depararem com as bolsas, já tinham viajado para Cuba em 1961 em busca de treinamento guerrilheiro. Também já haviam rompido com o Partido Comunista e, estavam simpatizados e convencidos o suficiente, a um só tempo, com a Revolução Cubana e as táticas e estratégias consagradas por essa. Tais membros, por exemplo, já haviam publicado, no Peru, o seguinte manual cubano “*Ciento cincuenta preguntas a um guerrillero*” (LUST, 2013, p. 139).

Do outro lado, no MIR, em 1960, o seu principal líder, Luis de la Puente, viajava pela segunda vez para Havana, onde se encontrou com Che Guevara e estabeleceu vínculos com a direção cubana. Na volta ao Peru, Guevara mandou um cubano junto com Puente para que o auxiliasse com atividades de promoção da luta armada do MIR no Peru (LUST, 2013, pp. 244-246). Nesse sentido, uma parte considerável da *Nueva Izquierda* peruana confirma a seguinte afirmação de Jorge Castañeda “[...] contava também o terceiro fator que contribuiu para a participação cubana: a disposição da esquerda para aceitar – e, o que é principal, solicitar – a interferência de Cuba em função de uma busca constante de relações privilegiadas com a ilha” (CASTAÑEDA, 1994, p. 66).

Chegado a este ponto, convém pensarmos onde se localizavam, dentro dessa problemática, Hugo Blanco e as organizações trotskistas e até que ponto podemos afirmar que eles seguiram um caminho avesso a este descrito sobre o ELN e o MIR. Em primeiro lugar, Hugo Blanco não viajou a Cuba ou procurou estabelecer vínculos estreitos com o projeto revolucionário que era irradiado da ilha. Ao contrário, embora fosse um admirador da Revolução Cubana e um defensor da ação revolucionária, o que notamos, tanto em sua prática quanto em seu trabalho intelectual, foi sua proximidade com vários conceitos trotskistas, cujo aprendizado havia se dado, sobretudo na Argentina. Some-se a isso o vínculo que ele estabeleceu com outra Internacional: o SLATO, que de diferentes maneiras procurou se colocar como dirigente daquela iminente revolução peruana, após as primeiras notícias positivas do trabalho que Blanco desenvolvia entre os camponeses de *La Convención*.

Esta iniciativa do SLATO ficou evidente com o envio de militantes dessa seção até o Peru, bem como o esforço de seu líder, Nahuel Moreno, em traçar as linhas teóricas e práticas em favor dos trotskistas que estavam no Peru, linhas estas que ficaram marcadas pelas críticas em relação ao castro-guevarismo, embora reconhecesse a inevitabilidade da luta armada. Esta conclusão tiramos a partir da leitura das cartas que Moreno trocou com tais militantes (entre 1961-1963), que foram publicadas recentemente (MORENO, 2016), e também pela leitura do

artigo de Sabrina Cordal (2016), que analisou tal correspondência. A título de exemplificação transcrevemos o seguinte trecho de uma das cartas que Moreno enviou ao militante Daniel Pereira, em 15 de junho de 1962.

Nuestro objetivo inmediato debe ser ayudar enseguida a Hugo Blanco y su movimiento. Por ese medio demostraremos en los hechos que nuestra concepción revolucionaria es coherente y posible y no la irresponsable de “la acción por la acción”, separada del movimiento de las masas. Le demostraremos así a nuestros amigos, los castristas, que el heroico movimiento de ellos, solo sirve para hundirnos, desprestigiarnos, y quemar a los mejores cuadros latinoamericanos en aventuras separadas del movimiento de masas. La ayuda inmediata a Hugo Blanco, la considero un problema primordial, decisivo, tan importante como en un momento determinado votar a favor o en contra de una insurrección. Así deben comprenderlos usted (MORENO, 2016, p. 21).

No entanto, apesar das intenções desse organismo de se colocar como direção, poderia se argumentar que o conteúdo desta afirmação não se estendia integralmente a todos os trotskistas que atuaram no Peru e até mesmo ao líder do SLATO, Nahuel Moreno. Primeiro porque os trotskistas enviados da Argentina pelo SLATO, como foi dito em outro momento, passaram a provocar assaltos a bancos entre 1961 e 1962, com o objetivo de conseguirem dinheiro para financiar a compra de armas e o estabelecimento de focos guerrilheiros junto à área em que estava Blanco. Além disso, podemos acrescentar que, no mesmo ano dos assaltos, 1962, Moreno decidiu enviar alguns trotskistas argentinos a Cuba para pedir ajuda ao movimento de Hugo Blanco no Peru (GONZÁLES, 1999, p. 316). Acontece, todavia, que Moreno reprovou profundamente os assaltos e os objetivos que o sustentavam e, ao mesmo tempo, aquele pedido de ajuda só foi realizado quando se percebeu que o FIR, o POR e a maioria dos quadros do SLATO, no Peru, haviam sido liquidados pela repressão em abril de 1962, o que aconteceu após o segundo assalto. Mesmo com o pedido e o envio de um grupo, os efeitos intencionados não foram alcançados, pois o grupo, depois que chegou à Ilha, não manteve contato com os trotskistas argentinos ou os peruanos. E, quando retornaram, por terem incorporado o castro-guevarismo, romperam com os trotskistas argentinos logo em 1963 (GONZALES, 1999, p. 316).

Com isto exposto, nossa intenção era demonstrar que as relações entre a *Nueva Izquierda* e a Revolução Cubana não podem ser observadas como simétricas. Além disso, percebe-se o esforço, até onde foi possível, do trotskismo internacional representado pelo SLATO em manter a revolução peruana mais próxima de sua linha política e militar do que daquela representada por Cuba. E, para encerrar, se Blanco, pouco antes de ser preso, em

1963, arriscou a formação de uma guerrilha que o deixou isolado das massas, no seu trabalho intelectual o encontramos defendendo a inviabilidade dessa iniciativa se esse grupo armado não estiver submetido às organizações de massa ou do partido, demonstrando mais uma vez a defesa e seu vínculo com o trotskismo. Mas, tais considerações comentaremos ainda no próximo capítulo.

Portanto, a intenção do capítulo era demonstrar de quais correntes revolucionárias que compunham a esquerda peruana e latino-americana Hugo Blanco procurou se aproximar e se distanciar. Nesse caminho, ainda, procuramos deixar claro que não é possível observar o trabalho revolucionário e intelectual de Blanco como uma mera cópia das práticas castro-guevaristas, ou ainda como um braço da mesma. Isto feito, cabe-nos, então, responder: qual foi, portanto, o projeto de Revolução defendido por Hugo Blanco? De antemão, podemos afirmar que seu projeto foi o resultado de um esforço de adaptação dessas correntes que, a seu entender, se aproximavam mais à realidade peruana sem negar a dimensão internacionalista da revolução.

3. A ação e reflexão revolucionária de Hugo Blanco

“A revolução é uma grande devoradora de energias individuais e coletivas”.
Leon Trotsky – *A Revolução Traída*

Alguns anos após o movimento camponês no vale de *La Convención* e a prisão de Hugo Blanco em 1963, o jornalista peruano Hugo Neira declarava que os segredos desse movimento permaneciam em grande parte desconhecidos, pois seu principal personagem, o líder camponês Hugo Blanco, preso em uma prisão localizada em uma ilha do Oceano Pacífico, ainda não havia oferecido sua versão sistematizada sobre o caso.

La historia, en fin, del hombre que guarda hoy el secreto de la movilización campesina, [esta] en un desolado peñón del Pacífico, a veinticinco minutos del puerto del Callao, en la isla-prisión del Frontón, en donde el “sistema” le ha condenado a veinticinco años por dinamizar esas masas (NEIRA, 1968, p. 89).

E de fato, Hugo Blanco demorou a realizar sua versão sobre aqueles anos, isto é, sobre aquele momento em que ele mesmo foi um dos personagens que colaboraram para que um dos maiores romancistas do Peru, José María Arguedas, chamasse o período de “*este tempo de convulsión*” (ROWE, 1979, p. 132-135). Assim, como já indicamos em outros momentos, isto só seria contrariado no início da década de 70, com a publicação de sua principal obra, o livro *Terra ou Morte*, o qual será, em grande medida, alvo das reflexões deste capítulo, apesar de nos valermos de outros textos simultaneamente, sendo alguns destes já mencionados.

Por outro lado, antes disso, ou seja, antes de ter sido possível se deparar com o que Hugo Blanco tinha a dizer sobre o que havia acontecido no vale de *La Convención*, entre 1958 e 1963, outros autores deram sua contribuição a respeito da temática. E, para Hugo Blanco e alguns outros amigos e simpatizantes, isso estava se tornando um problema, pois estas publicações não estavam captando, segundo eles, o âmago do que havia sido o movimento camponês do referido vale. Conforme expressou o próprio Blanco.

A exigência de meus camaradas me fez compreender minha obrigação de fazer este informe, ainda que tardio. Assim como a severa crítica ao meu silêncio, de Hugo Neira e outros amigos. Eles me fizeram compreender que este silêncio é o principal culpado da distorção, ou incompreensão do movimento camponês de *La Convención* e de *Cuzco* (1979, p. 30).

É por isso também que, além de uma espécie de “livro de memórias”, devemos compreender *Terra ou Morte* inserida dentro de um contexto em que a temática da estrutura agrária e dos camponeses enquanto movimento político ganharam um novo fôlego no Peru. Nesse sentido, o que queremos dizer é que Blanco escreveu a sua principal obra depois de outros autores terem abordado a mesma questão. E mais, o fez em diálogo com os demais e, ao mesmo tempo, como forma de dar uma satisfação aos seus apoiadores, ainda que essas não fossem suas únicas motivações.

No entanto, notamos que os posicionamentos de Blanco frente a tais escritos foram realizados de forma ligeira, ou seja, no lugar de apresentar e desenvolver sistematicamente no seu texto a polêmica com estes autores, Blanco apenas mencionou alguns nomes, o título das obras e com quem ele mais se inclinou a concordar. Assim sendo, ao que tudo indica, tais obras apareceram diluídas no seu texto sem referências diretas. De qualquer maneira, identificamos uma obra que Blanco fez questão de nomear seu autor e expressar seu desacordo, foi o livro de Victor Villanueva, intitulado *Hugo Blanco y la Rebelión Campesina* (1967), como é possível identificar a seguir. E as razões disto provavelmente estão na preocupação demasiada do autor com os aspectos político-militares do movimento, que, como vimos, não eram a prioridade de Blanco.

Respeito, ainda que divirja parcialmente delas, as sérias exposições do tema, por parte do jornalista Hugo Neira, e do sociólogo norte-americano Wesley W. Craig¹. Assim como o artigo de Aníbal Quijano, Os Movimentos Camponeses Contemporâneos na América Latina (não conheço seu livro sobre movimento camponês do Peru). Estes autores compreendem a essência do movimento camponês, diferentemente de Villanueva e outros autores (BLANCO, 1979, p 30).

Contudo, em nossa análise, foi possível perceber que o objetivo do autor não foi somente o de responder a tais obras. Há outras “intenções”, que tentaremos deixar claro ao longo do capítulo. Desta forma, *Terra ou Morte*, além de ter sido o meio pelo qual Hugo Blanco expressou o seu pensamento revolucionário, foi também o lugar onde ele ofereceu seu olhar a respeito da sua experiência vivida junto ao movimento camponês no vale de *La Convención*. É por isso que, a um só tempo, o livro possuiu o duplo objetivo de crítica e exaltação dessa experiência revolucionária, bem como o de oferecer uma espécie de via alternativa para a revolução no Peru, em que se buscava se distanciar dos caminhos que estavam sendo percorridos pela esquerda peruana dos anos 60 que, como indicamos no

¹ Apesar dos esforços, não conseguimos ter acesso a obra de Wesley Craig.

capítulo anterior, permanecia preso em suas concepções reformistas ou haviam se inclinado ao que chamamos de castro-guevarismo. Contudo, é importante ressaltar que tais intenções não foram as únicas do livro mencionado, isto é, o livro em questão também foi um espaço no qual o autor pôde “reviver” ideias e perspectivas que apareceram em escritos anteriores, como no texto *El camino de nuestra revolución*, de 1964. Como vemos:

Espero que a exposição dos aspectos positivos e negativos de minha experiência, sirva como contribuição à luta revolucionária na América Latina, especialmente. Espero que contribua para a compreensão de que além do oportunismo reformista e da ação desesperada de grupos audazes, desligado do movimento de massas, está o caminho de Lênin e Trotski (BLANCO, 1979, p. 30).

Além disso, convém mencionar que Hugo Blanco resolveu escrever porque não entendia que fosse possível acomodar a sua experiência revolucionária dentro daquilo que, segundo ele, seus observadores estavam chamando de “sindicalismo” ou “guerrilha”, até porque, para Blanco, apesar de sua prática e teoria revolucionária terem se valido de sindicatos e da luta armada, elas estavam a uma distância segura de tal caracterização. Assim, para Blanco, o seu trabalho no vale representou outra coisa, em outras palavras, algo entre estes dois polos. Diante disso, sublinhou: “creio que este trabalho ajudará a compreensão daquilo que não foi, simplesmente, ‘sindicalismo’, como vêem uns, ou ‘guerrilha’, como vêem outros” (BLANCO, 1979, p. 30).

É neste ponto, portanto, que devemos localizar o pilar do esforço que permite caracterizar Hugo Blanco como um intelectual revolucionário, à medida que este intencionou ultrapassar as definições dadas por terceiros e os caminhos da mencionada esquerda e, ao mesmo tempo, procurou produzir interpretações sobre sua realidade e teorizar sua experiência revolucionária. Mas qual foi, afinal, a perspectiva que Blanco ofereceu à experiência com os camponeses no vale de *La Convención*? Eis a sua afirmação: “[...] vejo-o como uma demonstração positiva da aplicação da metodologia de Programa de Transição” (BLANCO, 1979, p. 31). Ou seja, o olhar que Blanco imprimiu à sua experiência seguia inserindo-a dentro do programa revolucionário trotskista, por conseguinte, dentro do *Programa de Transição*, o mesmo princípio que, em 1938, havia dado origem à IV Internacional. Assim sendo, podemos dizer que Blanco passou boa parte do livro demonstrando o quanto a sua experiência esteve inserida dentro desse referido *Programa*. E como, a partir disso, ele procurou se colocar equidistante tanto das acusações de sindicalista, reformista e de

guerrilheiro. Por outro lado, o colocou em franco debate com os trotskistas latino-americanos nas discussões a respeito dos caminhos percorridos por esta filiação.

Contudo, isso não quer dizer que *Terra ou Morte* tenha sido o único e primeiro texto em que seja possível extrair dos escritos de Blanco conceitos e ideias advindas da teoria trotskista, pois desde seu já mencionado texto de 1964, *El camino de nuestra revolución*, tal identificação era pertinente, sendo possível de serem encontrados conceitos caros a Leon Trotsky, como a necessidade de um *partido* verdadeiramente revolucionário (vanguarda), a tática do *poder dual* e a luta armada organizada em torno de milícias. Porém, diferente deste primeiro momento, *Terra ou Morte* estava em outro patamar, pois esteve preocupado tanto com a teoria, quanto com sua aplicação. Além disso, à diferença de 1964, Blanco fez questão de se apresentar como trotskista revolucionário e não poupou esforços para inserir sua experiência dentro do programa dessa linha revolucionária, inserindo-a como elemento de uma tradição trotskista peruana.

Para encerrar, mais do que uma sustentação teórica que pudesse legitimar sua experiência dentro do trotskismo, acreditamos que existem outras interpretações possíveis sobre *Terra ou Morte*, que vão desde transformar o livro em uma possível advertência para a IV Internacional, a qual havia se reunificado em 1963, como um projeto que tentou traduzir o trotskismo à realidade peruana. Tais questões serão tratadas ao longo do capítulo.

3.1. No cárcere? Então, às letras: a obra Terra ou Morte.

Terra ou Morte foi publicado no Peru em 1972. Sua redação, por sua vez, foi realizada na prisão. Blanco estava preso desde 1963, após ser capturado pelos esforços das forças armadas, que objetivou colocar fim às ocupações de terra no vale de *La Convención*. Na época, como já mencionamos, o Peru não usufruía da normalidade democrática, pois em 1962 os militares haviam realizado um golpe, que, a um só tempo, destituiu do poder o presidente democraticamente eleito, Manoel Prado, e impediu que o vencedor das eleições daquele ano, o aprista Victor Raúl Haya de la Torre, assumisse a presidência do país. Apesar de a normalidade democrática ter sido reinaugurada logo no ano seguinte, a sorte de Hugo Blanco não mudou, pois permanecia no cárcere. Na realidade, sua situação até se agravaria, pois em 1966 foi condenado à pena de morte. Tal condição apenas se inverteria após grande pressão da opinião pública, nacional e internacional, com a participação de destacáveis personagens do meio intelectual. Dentre outras figuras políticas e instituições destacamos:

Isaac Deutscher, Jean-Paul Sartre, Simone Beauvoir, a Liga Internacional dos Direitos do Homem, a Internacional de Anistia, dez membros ingleses do Parlamento, Bertrand Russell, 400 intelectuais dos Estados Unidos, prisioneiros políticos do México, uniram-se na campanha internacional em favor da anistia (CAMEJO, 1979, p. 22)

A pressão contra a execução de Blanco surtiu efeito, pois ela não foi cumprida; contudo, o intelectual só conheceria a liberdade no final de 1970. Neste momento, o Peru estava sob o efeito de outra ditadura militar, comandada pelo General Velasco Alvarado, a mesma ditadura que, após libertar Blanco em dezembro de 1970, o exilou em setembro de 1971. Nesta época, por sua vez, a obra *Terra ou Morte* já estava prestes a ser publicada, o que de fato aconteceu no ano seguinte.

O mencionado livro de Hugo Blanco possui sete capítulos (Síntese Cronológica, Meio Geoeconômico e social, O partido, Duas Linhas, Poder Dual, Luta Armada e Processo Judicial). Tais capítulos foram antecedidos por uma introdução, de autoria de Peter Camejo, dirigente do *Socialist Workers Party* dos Estados Unidos (SWP), e por um Prólogo, este de autoria do próprio Hugo Blanco. Mas, antes de tudo, pensamos ser necessário sublinhar que a escrita dessa introdução, no início dos anos 70, por um membro do SWP, uma das seções mais importantes da IV Internacional, evidenciava não apenas a notoriedade atingida por Hugo Blanco no seio do trotskismo, mas como essa aproximação revelava os agrupamentos que andavam acontecendo no interior da IV Internacional. Demonstrando, assim, que uma relação entre esta última e a publicação de *Terra ou Morte* não é de modo algum equivocada. No entanto, sobre este aspecto procuramos deixar claro mais à frente.

Se recuperarmos o que vínhamos dizendo, segundo o dirigente Camejo (1979, p. 18), “*Terra ou Morte* é um resumo de 20 anos do desenvolvimento político de Hugo Blanco, como estudante, trabalhador e camponês”, em outras palavras, é uma obra que pode ser vista dentro de uma certa maturidade. De fato, enquanto Hugo Blanco escrevia as linhas do seu livro, sua idade já ultrapassava os trinta anos. Por conseguinte, ele não era mais aquele jovem universitário chegado da Argentina, como o fora um dia, quando regressou ao Peru em 1956. Pelo contrário, neste momento ele já acumulava uma experiência revolucionária e havia se tornado uma figura pública conhecida, alimentada também pelas consequências que envolveram sua prisão, como a campanha contra a sua execução.

Além disso, como figura pública, usufruía de um prestígio que o conduziu a um status próximo ao de lenda, de tal maneira que era ouvido e respeitado por diversos grupos sociais e políticos, dentro e fora do Peru, bem como se tornou uma espécie de mito entre os camponeses. Como afirmou Victor Villanueva: “*La campaña realizada conmovió al Perú*

entero y el nombre de Hugo Blanco saltó a las primeras páginas de los diarios rebasando las fronteras patrias para convertirse en personaje continental” (1967, p. 151). Mais tarde, outro estudioso do caso de *La Convención*, Eduardo Fioravanti (1974), também destacaria o alcance que Hugo Blanco atingiu entre os camponeses:

Hugo Blanco se convirtió de hecho en líder indiscutible del campesinado peruano, su nombre recorría de boca en boca toda la Sierra del país, convirtiéndose en un personaje legendario y mítico. Los campesinos de La Convención relatan cómo Blanco siempre escapaba de la policía transformado en perro, en puna, en gato. [...] Muchos de estos piensan que nunca fue detenido y que anda organizando sindicatos en otras regiones del país (FIORAVANTI, 1974, p. 194)

Portanto, quando Hugo Blanco escreveu *Terra ou Morte*, ele não era um personagem desconhecido na sociedade peruana. E certamente foi o reconhecimento construído nestes anos que o manteve em condições de ser um político influente no Peru nos anos seguintes². Tal condição aumentou as expectativas pela publicação de suas páginas.

Em um dos primeiros capítulos, chamado “meio geoeconômico e social”, o autor apresentou a região que seria o objeto de análise, o departamento de Cuzco, na serra ao sul do Peru, tendo as ações fundamentais sido desenvolvidas na zona de *La Convención* e *Lares* (BLANCO, 1979, p. 38). Após esta delimitação, o autor passa a caracterizar a região e, de fato, se limita a fazer uma descrição dos aspectos da geografia econômica e social do local, conforme anunciado no título do capítulo. Nesse sentido, ao tratar da geografia do lugar, fez questão de mostrar algumas diferenças entre a parte serrana e a parte que compunha o vale, que era onde estava *La Convención*. Em seguida, Blanco destacou os principais produtos produzidos em cada uma dessas regiões, os quais, segundo ele, estavam na base dos conflitos entre *hacendados* e camponeses que atingiram o vale posteriormente, uma vez que despertaram e aguçaram os interesses econômicos de cada um. Destacamos: “a diferença fundamental entre estes vales quentes e a região serrana reside nas suas culturas [agrícolas] que são permanentes na maioria e não anuais. Esta característica teve grande incidência nos fenômenos econômicos e sociais da região” (BLANCO, 1979, p. 39).

²Não foi por acaso que em meados dos anos 70, quando o governo militar ensaiava entregar o governo aos civis, Blanco, que já tinha sido autorizado retornar ao Peru, foi eleito com o maior número de votos entre as forças da esquerda, para participar da Assembleia Nacional Constituinte. Anos mais tarde, o mesmo personagem disputou as eleições presidenciais, ficando na quarta colocação. E, nesta época, segundo Alberto Flores Galindo (1997, p. 91), Blanco era o líder da esquerda mais conhecido do país (FLORES GALINDO, 1997, p. 91). De qualquer maneira, apesar do malogro no pleito presidencial, ainda seria eleito deputado entre 1980 e 1985, e eleito senador em 1990.

Diferente dos produtos agrícolas produzidos na Serra, os que eram produzidos no vale (o café, o cacau, o chá, dentre outros) eram produtos que passaram a render ganhos mais significativos para aqueles envolvidos em sua produção. Esta situação foi alimentada por uma demanda que cresceu tanto dentro como fora do país: “a produção da margem da selva [vale] está dedicada principalmente à exportação a outras regiões do país e ainda para outros países” (BLANCO, 1979, p. 39). No entanto, apesar de mencionar tais questões, Blanco não as aprofundou, ou seja, não se atentou em questionar as razões que fizeram do vale um lugar de considerável geração e aplicação de capital e que estavam relacionadas com o desenvolvimento das comunicações e pela demanda favorecida pelo contexto mundial. Sobre isso, o estudioso polaco Zbigniew Kowalewski (1974), destacou que

Esta explosión en la producción del café y el té la facilitó, por supuesto, la inauguración del ferrocarril y de las carreteras [...] Sin embargo, las causas básica fue otra: durante a II guerra mundial y posteriormente debido a la guerra de Carea se nota una fuerte demanda de materias primas y de los productos alimenticios tropicales en el mercado mundial. En el Perú, entre los años de 1950 y 1965, la exportación del café aumentó en 3450% y el valor de las exportaciones en 2900%. El valle de La Convención que tiene magníficas condiciones naturales para el desarrollo del cultivo de café, racciona positivamente a la demanda coyuntural del extranjero (KOWALEWASKI, 1974, p. 147).

Hugo Blanco também não se preocupou em mencionar que grande parte da iniciativa de produzir estes produtos agrícolas de maiores ganhos e investimentos e de maior demanda internacional partiu dos camponeses da região. Iniciativa esta vinculada especialmente a partir dos esforços de uma figura nova do ponto de vista jurídico das relações de trabalho, os “arrendieres” (NEIRA, 1968, p. 8), que, a partir de um contrato, recebiam uma parcela de terra dos *hacendados*, em troca de trabalhar determinados dias da semana nas terras do proprietário, entre outras obrigações. Assim, ante o que foi dito, foram os arrendatários, ainda que beneficiados por fatores externos, os principais beneficiados e responsáveis por dinamizarem a economia da região.

Porém, esta não era o foco da narrativa de Hugo Blanco, apesar de reconhecê-la. Blanco se preocupou mais em chamar a atenção para as relações arcaicas (“feudais”) de produção que persistiam no vale, bem como para as iniciativas dos *hacendados* em promover a expulsão dos arrendatários das terras em que se produziam os produtos de elevado interesse comercial, fatores pelos quais, segundo ele, estiveram na base para a formação dos primeiros sindicatos no vale: “esta agudização das contradições impulsionou a sindicalização do campesinato na zona” (BLANCO, 1979, p. 46).

Estes sindicatos, por sua vez, não foram integrados apenas por arrendatários, mas por outras categorias de camponeses que surgiram no vale. Os bons rendimentos trazidos pelas culturas permanentes e a inclinação dos *hacendados*, em exigirem maior atenção dos arrendatários às suas terras, colaboraram para que fosse necessário um incremento na mão de obra. No caso, merece atenção a iniciativa dos arrendatários, que, para atender à demanda das obrigações exigidas pelos fazendeiros, recorreram a novos braços. Com isso a região se tornou um lugar de atração para outros camponeses, o que foi responsável pelo surgimento de trabalhadores que ficaram conhecidos pelos seguintes nomes: o “*allegado*” e o “*habilitado*”³. Mas o interessante, acima de tudo, é que, quanto à relação de produção e trabalho, o que predominou entre *hacendados* e camponeses, mesmo em relação aos recém-chegados, segundo Blanco sublinha em seu texto, foi o seu caráter arcaico, nos moldes do indicado no capítulo primeiro. Conforme resumiu Hugo Blanco:

O hacendado dava ao camponês arrendatário uma extensão de selva virgem para que ele a cultivasse. Dentro do conceito de pagamento por arrendamento, o arrendatário devia trabalhar determinados números de dias para o hacendado; em alguns casos devia pagar, além disso, uma certa soma em dinheiro. Havia outras obrigações adicionais, como o trabalho de mulheres e crianças (“*palla*”), trabalhos gratuitos em caminhos, canais, etc.

[...]

Com o desenvolvimento das culturas permanentes surgiu a necessidade de maior quantidade de mão-de-obra. O hacendado exigiu mais condições e o arrendatário necessitou mais tempo para realizar o trabalho na sua parcela.

Assim, surge o *allegado* (agregado) [...] que recebe dele [arrendatário] uma pequena parte da terra, que será paga com dias de trabalho, como o imposto a ele pelo hacendado.

[...]

Além deles, havia o *habilitado*, trabalhador assalariado trazido da montanha. Estes trabalhadores, geralmente, iam ao vale apenas por uma temporada – em maior escala na época da colheita. (BLANCO, 1979, p. 44-45).

Foram contra essas relações arcaicas de produção, sustentada pelos *hacendados*, que os camponeses se movimentaram. Ou melhor, não apenas isso, como destacou Hugo Blanco, mas também pelas iniciativas levadas a cabo pelos donos das *hacendas* em retomar à força as parcelas de terra concedidas aos arrendatários, que, por sua vez, atingiriam diretamente também os camponeses na condição de “*allegados*”, uma vez que a terra destes provinham da concessão de uma parcela cedida pelos arrendatários. Logo, não foi por acaso que os sindicatos se alicerçaram, sobretudo a partir de arrendatários e *allegados*. Explicando:

³ A necessidade de mão de obra na região produziu uma cadeia de trabalhadores camponeses que estavam diretamente relacionados.

O cacique não só exigia melhores condições ao arrendatário, como seu maior sonho era despejar os arrendatários e agregados, e apropriar-se das plantações. O arrendatário e o agregado, por outro lado, desejavam que as condições não fossem tão duras e que fosse assegurada sua permanência na parcela (BLANCO, 1979, p. 45).

Essa linha de raciocínio seguida por Hugo Blanco, que também foi aplicada por ele quando esteve em ação no vale, entre 1958-1963, foi muito interessante, porque, apesar de serem nítidas as diferenças entre os grupos que integravam a classe camponesa, reuniu e separou as categorias da região em apenas duas classes antagônicas: os *hacendados* e os camponeses (VILLANUEVA, 1967, p. 76), demonstrando assim o seu entendimento de que os interesses e a exploração sofrida pelos camponeses eram semelhantes, independente da categoria laboral ao qual estivessem vinculados. Este raciocínio, por exemplo, não foi seguido pelo autor Eduardo Fioravanti (1974), que percebeu mais contradições do que semelhanças entre os grupos que compunham os camponeses, podendo se constituir em uma espécie de crítica àquilo que Blanco postulou.

De qualquer forma, a habilidade de líder sindical de Hugo Blanco em ajudar na coordenação das ações dos camponeses, bem como o reconhecimento óbvio dos arrendatários de que precisavam do apoio dos outros camponeses, inclusive daqueles que não possuíam a concessão de nenhuma parcela de terra, foram fundamentais para que na região surgisse uma polarização entre as duas classes mencionadas.

Apesar de ter sido feita de maneira breve, em seu livro, Blanco reforçou as contradições entre *hacendados* e camponeses valendo-se da história peruana, especialmente sobre a questão do domínio da terra. Neste particular, atentou para o fato de que desde os tempos do domínio colonial e pós-colonial os camponeses haviam sido os grandes perdedores, quer fossem aqueles membros das comunidades indígenas (*ayllu*), quer fossem camponeses que viviam no interior de uma *hacienda*. Para Blanco, a história do Peru era a história das agressões das *haciendas* sobre os camponeses.

Neste aspecto em particular, convém acrescentar, que não foi possível perceber qualquer tipo de esforço por parte do autor em dar à temática qualquer tom menos parcial, conforme podemos ler:

Hacienda – É o latifúndio importado pela conquista espanhola. Não foi afetado pela independência. Bolívar e outros libertadores eram hacendados. Os chefes militares da guerra da Independência foram premiados com haciendas em prejuízo dos índios.

A hacienda, o latifúndio, foi crescendo às custas das comunidades camponesas; arrebatando terras com aparência legal ou sem ela.

A Hacienda é uma grande extensão de terra parcialmente cultivada em forma extensiva.

Na época pré-incaica e incaica, a agricultura teve um caráter intensivo, se cuidou muito da terra cultivável. Os “andenes”, terraços escalonados, foram construídos para salvar da erosão a pouca terra cultivável das ladeiras andinas; [...].

Os Conquistadores, durante a Colônia, e seus herdeiros da República se encarregaram de destruir os “andenes”, de assassinar o solo como se assassinaram o homem. Na época colonial houve um grande massacre de índios. O conquistador [...] cultivava de forma extensiva e assassina. Esta modalidade foi seguida pelo latifúndio republicano, pelos caciques [...] (BLANCO, 1979, p. 41).

Embora seja possível identificarmos nestas passagens tanto uma herança de seu indigenismo como uma herança do curso de agronomia iniciado por Blanco na Argentina, em 1954, pois há tanto a defesa dos índios quanto a preocupação com o trato do solo, a intenção do autor foi a de demonstrar os aspectos históricos dos problemas dos camponeses que persistiam. Por isso, mostrou que, além do latifúndio ter persistido ao longo da história peruana, os grupos dirigentes do país estiveram diretamente vinculados às *haciendas*. Com isso, a sorte dos camponeses teria estado à mercê dos interesses destes últimos – “Na serra de Cuzco, as formas predominantes de produção são as da comunidade indígena, ou “ayllu” e seu oposto: a hacienda, o latifúndio” (BLANCO, 1979, p. 40). Não obstante, exatamente aqui temos a oportunidade, se observarmos com maior atenção, de perceber que o olhar empregado pelo autor para enquadrar a questão estava inserido em uma perspectiva sócio-econômica. Na sua visão, portanto, o problema estava ancorado na terra enquanto fonte de poder econômico, social e político que ela garantiu ao longo do tempo a seus donos.

É por isso também que percebemos Hugo Blanco inserido numa tradição interpretativa iniciada por José Carlos Mariátegui ainda na primeira metade do século XX. Este, como se sabe, observou o problema indígena e camponês pelo prisma materialista e econômico, por conseguinte, um problema diretamente vinculado à propriedade da terra. Com isso, e como se sabe, Mariátegui não apenas rompeu com outras interpretações e soluções que até então eram oferecidas, como percebeu que um dos principais gargalos do Peru contemporâneo estava na manutenção daquilo que à época se chamava de “feudalismo andino”⁴.

⁴ Até mesmo a caracterização de “feudal” para as relações trabalhistas nos Andes, por parte de Blanco, guarda esta aproximação aos escritos de Mariátegui.

Nós que, do ponto de vista socialista, estudamos e definimos o problema do índio, começamos por declarar absolutamente superados os pontos de vista humanitários ou filantrópicos [...]. Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico. [...]. Não nos contentemos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra.

[...]

O problema agrário se apresenta, antes de qualquer coisa, como o problema da liquidação do feudalismo no Peru (MARIÁTEGUI, 2010, p. 67-68).

O vínculo de Hugo Blanco com as contribuições interpretativas legadas por Mariátegui não se encerra aqui. Blanco compartilhava da ideia de que a solução para os problemas relacionados ao campesinato gravitava em torno de questões que envolviam a terra. Porém, assim como Mariátegui, ele sabia que este problema culminava numa questão também política, que abordaremos em seguida. Desta feita, não foi por coincidência que Blanco tenha intitulado sua obra de *Terra ou Morte*. Sobre isso, inclusive, poderia se argumentar que o título seria uma referência ao lema mais impactante lançado pelo sindicato liderado por Hugo Blanco, à época das invasões de terra no vale de *La Convención*. No entanto, da maneira como está colocado, “Terra ou Morte”, é possível compreender que a terra aparece como denominador comum tanto para o sucesso e continuidade da classe camponesa, como para o seu perecimento e, por consequência, do próprio país. Assim, demonstraria que não há solução razoável para o Peru que fugisse da questão da terra – “*mostrar que el campesinato elevará el Perú hasta las nubes, cuando posea la tierra. Mostrar, en fin, que para el Perú el dilema es: Tierra o Muerte*” (BLANCO, apud NEIRA, p. 239).

Contudo, se levamos em consideração que o regime de propriedade de terras no Peru tinha um significado que ultrapassava o meramente econômico, devemos recuperar o fenômeno conhecido como *gamonalismo*, que abordamos no capítulo primeiro. Apenas assim o problema da terra poderá ser compreendido em sua relação direta com a política e as dinâmicas do poder.

O *gamonalismo* foi demonstrado por Mariátegui, e mais tarde também apareceu na obra de Hugo Blanco. Com o problema colocado nesses termos, para tais autores, a manutenção do latifúndio resultava na emergência de grupos que, ao longo do tempo, controlavam e influenciavam o sistema de poder do Peru, mantendo sob seu domínio importantes fatias das instituições estatais, contribuindo, dessa forma, para as mazelas jurídicas, sociais, econômicas, políticas e culturais da população camponesa. Não por acaso, devemos reconhecer no levante camponês liderado por Blanco, mais do que um movimento

pela recuperação de terras, uma tentativa de romper com o passado senhorial (sustentado pelo domínio da terra), o qual os indígenas comumente estiveram submetidos na serra.

Com efeito, segundo Hugo Blanco, e como logo mais demonstraremos, foi na fissura aberta pela quebra desta estrutura fundiária e, por conseguinte, no enfraquecimento do *gamonalismo*, que se estabeleceu o lugar onde se deu a instalação do *poder dual* no vale de *Lá Convención*:

É preciso recordar as características semifeudais da hacienda: o cacique não é apenas o patrão, dono dos meios de produção. É ele que quase diretamente “coloca” juízes e autoridades locais, assim como “coloca” professores ou “tira” escolas. Além disso, ele suplanta em grande medida as autoridades locais nas suas funções. É ele diretamente quem “faz justiça”. Pode proibir a existência de “tiendas” (estabelecimento comerciais) ou monopolizá-las (BLANCO, 1979, p. 74).

Tendo seguido tais questões ao longo do capítulo que nomeou de “*Meio Geoeconômico e Social*”, Hugo Blanco intencionou demonstrar um pouco ao leitor a respeito do contexto com o qual ele se deparou ao se posicionar na paisagem rural peruana. Dentro dessas intenções, fez questão de focar as características infraestruturais da região para explicar as classes sociais e os interesses ligados a cada uma delas. Ao mesmo tempo, temos a impressão de que este caminho percorrido foi uma maneira de legitimar as ações desencadeadas no vale, pois essas foram empreendidas pelos camponeses, uma classe que, vista pelo prisma do autor, tinha sua história prejudicada por um sem-número de mandos e desmandos perpetrados por diferentes grupos privilegiados do Peru. Diante disso, só restou a Blanco afirmar que “(...) o índio era uma nacionalidade oprimida” (BLANCO, 1979, p. 43). Por fim, mas não menos importante, convém acrescentar que com este capítulo Hugo Blanco procurou oferecer as bases concretas/objetivas às quais se ancorou o seu *Programa de Transição*.

Assim sendo, não sem razão, no restante do livro, Blanco se esforçou para inserir sua experiência dentro do referido *Programa*⁵, sendo esta aproximação realizada inclusive quando o autor reconhece a ocorrência de distanciamentos entre o *Programa* e as ações empreendidas por seu movimento. Neste particular, em alguns momentos percebemos uma *mea culpa* de Blanco, especialmente quando destacou que a principal falha promovida pela organização camponesa no vale de *La Convención* coincidia com a não implementação de um dos

⁵ Com a exceção do último capítulo, que foi dedicado ao processo judicial que envolvia sua prisão, o resto do livro representa um esforço de identificação e aplicação do Programa de Transição.

alicerces básicos que sustentavam a estratégia redigida por Trotsky, em 1938. No trecho a seguir é possível identificar o que Blanco entendia sobre o *Programa*, bem como qual foi a principal lacuna.

Situado hoje como um crítico do trabalho no movimento camponês de Cuzco, vejo-o como uma demonstração positiva da aplicação da metodologia de Programa de Transição, do ascenso gradual, partindo das necessidades imediatas mais sentidas pelas massas, partindo do seu atual nível de consciência, de organização, de luta.

[...]

Mas também vejo esta atividade, como uma amostra do funesto que é o descaso pela construção do partido revolucionário, de tipo leninista. Posto que a construção do partido é parte indispensável do Programa de Transição, não se pode falar com propriedade de nem sequer tê-lo aplicado corretamente [...]. Sem partido não só há uma má aplicação do programa, como há uma má elaboração dele (BLANCO, 1979, p. 29).

Mais do que reivindicar os princípios expressos pelo “Programa de Transição”, como a ascensão gradual das massas, ficou evidente que Blanco não deixou de equalizar sua experiência revolucionária com aquilo que havia se tornado uma das principais questões para Leon Trotsky, a saber, as fragilidades das condições subjetivas para a revolução, sendo esta entendida quanto ao nível de consciência das massas e também em relação à direção das mesmas.

A IV internacional, por exemplo, foi imaginada para dar conta destas questões, uma vez que, na concepção de Trotsky, a ascensão do stalinismo e os descaminhos da III Internacional haviam renunciado a tal tarefa. Assim, quando nos atentamos às preocupações de Hugo Blanco a respeito do movimento camponês em *La Convención*, percebemos a acusação de que faltaram ambas as coisas, isto é, os fatores subjetivos: consciência e direção. Porém, para Blanco, que insistiu ao longo de todo o livro, esses fatores poderiam ter sido alcançados se o partido de vanguarda tivesse sido construído, como é possível identificar nesta passagem:

A construção do partido revolucionário que, assimilando a experiência da luta de classes mundial, extraía de sua própria penetração no movimento de massa, um programa de reivindicações transitórias, para orientá-las e dirigi-las, desde sua situação atual até a tomada do poder, um partido que se fortaleça a si próprio, através desse trabalho, aumentando seu nível, engrossando suas fileiras com os melhores elementos extraídos da luta de classes, estendendo sua influência [...] (BLANCO, 1979, p. 31-31).

Em sintonia, portanto, com o programa teórico trotskista, Blanco reconhecia ainda que as condições objetivas já estavam dadas, faltando apenas, além do partido, a construção de uma ponte que conduziria essa massa à tomada inevitável do poder e, por conseguinte, à violência revolucionária, representada pela luta armada (BLANCO, 1979, p. 29). Mas, diferente de Trotsky, que tinha uma noção das condições objetivas em um sentido macro e até internacional, notamos que Blanco deixou transparecer em seu trabalho uma visão mais regionalista das mesmas. Nesse sentido, conseguiu destacar as condições que acometiam o contexto rural da serra peruana, como as questões materiais, econômicas e políticas, mas não estendeu isso ao resto do país ou a uma perspectiva mundial. Certamente, porque essa nunca foi uma tarefa que Blanco se colocou. Porém, o interessante é que, justamente pelo fato de ter se limitado a uma realidade em particular e porque pensou a sua experiência inserida no trotskismo, é que podemos classificar Hugo Blanco como um autor preocupado em traduzir o trotskismo para a realidade peruana.

Desta feita, não foi por acaso que, em seu livro, Hugo Blanco esteve interessado em colocar em destaque o desenvolvimento econômico da região, bem como as contradições desenvolvidas entre camponeses e *hacendados*, ou as lutas de interesses entre ambos e até mesmo a disputa entre comunistas e trotskistas pelos sindicatos camponeses, pois nisto tudo estariam as condições objetivas. Aliás, objetivas e plenamente maduras. As mesmas condições que, partindo dos princípios expressos pelo *Programa de Transição*, seriam as molas propulsoras que conduziram as massas a um nível de consciência mais elevado, em outras palavras, que levariam as massas a ultrapassarem o “programa mínimo” em favor do “programa máximo”. Desta forma, se, para Trotsky, a estratégia era fazer das lutas diárias do proletariado, por menores e mais econômicas que fossem, uma via que levasse a classe a tomar consciência sobre a necessidade de derrubada do capitalismo e a instauração do socialismo, o mesmo pensou Blanco, embora tenha sido em relação ao campesinato peruano.

É preciso ajudar as massas no processo da sua luta quotidiana em encontrar a ponte entre as suas reivindicações actuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve constituir num sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência atual de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado (TROTSKY, 1978, p. 24-25).

Portanto, ainda que a lacuna partidária tenha sido uma constante, como Hugo Blanco demonstrou ao longo do livro *Terra ou Morte*, o aprofundamento das ações dos camponeses no vale, que, de petições conduzidas por advogados contratados pelos primeiros sindicatos da

região, passaram a fazer greves, invadir *haciendas* e organizar a luta armada, tinha o objetivo de conectar o movimento camponês à esteira do programa transitório, pois evidenciava um processo permanente rumo à conscientização e radicalização. Em outras palavras, a superação progressiva do “programa mínimo”.

Isto também deixa evidente a existência de uma tentativa de tradução do trotskismo à realidade peruana, pois, diferente de Trotsky, Blanco não estava pensando no proletariado e o contexto urbano, mas nos camponeses das *haciendas*. Desta preocupação do autor em se adaptar ao contexto rural, por exemplo, surgiu um novo sentido para as greves dos camponeses, que, segundo Blanco, ganharam um contorno e um significado diferente daquelas praticadas pelo proletariado urbano. Em 1963 o jornal *Obrero y Campesino* circulou esta concepção de Blanco, que apareceria também mais tarde no livro *Terra ou Morte*:

*La huelga es una gran arma de los “colonos”, “arrendires”, etc.
El obrero no puede resistir una huelga por mucho tiempo, pues deja de percibir salario y se muere de hambre. Al no vender su fuerza de trabajo, no darla, no recibe el pago, el salario.
El campesino, al hacer la huelga deja de “paga” el derecho de usufructuar el pedazo de tierra que el hacendado dice ser de su propiedad. Deja de pagar en trabajo, y como no paga en ninguna otra forma, usufructúa la tierra como si fuera de su propiedad mientras dura la huelga. (BLANCO Apud NEIRA, 1968, p. 240.*

Mas, fora essa adaptação à realidade peruana, o que interessa frisar é que Blanco fez questão de destacar que o que havia acontecido no vale de *La Covención* foi a implantação do *Programa de Transição* próximo aos moldes trotskistas, principalmente, para evidenciar que seu projeto não foi o mesmo de outros setores da esquerda. Este ponto, aliás, Blanco esclareceu em diversas situações. No livro, este quadro foi incrementado por referências aos momentos de disputa e tensão entre comunistas e trotskistas, demonstrando assim que essa condição conflituosa estava ancorada em projetos revolucionários essencialmente opostos. Para Blanco, os comunistas peruanos haviam renunciado ao marxismo revolucionário ensinado por Lênin e Trotsky, pois estavam reproduzindo apenas o “programa mínimo” que, como já indicamos no capítulo anterior, foi ganhando força a partir da ascensão do Stalinismo na União da República Socialista Soviética. Contudo, é bom lembrar que tais acusações devem ser compreendidas pelo prisma do trotskismo.

O stalinismo, como em outros lugares, cobria seu oportunismo com a divisão do programa revolucionário em um “programa mínimo” e um “programa máximo”. Dentro desse critério, o programa mínimo planejava uma série de

conquistas “que se possa obter” dentro do sistema atual; e no remoto programa máximo, estavam a tomada do poder e o socialismo (BLANCO, 1979, p. 59).

Esta temática foi desenvolvida especialmente no capítulo intitulado “Duas Linhas”. O capítulo foi manejado para mostrar que existiram duas linhas políticas atuando entre os camponeses de *La Convención*: os trotskistas e os comunistas, linhas estas que foram mostradas pelo autor como sendo antagônicas e inconciliáveis. A primeira, segundo o autor, representava a verdadeira teoria revolucionária, enquanto a segunda estava imersa numa contaminação burocrática e que atuava como freio do movimento revolucionário – “Assim, em Cuzco ocorreu o confronto do Programa de Transição deficientemente manejado [...] com o programa mínimo reformista” (BLANCO, 1979, p. 60). Com efeito, Hugo Blanco chamou a atenção, ao longo do capítulo, sobre como as táticas e estratégias propostas e utilizadas pelos sindicatos controlados pelos trotskistas não tinham nada de reformista, porque, apesar de se valerem de caminhos semelhantes aos utilizados pelos comunistas, como o uso dos trâmites legais, estes eram apenas instrumentos acessórios. Na verdade, isso servia muito mais para demonstrar aos camponeses a necessidade da radicalização, uma vez que os canais oferecidos pela República para a solução dos conflitos e o atendimento dos interesses dos camponeses eram ineficazes, além de profundamente tendenciosos, pois estavam sob a égide do *gamonalismo*. Neste caso, de fato, Blanco tentava mais uma vez demonstrar a execução do *Programa de Transição*, afinal, como afirmou um importante teórico do trotskismo, sua aplicação se acelerava e se aprofundava desde que se conseguisse comprovar às massas a ineficácia dos tramites legais e normais:

São necessárias lutas por objectivos transitórios (quer dizer, lutas que aparecem aos trabalhadores como necessárias à solução dos seus problemas, mas irrealizáveis no quadro do funcionamento normal do regime capitalista, quer dizer, desembocando numa situação pré-revolucionária [...] para permitir à consciência de classe dar um salto qualitativo em frente (MENDEL, 1978, p. 14)

Mas para explicar as razões dessas teses em relação ao Partido Comunista, Blanco se valeu da teoria da degeneração burocrática desenvolvida por Leon Trotsky, ainda na década de 1930, formulada para esclarecer a derrota dos princípios que haviam guiado a Revolução de Outubro e a criação da III Internacional. Para Trotsky, na União Soviética, aconteceu a ascensão de um grupo responsável apenas em exercer o poder: a casta burocrática.

Hugo Blanco, bebendo nessa fonte interpretativa, também considerava que a ascensão da chamada burocracia acabou usurpando o poder na União Soviética, pois se ergueu e se fortaleceu às custas da inviabilização da participação das massas e comprometendo o centralismo burocrático do Partido Comunista soviético. Este processo culminou numa concepção de país que nem era socialista e nem capitalista, pois: “a União Soviética é um Estado operário degenerado em proveito da burocracia; mas é um Estado operário, não capitalista” (BLANCO, 1979, p. 57). Para Blanco, foi este Estado responsável por promover Partidos Comunistas afeitos ao programa mínimo e contrários ao programa máximo; incentivaram ainda direções reacionárias, que freavam a ascensão das massas, assim como promoviam ideias contraditórias com os princípios que animaram a III Internacional no início: a necessidade de que outras revoluções deflagrassem pelo mundo, sobretudo na Europa. Explica:

Esta burocracia do Estado operário, que distorcia em proveito próprio, manobrava, como mesmo objetivo, não apenas a política exterior soviética, mas, o que é pior, apoiada no prestígio que gozava a grande revolução operária entre os comunistas do mundo. Em nome dela começou sutilmente a distorcer política e organizativamente os partidos comunistas do mundo; convertendo-os, de seções nacionais do partido mundial da revolução que eram, em meros instrumentos da política externa soviética. Transformando-se, como dissemos, em política externa da burocracia (BLANCO, 1979, p. 57).

O seu esforço em mostrar-se vinculado ao trotskismo não se encerrou aqui. Ele continuou no capítulo seguinte, ao tratar sobre o Poder Dual. De qualquer maneira, é possível reconhecer, ao mesmo tempo, que o destaque e, igualmente, a defesa do *Programa de Transição* possam revelar o vínculo de Hugo Blanco a uma das tendências verificáveis na IV Internacional após a reunificação de 1963 (MARIE, 1990, p. 96), isto é, a tendência que visava retomar e rever tal *Programa*.

3.2. Hugo Blanco e o Poder Dual

Na sequência de seu livro, Hugo Blanco tratou de outros temas caros ao programa trotskista: o *poder dual* e a luta armada. Os dois temas, por sua vez, apareceram em capítulos separados, mas o fato é que são conceitos interdependentes. De qualquer maneira, o que

devemos nos atentar primeiro é justamente quanto ao esforço de Blanco em demonstrar que de fato ele havia constituído esse *poder* no vale de *La Convención*, pois como pontuou ao final do capítulo em que abordou o tema em particular: “estamos convencidos que houve o Poder Dual” (BLANCO, 1979, p. 79). Mas o que seria o *poder dual*?

Para Leon Trotsky, a dualidade de poderes é uma situação própria de épocas revolucionárias, um momento, por conseguinte, em que a unidade de poder é posta em xeque. Por outras palavras, um período em que não vigora mais as condições da suposta classe dominante de impor, mediante o controle do Estado, o seu controle econômico e político sobre as outras classes e sobre todo o território. Nestas condições, abre-se uma situação em que a classe dominante convive com classes organizadas que almejam e praticam ações a fim de fragilizar o poder constituído e de inaugurar e impor um novo sistema social, deixando evidente que cada uma dessas classes possui interesses inconciliáveis. Além disso, em uma situação de *poder dual*, fora o controle de uma parte do território, as classes antes submetidas às classes dominantes atuam com independência e muitas vezes convergindo à esperança de outras camadas, mas, principalmente, “(...) concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder do Estado (...)” (TROSTKY, 1977, p. 185). De qualquer forma, eis a resposta de Blanco para *poder dual*:

Em toda sociedade existem classes antagônicas e a classe privada do poder aspira inevitavelmente a fazer variar em seu favor, com maior ou menos grau, os rumos do Estado.

[...]

O Regime de dualidade de poder apenas surge aonde se chocam de modo irreconciliável as duas classes; e constitui, além disso, uma de suas linhas fundamentais (BLANCO, 1979, p. 70).

Entretanto, estas não foram palavras suas, mas palavras do famoso revolucionário russo Trotsky, o que demonstrava a filiação de Blanco aos seus ensinamentos, e de modo algum isto foi feito sem intenção. A verdade é que Blanco desejou convencer a quem o lesse, como forma de legitimar o movimento liderado por ele, que de fato havia conseguido emular o *poder dual* no vale de *La Convención*. Isto era importante por diversos motivos, por um lado porque este conceito era mais um daqueles que podiam escorar seu projeto sob a bandeira trotskista, bem como garantir que havia alcançado, na época, uma situação revolucionária; por outro, demonstrava que sua práxis foi envolvida por teoria revolucionária, não por ações aleatórias ou aventureiras. Nesse sentido, convencido da força esclarecedora da

teoria, se colocou a explicar porque estava convencido de que existiu, naquele evento, isso que se classificou de *poder dual*.

Enquanto se dedicava a este objetivo, foi possível notar outro esforço de Blanco em traduzir o trotskismo à realidade peruana, aspecto este que deixou transparecer na seguinte afirmação: “ante o desconhecimento ou interpretação errada sobre nosso conceito de Poder Dual [...]” (BLANCO, 1979, p. 70). A recorrência ao termo “nosso” deixa ainda mais evidente a interpretação de que aquilo que ele produzira, apesar de trotskista, era, antes de mais nada, peruano. E a singularidade do *poder dual* que emergiu no vale, Blanco a identificou assentada no seu caráter não nacional, mas local, e não na disputa de poder entre as classes que classicamente antecede a vitória socialista, isto é, entre a burguesia e o proletariado, mas entre os “camponeses e os *gamonais*”:

É certo que no Peru a dualidade em escala nacional não se dará entre o poder burguês e o campesinato, mas entre o poder burguês e o proletariado [...]. Mas isto não contradiz que, em escala local, dentro desse processo, surjam germes de poder dual entre o governo burguês e outros setores populares que não sejam o proletariado, inexistente, quase, em muitas zonas (BLANCO, 1979, p. 73).

Esta condição demonstra o esforço de acomodação à realidade peruana não só porque Hugo Blanco sabe que há lugares em que se predomina a população camponesa, mas porque acredita conhecer a realidade do sistema de poder da serra peruana, conforme foi demonstrado nos primeiros capítulos do livro que aqui analisamos. Portanto, sabe que o poder na região se concentra e gravita em torno dos *gamonales*, condição essa responsável também pela existência do *gamonalismo*, como indicamos em outras oportunidades⁶. Além disso, reconhece que ambos existem a partir de uma aliança e consentimento com os grupos dominantes do país, os quais se localizam não necessariamente apenas na serra mas também na costa, e que o autor optou apenas em chamá-los de burgueses ou governo burguês. Daí, por mérito dessa aliança, está a razão dessa citação trazer a ideia de que o *poder dual*, em escala local, nascer entre os camponeses e o que Blanco nomeou de governo burguês.

Desta maneira, com o problema colocado nesses termos, a dualidade de poderes no campo não poderia emergir do confronto de burgueses e *hacendados* (burguesia e aristocracia), uma vez que seus interesses não se chocavam de forma irreconciliável, pelo contrário, podiam até se complementar. Em 1964, no texto *El camino de nuestra revolución*,

⁶ “Em síntese, é o amo [gamonal] quase feudal. O poder está claramente concentrado nele [...]” (BLANCO, 1979, p. 74).

Hugo Blanco passou ideia semelhante, porque, apesar de anunciar certa contradição e fragilidade nos interesses desses grupos, em nenhum momento identificou a concorrência entre esses poderes. Por isso que, ao fim e ao cabo, para Blanco, o *poder dual* se daria entre camponeses e *hacendados*⁷, pois, além dos interesses e a vontade de poder de ambos serem antagônicos e irreconciliáveis, o último, devido às suas alianças, representava ao mesmo tempo a burguesia peruana, isto é, os grupos que nosso intelectual entende como dominante. Como sublinhou Hugo Blanco:

Trotsky afirma que nem sempre a coexistência de poderes implica dualidade de poderes. Ele cita o caso da nobreza latifundiária e a burguesia da Prússia, nós podemos citar o caso dos caciques e a da burguesia no Peru em que, por fortes que sejam às vezes os conflitos entre as classes que repartem o poder: sua base social é comum e suas desavenças não ameaçam chocar-se com o aparato do Estado (BLANCO, 1979, p. 70).

Para Blanco, o *poder dual* que surgiu no Vale de *La Convención* se expressou de diversas maneiras. O autor citou, por exemplo, o fato de os camponeses, organizados em sindicatos, terem nomeado juízes que substituíram as autoridades locais, “autoridades burguesas” (BLANCO, 1979, p. 75-76) e formalizarem a “lei da reforma agrária”. Além destes exemplos, o autor citou a execução de obras públicas, bem como a construção de escolas e pagamentos dos professores, dentre outras coisas.

Mediante esta condição, Eduardo Fioravanti afirmou que “*de esta manera, las masas campesinas irían paulatinamente arrebatando el poder económico y político-social a los grandes propietarios respaldados por todas las autoridades político-administrativas*” (FIORAVANTI, 1974, p. 195-196). Ou seja, nas versões de Blanco e de Fioravanti fica a perspectiva de que os camponeses foram capazes de abrir uma situação em que se fragmentou a unidade do poder, pois teriam conseguido retirar o controle político, econômico e territorial que, na região em questão, era costumeiramente localizado na figura do *gomonal*. Mas, se assim se expressou o *poder dual*, qual foi sua base de sustentação? Foram os sindicatos

⁷A título de exemplo, reproduzimos parte de uma citação apresentada no texto de Eduardo Fioravanti: “*desde que se organiza el sindicato, el campesino siente la necesidad de un organismo que haga justicia interna, pues el hacendado ya no puede cumplir esa función debido precisamente a la ruptura de relaciones que significa la organización del sindicato; y, por otra parte, las autoridades políticas, judiciales y policiales se manifiestan como instrumentos del patrón*” (BLANCO, APOUD FIORAVANTI, 1974, p. 197).

camponeses: “*el instrumento para la implantación del poder dual es el sindicato campesino*” (FIORAVANTI, 1974, p. 196)⁸.

Mas antes de adentrarmos nesta questão dos sindicatos, que, aliás, detém expressiva relevância no pensamento de Hugo Blanco, convêm outras considerações a respeito do *poder dual*.

Assim sendo, é expressivo recordar que esta temática não foi visitada pelo nosso autor apenas durante a redação do livro *Terra ou Morte. Poder dual*, na verdade, é um conceito que apareceu ainda nos escritos do cárcere de 1964: *el camino de nuestra revolución*. No entanto, apesar dos princípios que sustentam o significado deste conceito ter permanecido ao longo do período que compreende os dois referidos escritos, ficou evidente que as preocupações não eram mais as mesmas. Em 1964, o norte que amparou este texto era justamente a ampliação do movimento camponês, que naqueles anos se estendeu para além das fronteiras de *La Convención*. Desta forma, atrelado aos princípios trotskistas, aos quais, segundo o depoimento de um ex dirigente da juventude do Partido Comunista, “*Blanco era muy fiel [...]*” (LUST, 2013, p. 91), ele ventilou algumas tarefas imediatas aos companheiros que, diferentemente do que se passava com ele, permaneciam em liberdade e em ação juntos aos camponeses, que eram justamente o de desenvolver o *poder dual* no campo.

Nesse sentido, naquele momento, Blanco informava a necessidade dos trotskistas de tomarem a direção dos sindicatos que foram se alastrando pelo país, a exemplo do que aconteceu no vale onde atuou. Na ocasião, como já reconhecia os problemas da falta de um partido de vanguarda, deixou claro que tais trotskistas estariam sob a égide do Partido. Contudo, foi categórico ao afirmar que, estar à frente de um sindicato deveria significar um aprofundamento qualitativo sem precedente no interior do movimento camponês e do próprio sindicato, pois de nada valeria penetrar entre as massas, tomar sua direção, fazer propaganda, agitá-las e fazê-las entrarem em ação se a direção trotskista não tivesse consciência que seu objetivo fundamental nesse processo era fazê-lo culminar na concretização do *poder dual*. Ou seja, era necessário imprimir o tom e a consciência da situação revolucionária que os

⁸A perspectiva que Hugo Blanco quis oferecer à ideia de *poder dual*, além de ter sido aludida por Eduardo Fioravanti, foi captada também por Aníbal Quijano: “Las invasiones de las tierras de las haciendas de La Convención que eran luego poseídas y trabajadas de manera colectiva por los sindicatos, dieron también como resultado la formación de una nueva estructura de poder local, casi totalmente independiente del poder oficial y tradicional, que llegó a controlar a través de los sindicatos, no solamente la apropiación y el trabajo colectivo de las tierras de las haciendas invadidas, sino también todo los demás aspectos de la vida diaria de las localidades, incluyendo la administración de justicia. Se había formado, así una especie de estado dentro del Estado (QUIJANO, 1979, p.127).

sindicatos eram responsáveis por constituir. Pois, caso contrário, este *poder* estaria se erguendo sobre bases frágeis, ou pior, se daria de forma inconsciente, por conseguinte, de forma não revolucionária – “*Hay el peligro que la tomada de la dirección real del movimiento campesino por nuestro partido, no signifique un cambio qualitativo en este desarrollo inconsciente del poder dual*” (BLANCO, 1965, p. 10).

Desta forma, Hugo Blanco exigia uma “revolução” interna profunda nos sindicatos, penetrados e cooptados para o trotskismo. Por outras palavras, “[...] *la transformación del sindicato o la organización campesina, de organización simplemente masiva del campesinado, en organización de masa conscientemente revolucionarias*” (BLANCO, 1965, p. 10), os quais, com efeito, eram os embriões de *poder dual*.

Esta nova condição almejada, segundo Blanco, os conduziria a outro nível de luta revolucionária, nível este que amadureceria a tal ponto que afastaria qualquer dúvida de que o *poder dual* não havia rompido com a forma inconsciente, que era justamente o início da luta armada. Esta nova condição nascia do poder fracionado, pois como uma fatia do Estado e do território não estava mais sob as mãos da antiga classe dirigente, esta era impelida a retomar seu antigo controle, enquanto a sua concorrente era impelida a se defender e, em determinadas situações, ampliar os seus domínios. Foi por isso, inclusive, que Leon Trosky afirmou: “o fracionamento do poder denuncia a guerra civil” (TROTSKY, 1977. p. 185). Desta forma, pode-se notar que, para Blanco, a luta armada era a consequência inevitável de organizações com objetivos revolucionários. Eis o que destacou Hugo Blanco (1965, p. 11):

Concretamente, camaradas, el tomar la dirección del movimiento campesino en una zona o región de nuestro país, significa elevarnos a una nueva tarea, y el tener que elevar a las organizaciones campesinas a esa nueva tarea; ellas es nada mas ni nada menos que el arte de la lucha armada. Porque poder dual en desarrollo significa lucha armada real o potencial. Porque dirección revolucionaria consciente de un poder dual en desarrollo significa preparación consciente y revolucionaria de una la lucha armada inevitable.

Essa passagem é importante também porque reforça algumas considerações realizadas no capítulo anterior, como o princípio de que a luta armada para Hugo Blanco partiria em conjunto e a partir das massas, e não por meio da formação de um pequeno grupo guerrilheiro separado daquelas, como ele achava que fazia o castro-guevarismo.

O *poder dual*, igualmente, significa situação revolucionária, expressa na consciência da necessidade da luta armada. Mas isso, nas obras escritas por Hugo Blanco, não representou um apreço pela formação de guerrilhas, muito menos percebeu nesta um organismo gerador de poder, como alguns outros teóricos defensores da Revolução Cubana chegaram a conceber.

Do seu lado, Blanco acreditava que, embora a consciência do *poder dual* estivesse em grande medida representada pela preparação e a inevitável luta armada, a base desse poder estava primeiramente com as massas, precisamente nos sindicatos camponeses, uma vez que estes expressavam a união e as decisões políticas de camponeses organizados. Foi por isso, inclusive, que na maioria das vezes recomendou a formação de milícias, devido à conexão orgânica que ele acreditava que este tipo de formação militar cultivava com as massas. Porém, como mais à frente apontamos, nos momentos em que, nos seus escritos, cedeu e reconheceu a possibilidade de se valer do uso e da formação de guerrilhas, esta foi esvaziada do significado castro-guevarista, pois, além de ser emulada a partir das massas, ela estaria, simultaneamente, submetida ao partido.

Não obstante, como já foi possível notar, foi tratando de *poder dual* que certamente alcançamos uma das principais organizações que integram o arcabouço intelectual e revolucionário de Hugo Blanco: os sindicatos. A respeito da importância e da interdependência entre poder dual e sindicatos, Hugo Neira chegou a afirmar que ambos compreendem as concepções políticas preferidas por Hugo Blanco (NEIRA, 1967, p. 94). Mas, apesar da importância conferida aos sindicatos, evidenciada especialmente no texto *el camino de nuestra revolución*, Blanco aproveitou para chamar a atenção em *Terra ou Morte* para que sua experiência não fosse confundida com sindicalismo. Com isso, obviamente, Blanco tentava escapar de algumas acusações que pudessem distanciá-lo do programa trotskista, pois, como destacou Trotsky ao longo do texto “Programa de Transição”: “ao mesmo tempo, a IV Internacional rejeita e condena resolutamente todo o fetichismo sindical, comum aos “trade-unionista” e aos sindicalistas” (TROTSKY, 1978, p. 29). Além disso, e junto a outras críticas, Leon Trotsky fez questão de ressaltar também que os sindicatos não podem e não devem substituir jamais o partido.

Crente, desde o início, e provavelmente desde sua estadia entre os trotskistas argentinos, a respeito da importância das massas, Blanco fez questão de organizá-las quando chegou ao vale de *La Convención*. Ali, como se sabe, fundou dezenas de sindicatos camponeses. É claro que Blanco não foi o pioneiro na região, pois antes dele já existiam alguns sindicatos. No entanto, é fato que esta organização de massa, não apenas cresceu em proporção, como ultrapassou as intenções iniciais: as exigências por melhores condições de trabalho, melhores salários, o cumprimento de leis que já existiam, o fim dos trabalhos gratuitos e, especialmente, a utilização dos canais legais de reivindicação. Nesse sentido, para a maioria dos autores aqui mencionados, foi com a chegada de Hugo Blanco que os sindicatos

ganharam um novo tom, o tom revolucionário⁹, pois desencadearam ações que galgavam romper as estruturas econômico-sociais e políticas, que há tempos regulavam a vida dos camponeses da região. E, no olhar de Blanco, isto era em decorrência de terem atacado a base dessa estrutura: o latifúndio.

Os pesos transformadores que os sindicatos alcançaram, por sua vez, na prática, mais tarde corroboraram para que Blanco sistematizasse essa experiência em seu trabalho intelectual, onde aproveitou para chamar a atenção para um novo significado e uma nova tarefa que deveriam ser cumpridas pelos sindicatos camponeses. Com efeito, sua ideia estava ancorada em fazer desta organização mais do que um organismo de massa e de classe, mas uma organização geradora de poder e estabelecida sobre bases democráticas, tal qual foram um dia, em sua leitura, os soviets durante a Revolução Russa – “*el sindicato campesino se erige paulatinamente en un verdadero organismo de poder popular democrático [...]*” (BLANCO *apud* FIORAVANTI, 1974, p. 196). Com isso, acreditava produzir no Peru uma situação semelhante ao período revolucionário russo, quando os *soviets* desencadearam a situação de dualidade de poderes.

A aposta em sindicatos equivalentes aos *soviets* ganhou tal amplitude no pensamento de Hugo Blanco que o mesmo chegou a afirmar que o sindicato campesino era o único “*partido revolucionário sui generis de masas que hay en nuestro país*” (BLANCO, 1965, p. 12), pois:

No creo que en el Perú llegue a surgir otro organismo con apoyo del movimiento de las masas que sea capaz de dirigir y llamar a acciones revolucionarias. No creo en la posibilidad de soviets o grandes partidos de masa que puedan llamar por sí solos a la revolución. Los sindicatos cumplirán esse rol (BLANCO, 1965. p. 12-13).

Segundo Robert Alexander, Blanco amadureceu esta ideia especialmente na prisão e a considerou como inovadora dentro do próprio trotskismo: “*he used his time to develop a particular approach to revolution in Peru which was substantially different from the traditional Trotskyist position [...]*” (ALEXANDER, 1991, p. 639). Em sintonia com Robert Alexander esteve Eduardo Fioravanti, que procurou realçar a semelhança dos sindicatos com os *soviets*, bem como aquele como gerador e aplicador de poder, possível de se observar nestas citações:

⁹ De acordo com esta concepção está Eduardo Fioravanti: “*Un nuevo carácter adquirirían los sindicatos campesinos con la llegada de Hugo Blanco al valle de La Convención*”(1974, p. 91).

Los valles de La Convención y Lares estuvieron controlados en (1961-1962) por un Estado de Soviets Campesinos que aplicaban sus propias leyes de forma democrática (FIORAVANTI, 1974, p. 175).

Blanco laid particular stress on the importance of peasant unions in the Peruvian Revolution. He saw them as incipient soviets and urged that they reach out to undertake de facto government activities in their localities, such as providing health care, carrying out local public works projects, and developing extension services for their members (ALEXANDER, 1991, p. 639).

Como já expomos em outras passagens, uma conclusão como esta não estava em desacordo com o que também expressou Blanco. No entanto, queremos terminar afirmando que, em último caso, nosso intelectual quis deixar registradas as seguintes impressões: que o poder é gerado a partir das massas e tendo o partido como guia, deixando entrever, por outras palavras, que a revolução socialista peruana dependia deste caminho. Por outro lado, a outra impressão que convém mencionar é que todo este conjunto de afirmações objetivava deixar expresso o protagonismo das massas camponesas, aspecto, aliás, evidente em todos os escritos de Blanco, mas que provavelmente apareceu com uma intenção especial no livro *Terra ou Morte*.

Assim, consideramos que deixar o mencionado aspecto evidente era importante porque significava também uma crítica e uma alternativa em relação ao governo militar inaugurado em 1968, a partir de um golpe. Naquele momento, como se sabe, assumiu o poder o General Juan Velasco Alvarado, governo responsável por devolver ao Estado a condição de sujeito político cujo resultado foi a implementação de um projeto de modernização autoritário (CONTRERAS; CUETO, 2007, p. 328). Dentre as diversas reformas colocadas em práticas, destacou-se a reforma agrária que este governo deu início em 1969. Na ocasião, aproveitando a bandeira revolucionária que se autocolocou e, porque a pauta em questão era uma reivindicação de diversos ramos políticos e sociais, o governo militar aproveitou para dar início à expropriação de latifúndios, tanto na região serrana como na região da costa do país. Até 1979, foram desapropriados 9.1 milhões de hectares e 369 mil famílias foram beneficiadas.

Não nos cabe, por sua vez, retomarmos as consequências e os problemas dessa reforma agrária. O importante, na verdade, é identificar no livro *Terra ou Morte* a intenção de diminuir a relevância dessa reforma realizada pelos militares, que, em última instância, almejava cooptar as demandas da classe camponesa e servia como um desestimulante para a ação independente dos mesmos.

3.3. Hugo Blanco e a tomada do Poder

Apesar de Hugo Blanco, como já anunciamos, passar o maior tempo em *Terra ou Morte* defendendo o *Programa de Transição*, bem como sua aplicação no vale de *La Convención*, ficou implícito que durante este processo acreditava-se que estava em curso a Revolução Agrária peruana, ou seja, estavam se alterando as estruturas arcaicas/feudais que até então predominavam na paisagem rural¹⁰. Anos antes, em 1964, no texto *El camino de nuestra revolución*, Hugo Blanco não apenas chamou de Revolução Agrária o que estava acontecendo no Peru, como percebia nesse particular algo profundo e fundamental. Mas a maneira que abordou o assunto, é preciso que se diga, revelou também a ideia de que teriam sido os trotskistas os descobridores e desencadeadores dessa revolução.

Hoy todo el mundo se llena la boca señalando la Revolución Agraria y las ocupaciones de tierras como el fenómeno más importante del Perú y posiblemente de Latinoamérica, de igual manera que todo el mundo acepta al Cuzco como vanguardia de este proceso; es necesario recordar que quienes descubrieron todos estos fenómenos y señalaron las perspectivas, fuimos nosotros (BLANCO, 1965, p. 5).

A Revolução Agrária, como se sabe, estava representada pelas invasões de terras das *haciendas*, atitude esta suficiente, para diversos autores (VILLANUEVA, 1967; FIORAVANT, 1974; NEIRA, 1968; QUIJANO, 1979) defenderem que esse processo era sinônimo de alteração das estruturas que predominavam na paisagem rural peruana, especialmente em relação à serra. Neste particular, assim escreveu Aníbal Quijano em 1965:

Por su naturaleza y sus consecuencias, el proceso de invasión de la tierras de las haciendas es la tendencia más avanzada del movimiento campesino, y la que le otorga alcance revolucionario. Al despojar a los terratenientes de la propiedad de la tierra, los despoja de la base fundamental de su poder en la sociedad, contribuye a su disolución como clase, cambia radicalmente la situación social de los campesinos, y transforma radicalmente las relaciones de poder en el campo (QUIJANO, 1979, p. 126).

¹⁰ Lembrando que a Revolução Agrária evocada aqui não era sinônima de coletivização das terras. Esta Revolução, para tais autores, inclusive para Leon Trotsky, tanto no seu livro *A Revolução Permanente* (1985), como no *Programa de Transição*(1978), significava o ataque às estruturas arcaicas/feudais que predominavam no campo, situação esta que previa o parcelamento das propriedades entre os camponeses, incentivos em favor do desenvolvimento produtivos dessas terras e o fim dos regime de servidão. Atender e oferecer essas condições aos camponeses, inclusive, era a maneira que Trotsky acreditava que faria com que os camponeses seguiriam em apoio do proletariado durante e após a insurreição revolucionária. A reforma agrária executada por Hugo Blanco, no vale em questão, enquanto esteve à frente dos camponeses, adequava-se noção de Revolução Agrária justamente porque realizou o mencionado ataque e parcelamento de várias *haciendas* ali localizadas.

Contudo, não foi apenas a ideia de Revolução Agrária que tais autores identificaram. De uma maneira geral, eles, e guardadas suas particularidades, também apontaram para a ideia de que essa revolução não ultrapassou a perspectiva agrarista, sendo, por conseguinte, seu grande problema a falta de planos para se tomar o poder.

Para Victor Villanueva, o problema estava na direção, precisamente com o SLATO, sob a liderança de Nahuel Moreno, que vacilava em elaborar um programa que desse suporte político e militar para o FIR e aos camponeses sob o comando de Hugo Blanco levarem a cabo a insurreição revolucionária. Esta lacuna, ainda segundo o mesmo autor, era gravíssima, pois “[...] *una insurrección es una operación militar hecha con fines políticos*” (VILLANUEVA, 1967, p. 113). Com efeito, sem oferecer o referido programa, nem o SLATO, nem o movimento de Hugo Blanco podiam ser considerados revolucionários. E o problema se agravava, na análise de Villanueva, pelo fato de que o plano do SLATO se inclinava cada vez mais em empreender, junto aos camponeses, apenas uma espécie de projeto estratégico-político de implementação do *poder dual* que não almejava a insurreição, mas apenas a constituição de sindicatos e milícias armadas para defender e tomar as terras dos latifúndios da região, não para assaltar o poder.

La ocupación de tierra, pues, era un bueno medio para movilizar al campesinado y ulteriormente desencadenar la insurrección; empero, las acciones armadas eran indispensables para proseguir el proceso. Sin embargo, parece que la ocupación de tierras no era solamente la bandera que buscaba el dirigente del SLATO, era toda una concepción estrategico-política, se pretendía la conquista del poder dual, la formación de milicias campesinas y la aplicación estricta de la tesis trotskista lo que deseaba Nahuel Moreno [...]. Perlas tesis expuestas anteriormente es totalmente correcta en cuanto a praxis revolucionaria se refiere. La ocupación de tierras y su defensa, por exitosa que sea, no conduce necesariamente al poder (VILLANUEVA, 1967, p. 103-104). (Grifo nosso).

Conquanto fosse Blanco um grande defensor da construção de sindicatos revolucionários, por conseguinte, defensor das organizações de massas *sui generis* que acreditava ancorar, assim como engendrar o *poder dual* e a expressão armada deste poder: as milícias camponesas, também é verificável que Blanco não deixou às claras qualquer estratégia que consagrasse a esse corpo militar o objetivo imediato de tomar o Estado. No escrito de 1964, por exemplo, uma insurreição tal qual foi imaginada por Villanueva, com todo seu teor político e militar, não apareceram rabiscados nos textos de Hugo Blanco, até

porque este mesmo renunciava o ataque ao poder. Para Blanco, a questão precisava de fato ser colocada em termos defensivos, como é possível ler na seguinte afirmação:

es decir, el sindicato con su dirección no tiene que plantearse las acciones armadas como una lucha directa por el poder, como una lucha directa contra el gobierno, sino meramente defensiva contra las detenciones de dirigentes o de defensa de las tierras ocupadas” (BLANCO 1965, p. 13).

À semelhança das críticas de Victor Villanueva, para o estudioso polonês Zbigniew M. Kowalewski (1974, p. 34-36), isso se dava em função daquilo que chamou de “ortodoxia ideológica” alimentada por sua formação trotskista e submissão ao SLATO, que não o deixava vislumbrar uma luta armada e um aparato militar para além da milícia defensiva dependente das massas. Com efeito, por assim ter se comportado, para este autor, sua experiência não rompeu com a forma meramente sindicalista. Além destas considerações, convém mencionar as ideias de Eduardo Fioravanti (1974), que, embora tenha seguido essa tendência de ter visto nas milícias a intenção apenas defensiva, por conseguinte, longe de intenções insurrecionais, acabou amenizando os efeitos negativos da ideologia trotskista e do controle do SLATO. Para Eduardo Fioravanti, os erros de Blanco estiveram no excesso de confiança de Blanco no espontaneísmo das massas e na força dos sindicatos camponeses enquanto expressões de uma genuína consciência socialista.

Além disso, a maioria dos autores que analisaram os acontecimentos ocorridos em *La Convención* estavam convencidos de que as milícias não cumpriam o objetivo de tomar o poder, porque esta função era própria das guerrilhas revolucionárias, que tinham, além de claros objetivos políticos, inúmeras vantagens táticas e militares sobre as primeiras. A guerrilha, por exemplo, tem a vantagem de ser móvel e com isso ficaria preocupada em se fixar em alguma área ou mesmo em declarar tal área livre das mãos do poder e controle do inimigo, concepção esta em que se erguia a tática trotskista baseada nas milícias e no *poder dual*. Para os defensores da guerra de guerrilhas, esse poder baseada na declaração e defesa de uma área livre devia ser abandonado porque era, inclusive, um convite que facilitava o serviço das instituições repressoras, como o exército. Corroboravam para tais concepções a recente vitória dos revolucionários cubanos e a tentativa de sistematização levadas a cabo pelos trabalhos teóricos de intelectuais, como Régis Debray. Este último, aliás, no seu livro *Revolução na Revolução*, além de circular as mencionadas ideias, ao contrário de Hugo Blanco, destinou bastante atenção em desmontar qualquer esperança revolucionária, caso esta se pautasse na formação de milícias.

Do seu lado, Hugo Blanco pautou-se bem mais nas milícias do que nas guerrilhas, mas não por mera retórica, porque, além das milícias estarem na base do pensamento trotskista, ele percebia que no Peru elas atendiam à etapa revolucionária e às particularidades do país, especialmente na região rural. A respeito disso, destacou que, antes de qualquer coisa, no campo, os camponeses estão organizados sob organismos de massas (sindicatos) que precederam o surgimento da luta armada, o que colocava o processo revolucionário peruano, por exemplo, num ponto de partida singular ante outras revoluções: “as experiências cubanas, chinesas etc. caracterizaram-se, em seu ponto de partida, pela ausência de organização das massas combatentes, até então considerada uma condição prévia [...]. No Peru já existem organizações que agrupam amplas massas” (BLANCO, 2006, p. 465). Com efeito, defendia que se as massas já estão organizadas, muito mais coerente era a constituição de milícias, dada a ligação fisiológica de ambas, pois baseava-se no princípio de que as massas organizadas, e mediante a elevação do seu nível de consciência, que seria garantida pela atuação do partido, brotariam as milícias camponesas e a violência revolucionária. E assim sendo, a guerra de guerrilha ficava descartada, porque de nada valeria a implementação de um grupo guerrilheiro isolado das massas dentro do contexto em que Hugo Blanco acreditava em que os camponeses peruanos estavam.

Desta forma, e observando tais afirmações, para Hugo Blanco, era obviamente um equívoco destinar, no Peru, à luta armada as mesmas tarefas e relevâncias que tiveram em outras revoluções. Em outras palavras, tentava confrontar a perspectiva de que em seu país, a guerrilha pudesse ser o caminho pelo qual se engendraria o grande motor responsável pelas revoluções, como queria Régis Debray (1967). Ademais, as milícias eram o caminho conveniente porque, segundo Hugo Blanco, elas se adaptavam à realidade da vida camponesa propriamente dita: “portanto, o guerrilheiro sai de sua casa para regressar a ela no final da luta. Em compensação, o miliciano fica em casa, dedica-se ao trabalho e, quando é preciso lutar, luta” (BLANCO, 1964b, p. 468). Não por acaso assim deixou destacado: “de cem camponeses dispostos a lutar, 99 quererão ser milicianos e só um, guerrilheiro” (1964b, p. 468).

De qualquer modo, ainda que a maior parte do tempo Hugo Blanco tenha se dedicado a promover positivamente as milícias, poderia se argumentar que Blanco tenha tentado a formação de uma guerrilha logo antes de ser preso em 1963, bem como teria economizado, em seus escritos, críticas em relação às guerrilhas. Apesar da aparente contradição, o fato é que, quando observamos seu trabalho intelectual, apesar de sua preferência pela milícia, não notamos Hugo Blanco condenando a utilização da guerrilha. O que o intelectual

revolucionário em questão pareceu querer demonstrar é que, para os trotskistas, a revolução não pode ser sinônima de guerra de guerrilha, esta não pode se tornar estratégia nem a única tática disponível, assim como não deve sobrepor as funções do partido.

Mas, caso a guerrilha seja adotada pelos trotskistas, é importante que ela seja esvaziada de todo seu conteúdo castro-guevarista. Nessas duas passagens, por exemplo, é possível identificar a sujeição das guerrilhas ao trotskismo, quando Blanco afirma: “deve-se explorar todos os conhecimentos em matéria de guerrilha que possam ser adaptados à nossa estratégia”. E logo à frente concluiu: “entretanto, nada se opõe à organização de guerrilhas. Algumas podem ser constituídas com elementos dispostos a lutar, para ajudar as milícias. Mas o órgão fundamental da luta armada no Peru é a milícia do sindicato, dirigida pelo partido” (BLANCO, 2006, p. 468).

Entretanto, é fato que se seguirmos os autores citados até aqui, apesar da defesa que Hugo Blanco ofereceu às milícias, elas não contavam com conteúdo político claro, isto é, a acusação de que faltou plano para se tomar o poder de assalto procedia. No caso, a impressão que se tinha é que as milícias entravam em cena apenas como grupos armadas que se restringiam à Revolução Agrária, à defesa das terras invadidas e a manutenção de situação permanente de *poder dual*.

Contudo, ao que nos parece, o intelectual revolucionário em questão encontrou uma maneira de se esquivar dessa acusação, que foi justamente a de tentar enquadrar toda sua experiência no vale de *La Convención* dentro do *Programa de Transição*, trabalho este que efetivou ao escrever o livro *Terra ou Morte*. Pois, ao realizar este caminho, a um só tempo, Blanco garantia seu distanciamento em relação ao que ele entendia por castro-guevarismo, bem como retirava a noção de que não se almejava ações em prol da insurreição, isto é, a tomada do Estado, que ia garantir a implementação do socialismo. Afinal, a captura do poder era algo implícito no *Programa*, não precisando ser evidenciado. Assim, pode-se considerar que, durante o processo revolucionário, existam etapas e diversos *meios* para se vencer estas etapas, mas não existe outro *fim*, isto é, o objetivo último é a insurreição, mesmo porque tal programa estava diretamente vinculado ao programa máximo. Com efeito, em algum momento, as milícias deixariam sua condição de defesa para se posicionar numa condição de ataque, até porque, o *poder dual* que elas expressariam não almejava a estabilização, mas o avanço sobre a parte concorrente.

Ao mesmo tempo, sustentar a ideia de que se executou o *Programa de Transição* era uma maneira de se contrapor às acusações sindicalistas e agraristas a que seu movimento se tornou alvo. Ora, se tal programa não possuía outro *fim* a não ser a tomada do poder e a

implementação do socialismo, certamente, na visão de Blanco, não havia razão para que ele fosse acusado de ter se circunscrito a uma agenda econômica. Sendo esta agenda o fim dos trabalhos *servis* impostos aos camponeses das *haciendas* e o parcelamentos das terras com a reforma agrária propostas por Hugo Blanco. Pois, diferente do que aconteceu, não planejava frear a ascensão revolucionária das massas camponesas quando estas estivessem livres do regime de servidão e nem quando tivessem alcançado a propriedade da terra. Na verdade, seus escritos dão a entender que o plano era defender estas conquistas através das milícias, mas, simultaneamente, intensificar o processo revolucionário (amadurecendo as condições subjetivas e despertando, inclusive, as massas urbanas) até se chegar à etapa da tomada do poder. Ou seja, ao que nos parece, Blanco quer dizer que a Revolução Agrária não era o *fim*, mas apenas o meio, ou, por outras palavras, o ponto de partida da revolução no Peru.

Finalmente, porém, é preciso que se considere que o livro *Terra ou Morte* não foi apenas uma defesa do *Programa de Transição* e dos métodos e estratégias trotskistas, dentro de uma realidade nacional. Em nossa compreensão, o referido livro tinha uma ambição mais ampla, pois certamente estava vinculado aos debates que aconteciam na IV Internacional, no início dos anos 70, deixando evidente, mais uma vez, que os entendimentos da Revolução Peruana e da trajetória do intelectual revolucionário Hugo Blanco não estavam desconectados desse órgão. A isto nos dedicaremos agora.

3.4. Terra ou Morte e a IV Internacional

Enquanto a pesquisa se desenvolvia, percebemos que a principal obra de Hugo Blanco, o livro “Terra ou Morte”, agregava um objetivo que, como já dissemos, ultrapassava o caráter de simples memória, de crítica em relação aos trabalhos que tentaram dar conta de explicar o movimento camponês que Blanco havia liderado ou de mera defesa do *Programa de Transição*. Nesse sentido, identificamos que dificilmente poderíamos desligar a produção e divulgação do livro *Terra ou Morte* da esteira das consequências produzidas pelo IX Congresso do Secretariado Unificado da IV Internacional (1969), pois enquanto se publicava o livro no Peru, em 1972, no mesmo ano acontecia a formalização (ou formação) de dois grupos antagônicos no interior da Internacional, que ficaram conhecidos como Tendência Leninista Trotskista (TLT) e Tendência Majoritária Interna (TMI), sendo ambas correntes o resultado de polêmicas a respeito do que ficara decidido no referido congresso.

Além disso, é bom lembrar que esta polarização eclodiu no seio da Internacional exatamente quando ela estava prestes a completar uma década de superação da cisão de 1953,

pois o SI e o CI haviam sido reunificados em 1963, sob a bandeira do SU (Secretariado Unificado da IV Internacional). Mas é importante dizer que não estamos falando de todas as seções trotskistas. Do lado do CI, por exemplo, somente participaram da reunificação o SWP e o SLATO. Do outro lado, Juan R. Posadas havia rompido com o SI, em 1962, fundando uma Internacional própria.

De qualquer maneira, achamos importante problematizarmos Hugo Blanco neste contexto, pois nos deparamos com algumas questões que nos levaram a compreender o seu referido livro como uma voz ativa dentro da Internacional, sendo *Terra ou Morte*, portanto, uma das expressões do grupo Tendência Leninista Trotskista (TLT), que claramente discordava das conclusões a respeito da revolução para a América Latina decidida pelo IX Congresso do Secretariado Unificado, em 1969. Ao mesmo tempo, isso noticia que, apesar de preso desde 1963, a notoriedade de Hugo Blanco à frente da IV Internacional não foi menor do que sua relevância como personagem da esquerda peruana.

Corroboram para o que acaba de ser exposto não apenas a seguinte afirmação do historiador Osvaldo Coggiola (1984, p. 71): “as coisas chegariam ao ponto de, em 1972, várias organizações do SU, encabeçadas por Joseph Hansen (dirigente do SWP), Nahuel Moreno e o peruano Hugo Blanco, formarem uma “Tendência Leninista Trotskista” de oposição à direção do SU”, mas também uma carta trocada por Hugo Blanco e Joseph Hansen, em 1970, enquanto aquele ainda estava preso. Nesta correspondência foi possível perceber o desconforto que ambos estavam nutrindo pelas teses vencedoras do IX Congresso, bem como uma clara inclinação de se agruparem a fim de encabeçarem uma oposição. Mas qual foi o principal ponto de inflexão que colaborou para a emergência desse grupo? Isto Hugo Blanco nos respondeu no início de sua carta: “*the object of this letter is to convey our opinion on the international debate on Latin America. We repeat once again that we stand on the Transition Program. That we are against the guerrillerista current*” (BLANCO, 1970)¹¹

Eis, por conseguinte, a questão que foi fechada entre os correspondentes trotskistas: a luta contra o “guerrilheirismo”, que na verdade não era outra coisa do que a crítica em relação àquilo que em outros momentos chamamos de castro-guevarismo. Ou seja, o IX Congresso se posicionou, como veremos a partir de agora, a favor da perspectiva de que o trotskismo, ao

¹¹ BLANCO, H. NOME DA CARTA, ANO DA CARTA. In: SWP. International Information Bulletin, n° 7, set. 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/document/fi/iib-1970-76/2-apr-1970-intl-inf-> Acesso em: 15 jun. de 2017.

longo de todo o continente latino-americano, deveria focar na luta armada, principalmente na constituição de guerrilhas rurais a fim de levar a cabo a revolução socialista no continente, dando a entender que a guerra de guerrilha não seria apenas uma tática, e sim, sua estratégia.

Ainda a respeito da carta de Hugo Blanco para Hansen, ela também é importante porque nela foi possível identificar posicionamentos fundamentais que Hugo Blanco tentou sustentar, pouco tempo depois, com a publicação do seu livro *Terra ou Morte*, em 1972. Nesse sentido, como expusemos páginas acima, se Hugo Blanco intencionou inserir seu projeto revolucionário junto aos camponeses dentro do *Programa de Transição*, isso também expressava a intenção de convencer seus leitores para não confundirem suas ações e a luta armada desenvolvida no vale de *La Convención* com aquilo que, na carta, chamava de “guerrilheirismo”. Desta forma, para refutar esta última e evitar interpretações com que não concordava, como aquela levada a cabo por Victor Villanueva (1967), advertiu que a violência revolucionária perpetrada por ele e pelos camponeses não era exemplo de guerrilha e nem de guerrilha trotskista. Na verdade, a luta armada havia sido o resultado da aplicação do genuíno programa trotskista, isto é, do *Programa de Transição*, como argumentou neste trecho do escrito em questão: “[...] *Chaupimayo should not have been that of a ‘Trotskyist guerrilla’ as was done in general, but as an example of the application of the Transition Program in opposition to guerrilla-ism*” (BLANCO, 1970). Assim, de uma maneira geral, esta carta, parece, confirmava toda a desconfiança que desde cedo Blanco nutriu em relação ao castro-guevarismo.

Para alguns estudiosos (COGGIOLA, 1984; MEUCCI, 2015; MONTEIRO, 2016), a reunificação da IV Internacional de 1963 pode ser creditada, em grande medida, à superação das críticas, aos acordos e até mesmo ao “entusiasmo” que as seções do SI e do CI começaram a cultivar em relação à Revolução Cubana, como a concepção de que na ilha havia surgido um estado operário de “tipo particular”; de que o processo revolucionário iniciado em 1959 confirmava a validade das concepções da “Revolução Permanente”, de Leon Trotsky; de que sujeitos revolucionários “imperfeitos” podiam cumprir importantes papéis. O problema, por sua vez, é que foi sintomático desta reunificação, não apenas uma confluência em relação a determinadas análises teóricas, mas um entusiasmo prolongado a respeito de diversos outros pontos. Desta feita, emergiram no interior do Secretariado Unificado (SU) grupos cedendo para Havana o comando da revolução socialista no continente

latino-americano, assim como uma considerável relevância dada ao conteúdo revolucionário representado pelo castro-guevarismo¹².

Este momento, em que Cuba e o castro-guevarismo ampliaram seu status de principal líder e modelo desencadeador e promovedor da revolução socialista no continente, inclusive dentro do trotskismo, ficou evidente pelo resultado do IX Congresso do Secretariado Unificado da IV Internacional. Para tanto, além da incorporação e concessões feitas pelos trotskistas ao paradigma revolucionário cubano, foi importante – sem nos esquecermos de todo o esforço de exportação e coordenação da revolução pelo continente que, como colocamos no capítulo anterior, já era evidente desde o início dos anos 60 – o surgimento da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967. Michael Lowy comentou o significado desta última para às esquerdas do continente:

Em 1967, o congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) reuniu-se em Havana, constituindo a expressão política mais elevada desse primeiro período do castrismo no continente. A significação histórica desse congresso encontra-se, em primeiro lugar, na sua tentativa de coordenação continental, pela primeira vez desde Bolívar, do processo revolucionário latino-americano, e, em segundo lugar, na inequívoca e franca proclamação da unidade do conteúdo democrático e socialista da revolução latino-americana. [...]. A OLAS também tomou posição a favor da guerrilha como o método de luta mais eficaz na maioria dos países do continente (LOWY, 2006. P. 47).

Foi nesse contexto, portanto, em que Cuba aprofundava sua responsabilidade pela revolução em toda a América Latina, que apareceu no interior da organização trotskista, o Secretariado Unificado (SU), um documento escrito pelo dirigente italiano Lívio Maitan, em 1968, em que se notava reverberações das intenções e propostas previstas pela OLAS. Segundo Isabella Duarte Pinto Meucci (2016), este dirigente achava que estavam prontas as condições objetivas para a revolução ao longo de todo o continente e que esta ganharia expressão através de lutas armadas, sobretudo na forma de guerrilhas rurais: “Maitan acreditava que a luta armada no continente latino-americano iria assumir a forma específica da guerrilha rural” (MEUCCI, 2016, p. 176). Esta visão, por sua vez, não era única dentro do SU. No início de 1969, Joseph Hansen, o principal dirigente do SWP nos Estados Unidos, apresentou um documento questionando as análises de Maitan e denunciando sua demasiada sintonia com a direção cubana e com o modelo de revolução representado pelo castro-

¹² Conforme um artigo publicado pela historiadora Isabella Duarte Pinto Meucci (2016, p. 173), este último ponto ganhou força dentro do SU entre os anos de 1968 e 1974.

guevarismo (MEUCCI, 2016, p. 176-177). Hansen defendeu outra posição. Acreditava que o partido, além de ser a prioridade dos militantes trotskistas, deveria ser hierarquicamente superior ao aspecto militar, demonstrando assim que o partido era a estratégia a ser perseguida, não a formação de guerrilhas. Em outras palavras, entendia estar defendendo o legado de Leon Trotsky.

De qualquer maneira, conquanto existissem as posições divergentes, foram justamente as posições de Lívio Maitan que prevaleceram no IX Congresso do Secretariado Unificado. Segundo Osvaldo Coggiola (1984, p. 71), “os documentos do IX Congresso (1969) orientam as seções latino-americanas para a preparação da luta armada (inclusive no campo) em toda circunstância, ainda que as lutas operárias ocupem o centro da cena”. Vitoriosas as teses de Maitan, o que se seguiu, como já foi anunciado, foram as polêmicas no interior da Internacional a respeito da questão da guerrilha, de tal maneira que em 1972 apareceram os dois grupos representantes de duas correntes, a Tendência Leninista Trotskista (TLT) e a Tendência Majoritária Interna (TMI).

De qualquer modo, o objetivo é problematizarmos Hugo Blanco dentro deste panorama. Assim, levando em conta tudo o que foi dito a respeito da trajetória intelectual e revolucionária dele e como o livro *Terra ou Morte* foi publicado no mesmo ano em que se formalizava o grupo *Tendencia Leninista Trotskista*, o qual ele integrava, acreditamos que Blanco estava contribuindo para se posicionar contra o que foi decidido no IX Congresso. Além disso, e como procuramos demonstrar ao longo do presente trabalho, nosso intelectual cultivou, desde o início, pouco entusiasmo em diminuir o trotskismo em detrimento da novidade representada pelo castro-guevarismo. Aspectos estes que foram reforçados e destacados ao longo do referido livro. Ao mesmo tempo, a defesa que ele fez do *Programa de Transição*, assim como a utilização de diversas referências às obras de Trotsky revelariam que a solução não estava no abandono do trotskismo, talvez sim no seu aprimoramento, mas nunca na sua substituição.

3.5. Hugo Blanco: trotskismo e cultura política peruana

Existe, ainda, na trajetória do intelectual revolucionário Hugo Blanco, outro ponto importante que queremos chamar a atenção. Acreditamos que, enquanto ele desenvolvia suas ações no vale de *La Convención* e, posteriormente, no livro *Terra ou Morte*, quando afirmou que estas mesmas ações estavam inseridas dentro do programa trotskista, por trás de tudo isso, ele estava operando uma ruptura com concepções consagradas pelo trotskismo, como a

excessiva desconfiança em depositar sobre os ombros do campesinato tarefas revolucionárias. Blanco rompeu com isso porque os camponeses por ele organizados, pelo o que tudo indica, teriam levado a efeito a Revolução Agrária; isto é, a superação dos arcaísmos presentes no campo, questão esta que Leon Trotsky, assim como em relação à revolução socialista, acreditava ser somente conduzida pela única classe que concebia como revolucionária: a proletária.

A título de exemplo, transcrevemos a seguinte afirmação de Trotsky, que apareceu no prefácio do *Manifesto Comunista* que seria lançado na África do Sul, em 1937, mas que parece resumir o núcleo de seu pensamento: “a purificação da sociedade dos males feudais só é possível se o proletariado, liberto das influências dos partidos burgueses, for capaz de se colocar à frente do campesinato e estabelecer a sua ditadura revolucionária” (TROTSKY, 2005, p. 166). No Peru, guardadas as proporções, isso de fato aconteceu, mas a partir dos camponeses, não do proletariado.

O fato em questão, por sua vez, deve ser apreciado pela seguinte base já anunciada neste trabalho, isto é, como um esforço em traduzir o trotskismo à realidade peruana. Mas, neste particular, é preciso recordar a importância de uma dada cultura política peruana. Assim, acreditamos que o deslocamento de Hugo Blanco, da cidade para o campo, em 1958, e toda a mobilização dos camponeses foram, em grande medida, possíveis porque o nosso intelectual estava inserido em uma cultura política (BERSTEIN, 1998) que entendia e depositava considerável protagonismo político, econômico e social no camponês para a construção do socialismo no Peru. Além disso, chamamos a atenção para esta cultura política porque, as organizações representantes da IV Internacional, na qual Blanco possuía algum tipo de vínculo, pouca relevância concedia aos camponeses. Vejamos.

Quando observamos os escritos de Hugo Blanco, fica evidente que o olhar que ele tem sobre a sociedade peruana é um tanto restrita ao mundo rural e, sobre este, é curioso que o vocabulário utilizado por ele para se referir à população predominante dessa região tenha uma origem mais socioeconômica do que cultural. Isto é, Blanco parece preferir tratar os indígenas como camponeses, portanto, como classe. Com efeito, não foi sem intenção que Blanco colocou em relevo, especialmente ao longo do livro *Terra ou Morte*, a estrutura produtiva da serra peruana, em que envolveu a geografia e a população indígena da região. Pois, para ele, chamar a atenção ao modo de produção agrícola, às relações de trabalho que cercavam as unidades produtivas presentes na região, principalmente em relação às *haciendas*, e nomear os trabalhadores dessas unidades a partir de sua relação com a terra significava destinar aos indígenas uma roupagem mais campesina e social.

Acontece que este olhar socioeconômico que Blanco priorizou sobre os indígenas, embora fundamental para compreender os objetivos de nosso autor, não era uma novidade no interior da tradição política peruana, pois é herdeira de uma leitura marxista da sociedade que ganhou força ainda na primeira metade do século XX. Para tanto, importante foram as contribuições dos socialistas, sobretudo dos intelectuais. Como afirmou Carlos Fernandez, “*Fueron los socialistas peruanos los que transformaron a los indios en campesinos*” (2011, p. 8). E isto esteve longe de ser algo banal para a história do país, pois “*este cambio se oficializará cincuenta años más tarde, en la década del 70, cuando el Gobierno del Gral. Juan Velasco modificó el nombre del 'Día del Indio' por el 'Día del Campesino*” (FERNANDEZ, 2011, p. 8). Apesar de tudo, o que queremos mostrar são as razões e importância dessa transformação de terminologia para compreendermos como Hugo Blanco se inseria dentro da tradição por ela estabelecida.

No socialismo, as sociedades são divididas em classes e são estas as responsáveis por revoluções, o que sem dúvida deixa claras algumas das razões dos socialistas almejarem a referida transmutação social, no caso do índio peruano. No entanto, é importante dizer que não se estava apenas em busca de uma redefinição de classe. Isso também era o resultado do esforço intelectual dos socialistas, que estavam reconhecendo, nas primeiras décadas do século XX, além das particularidades do Peru (de população predominantemente indígena e uma burguesia não revolucionária), que a massa proletária, pelo seu número irrisório, não bastaria para conduzir o país à revolução. Em outros termos, denominar o indígena como camponês fazia parte de uma saída teórica para o problema da ausência da classe proletária no país.

El socialismo no solamente es una visión del mundo y una interpretación de las relaciones sociales, es también una guía para la acción política de la clase trabajadora. Y a la clase trabajadora se la distingue de acuerdo a la actividad que realiza al interior del proceso productivo, o por el tipo de trabajo que desempeña. Desde esta perspectiva, a los trabajadores se les clasificaba fundamentalmente como obreros o campesinos y no como blancos o indios. A partir de entonces, al indio que trabajaba en el campo se le empezó a llamar 'campesino' (FERNANDEZ, 2011, p. 8).

Nesse sentido, percebemos Hugo Blanco como herdeiro de uma tradição socialista peruana que tomou fôlego na primeira metade do século XX, pois Blanco, durante sua trajetória de intelectual revolucionário, demonstrou-se cômico da categoria de classe camponesa, pois assim preferiu se expressar sobre os índios peruanos. Além disso, deixou evidente em sua obra e em seus feitos que realmente acreditava ter desencadeado o ponto de

partida da Revolução Peruana justamente na região rural e a partir dos camponeses, defendendo assim o potencial revolucionário destes últimos. Foi por isso que, mais uma vez, o conectamos com essa tradição, pois ela, além de depositar a concepção de que os índios integravam uma classe, carregava a noção de que os indígenas eram detentores de um importante potencial combativo, revolucionário.

A construção dessa tradição, componente de uma cultura política socialista no Peru, não foi algo simples, pois houve a contribuição de ramos e elementos diversos que integram a vida social peruana. De qualquer maneira, convém salientar que o encontro operado entre *indigenismo* e marxismo cumpriu um papel fundamental nas análises produzidas sobre a questão agrária e revolucionárias no Peru. Daí a importância em se mencionar, ainda que brevemente, sobretudo o principal socialista peruano, José Carlos Mariátegui e a literatura indigenista, sendo esta representada especialmente pelo autor Luis Valcárcel.

Do seu lado, Mariátegui ofereceu relevante protagonismo aos camponeses para a revolução e construção do socialismo peruano, contribuição esta divulgada por meio de seu trabalho intelectual, que teve a revista *Amauta* e a obra, de 1927, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* como os principais canais de expressão. Mas esse novo papel dos indígenas não teria alcançado a mesma relevância na obra de Mariátegui se não tivesse sido, dentre outras coisas, a inserção do autor no contexto intelectual da época, que gravitava em torno do *indigenismo* (TIBLE, 2009, p. 102-103). Assim, segundo Jean Tible, foi fundamental o prólogo que Mariátegui escreveu sobre o livro *Tempestade em los Andes*, em 1927, do indigenista Luis E. Valcárcel. Neste livro, por exemplo, Mariátegui se deparou com o *indigenismo* combativo e radical do autor que muito lhe chamou a atenção, pois encontrou ali a ideia de que os índios estavam à espera de seu Lenin para realizarem uma revolução. Desta forma, ao mesmo tempo, não podemos esquecer a contribuição dos indigenistas para a construção dessa mudança de nomenclatura:

Houve, desse modo, uma progressiva tomada de consciência de que os índios poderiam ser sujeitos revolucionários. É no seu prólogo ao livro de Luis Valcárcel, *Tempestade em los Andes*, onde pela primeira vez o formula claramente. Estamos em 1927. Esse texto explicita sua busca por uma síntese entre o espírito radical do indigenismo de Valcárcel e sua crítica marxista. (TIBLE, 2009, p. 103).

É claro, por sua vez, que o encontro operado não encerrava a questão. Assim, se o *indigenismo* deu sua contribuição, tão importante quanto ele foi a leitura marxista pouco ortodoxa da história peruana realizada por Mariátegui. Nessa sua leitura, especialmente ao

longo da obra citada de 1927, Mariátegui reconheceu, mediante a análise econômica da história do Peru, a existência de diversos entraves econômicos e sociais para o desenvolvimento do país, os quais, através de diversas formas, estavam ligados à manutenção daquilo que ele chamou de “feudalismo peruano”. Como adiantamos em outros momentos, Mariátegui pressupunha que esta condição tinha comprometido o desenvolvimento material, por conseguinte, o avanço do capitalismo peruano. Além disso, deixava evidente que uma grande parcela da população, especialmente a indígena, não usufruía, na prática, da igualdade jurídica prevista nas leis e na Constituição. Demonstrando, assim, que a emancipação política não havia significado, a respeito do território e da população, a implementação plena do espírito liberal e burguês que havia animado os grupos realizadores dessa independência, tal qual uma vez, acreditava, teriam animado aqueles que realizaram a Revolução Americana ou a Francesa.

Mariátegui também defendia que o Peru que nasceu após a independência, apesar de seu programa liberal, não ofereceu uma classe dirigente do Poder que não fosse latifundiária e aristocrática, conservando assim sua mentalidade nada produtivista e seus privilégios “feudais” sobre a terra e sobre o índio (2010, p. 62). Inclusive, para o autor, a manutenção dessa aristocracia no poder foi favorecida, ainda, porque a revolução de independência coincidiu com o momento em que a burguesia peruana ainda era “larval” (2010, p. 81), portanto, sem condições de se impor perante o outro grupo. Como consequência, a ineficiência deste último abriu caminho para o não aparecimento de uma “burguesia nacional”, uma vez que o grupo próximo do exercício do poder se contentou em ser intermediário do capitalismo imperialista do período (2010, p. 50). Por essas razões, Mariátegui concluía que, no Peru, a revolução dita burguesa/liberal havia passado da hora.

Nesses termos, a derrota da referida revolução era mais que evidente, não restando outra saída para se alcançar um Peru moderno e superar seus entraves e suas injustiças, a não ser a Revolução Socialista. Mas, para tanto, pesava contrariamente inúmeros fatores, especialmente o baixo grau de industrialização do Peru, pois gerava apenas um número reduzido de personagens integrantes da classe agente da revolução: o proletariado. Com efeito, foi nesse cenário que os índios/camponeses insurgiram como protagonistas da revolução e da construção do socialismo. Assim, Mariátegui teve o mérito, segundo Alberto Flores Galindo (1982, p. 54), de ter descoberto o sujeito que executaria a revolução: o camponês.

Foi dentro deste quadro, portanto, que Mariátegui considerou que a revolução peruana deveria ser diretamente socialista e reavaliou a composição social da vanguarda para a

revolução. O proletariado manteve-se no horizonte do autor, sendo um dos pilares, mas o protagonismo foi se inclinando cada vez mais para o lado dos indígenas camponeses. No entanto, não era só uma questão numérica. Na verdade, Mariátegui considerava a revolução socialista o mais novo mito do seu tempo, mito este que levantaria os camponeses em direção à ação política e em direção ao socialismo (2010, p.53). Além disso, ancorava sua esperança na tradição de lutas dos camponeses e do coletivismo representado pelas comunidades, os famosos “*ayllus*” (FLORES GALINDO, p. 52, 1982). Conforme assinalou Henri Favre, este último aspecto mencionado fez com que Mariátegui acreditasse que os indígenas tinham uma tendência natural para o comunismo (FAVRE, 2011, p. 36).

Esta aliança entre o feudalismo e o imperialismo, que permite qualificar a América Latina de “semifeudal” e de “semicolonial”, opõe-se ao surgimento de uma burguesia e bloqueia o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Por isso, é impossível a transição do ao socialismo pela via democrática burguesa. O socialismo resultará necessariamente de uma ruptura revolucionária. E tal ruptura será efetuada pelo índio, substituto funcional do proletariado (FAVRE, 2011, p. 35).

Portanto, o nosso objetivo foi expressar, ainda que brevemente, a importância dos socialistas, especialmente de Mariátegui, assim como dos indigenistas para a composição dessa tradição que afirmamos em que Hugo Blanco estava inserido. Porque, se existiu no Peru uma cultura política socialista que pensou os indígenas como uma classe indispensável para a Revolução Socialista no Peru, quando Hugo Blanco foi para o campo, organizou os camponeses e confiou que a partir dos camponeses a revolução socialista começaria, acreditamos que ele trilhava essa cultura política iniciada ainda na primeira metade do século XX.

Acreditamos, ainda, que essa cultura política teve sua importância aumentada devido ao contexto daquela época. Afinal, a década de 1950 produziu inúmeras revoluções e convulsões políticas e sociais em países situados à margem das metrópoles capitalistas, como Coreia, Vietnã, Argélia, Cuba, dentre outros, tornando evidente que, naquele momento, a vanguarda não estava necessariamente nas metrópoles capitalistas e sob o auspicioso proletariado, mas, sim, no campo, com os camponeses distantes dos centros industrializados.

A importância dessa cultura política pode ser constatada também se observarmos algumas das concepções que pareciam ser o eixo da IV Internacional. Esta, que enfrentava as consequências da cisão de 1953, não foi rápida para realizar alterações em seus programas a partir da dinâmica dessas novas revoluções. Nesta questão, o posicionamento de Blanco

também chamou a atenção, pois sua atitude estava em desacordo com o que previa o Comitê Internacional da IV Internacional. O (CI), no seu primeiro encontro mundial, aprovou as propostas trazidas pelo dirigente trotskista americano Farrell Dobbs, que insistia no protagonismo revolucionário das massas urbanas nas metrópoles capitalistas, como ponto de partida para a revolução mundial (MONTEIRO, 2016, p. 317), e não os países periféricos e muito menos as massas camponesas. Apesar de tudo, também foi verdade que esta tendência do CI não encontrou unanimidade durante o congresso, pois a seção latino-americana (SLATO), por exemplo, passou a se inclinar em favor e a defender a relevância de revoluções na periferia do mundo capitalista.

No caso do SLATO, em 1958, o então dirigente, o argentino Nahuel Moreno, participou do referido congresso e, como discordava do que acabou sendo decidido pelo CI, publicou, em 1959, um informe que levava o seguinte nome: *La Revolución Permanente en la pós-guerra: crítica al documento de Farrell Dobbs*. No trecho a seguir é possível identificar sua principal crítica:

El parágrafo 17 comete el error opuesto en relación a la construcción del movimiento del trotskista, pues elimina a los partidos coloniales e semicoloniales como factor activo, de vanguardia, en la construcción del Partido Mundial de la Revolución Socialista (MORENO, 2002).

Contudo, em nossas considerações, o importante não é destacar os desacordos no interior da Internacional, mas, sim, frisar a desatenção que tanto o CI como o SLATO destinavam ao campesinato. Afinal, se o primeiro nem o menciona, o segundo não o especifica. Nesse sentido, apesar das críticas de Nahuel Moreno, não foi possível verificar nos trabalhos deste último uma atenção especial a respeito dos camponeses, nem mesmo quando chamava a atenção para o trabalho revolucionário nos países coloniais ou semicoloniais, como no referido informe. Nos dois textos que publicou tendo como referência o Congresso de 1958¹³, os sujeitos revolucionários na periferia capitalista não apareceram sublinhados especificamente, mas, sim, diluídos no interior da expressão “massas coloniais”.

Assim, é exatamente aqui que podemos anunciar mais uma vez a relevância da cultura política peruana indicada, pois era esta que guardava um conjunto de símbolos, tradições, ideias, vocabulários, dentre outras coisas (BERTEIN, 1998), que garantiam e legitimavam o

¹³ Além do texto *La Revolución Permanente en la pós-guerra: crítica al documento de Farrell Dobbs*, Moreno publicou *Tesis sobre el frente unico revolucionario: tesis de Leeds*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/moreno/1950s/1958fu-1.htm>

protagonismo dos camponeses em uma possível revolução socialista, diferentemente do que estava sustentando o Comitê Internacional da IV Internacional, sua seção na Argentina e o SLATO. Além disso, podemos afirmar que a relevância de Hugo Blanco esteve na condição de ter sido uma voz que surgiu do interior do movimento trotskista e carregando um projeto revolucionário singular, pois, no final dos anos 50 e início dos anos 60, chamou a atenção para uma classe social um tanto menosprezada pelo trotskismo: os camponeses.

Para alguns estudiosos, esta tendência pouco simpática da IV Internacional em relação aos camponeses, ainda no final dos anos 50, era antiga. Nesse sentido, ao invés dos trotskistas ultrapassarem a postura de menosprezo, eles passaram a reproduzir as ideias que estavam presentes nos trabalhos de Leon Trotsky (LOWY, 2010, p. 123), que, por sua vez, eram herdeiras de conclusões formuladas ainda por Karl Marx no século XIX, em seu clássico livro “Dezoito Brumário”, no qual “[...] o campesinato era visto como um “saco de batatas”, incapaz de auto-organização independente ou hegemonia social” (LOWY, 2010, p. 123). Foi por isso que, na atual tese de mestrado, o pesquisador Márcio Monteiro afirmou que (durante o pós-guerra) o movimento trotskista internacional, como não conseguiu superar essa desconfiança a respeito dos camponeses, continuou a depositar demasiada esperança sobre a única e verdadeira classe revolucionária: o proletariado. Razão pela qual também os trotskistas não conseguiram figurar na dianteira dos movimentos revolucionários na segunda metade do século XX. Conforme defende o autor:

[...] tanto Trotsky, quanto grande parte dos trotskistas do pós-guerra, mantiveram a noção “clássica” do marxismo acerca da mesma. Dessa forma, esse foi um elemento que certamente influenciou na desorientação analítica e estratégica que acometeu o movimento trotskista ante as revoluções ocorridas nos anos de 1940 em diante, uma vez que as mesmas não só fugiam às expectativas trotskianas acerca de qual deveria ser o seu sujeito político (o partido marxista), como também muitas vezes tiveram no meio rural o seu epicentro (MONTEIRO, 2016, p. 88).

E ao que tudo indica, Blanco foi formado na Argentina sob essa bandeira que depositava a esperança revolucionária nos ombros apenas do proletariado. Contudo, defendemos que ele conseguiu ultrapassar alguns pontos desse “preconceito”, em que contribuiu não apenas a realidade que se deparou ao chegar ao Peru, em 1956, ou seja, que o país não era essencialmente urbano e industrial – “[...] *en Lima, pero entraba a una fábrica — yo acostumbraba estar en fábricas de 10 mil obreros, 5 mil obreros en Argentina— pero solo tenía 20 ó 15 obreros, no había sindicato*” (BLANCO, 2011, p. 244) – mas a cultura política a qual já nos referimos. Foi neste ponto, aliás, que identificamos o outro aspecto que conferiu

singularidade a sua experiência revolucionária. Isto é, Blanco também se afastou de Trotsky no que dizia respeito à Revolução Agrária. Segundo propunha:

Foi então que iniciei minha militância camponesa; pois, ainda que como militantes do POR tivéssemos um critério desproporcionadamente ‘obrerista’ para o Peru, como marxistas praticávamos o método de ver a realidade e assimilar seus ensinamentos, e de atuar ali donde passa a corrente revolucionária (BLANCO, 1979, p. 36)

Sobre isso, é importante que se esclareça que não estamos aqui a defender a ideia de que Trotsky fez pouco caso dos camponeses, uma vez que é sabido o papel fundamental que tiveram para consolidação da Revolução Russa de 1917, bem como o papel de destaque que tiveram no interior da teoria revolucionária dos principais líderes dessa revolução (PASQUIM, 2013). Haja vista ainda que, no livro *A Revolução Permanente* (1985, p. 51), Leon Trotsky se esforçou em se defender das acusações de seus opositores, que diziam que ele havia tentado diminuir a importância da classe camponesa no processo revolucionário russo.

Na verdade, queremos destacar o fato de que Blanco e os camponeses desencadearam na região a Revolução Agrária, isto é, estavam eles quebrando uma estrutura arcaica ou, por outras palavras, “o feudalismo andino”. A existência de um tipo de “Revolução Agrária” naquele período foi confirmada pelos estudos de autores como Aníbal Quijano (1965), Victor Villanueva (1967), Eduardo Fioravanti (1974) e, mais recentemente no livro de Jan Lust, no qual o autor afirma: “*la lucha campesina en la Convención y Lares fue revolucionaria en el sentido de que desempeñó un papel crucial en la destrucción de las relaciones de producción semifeudales*” (LUST, 2013, p. 71).

Contudo, tais autores não pararam para refletir sobre como essa “revolução” representava um distanciamento entre Hugo Blanco e as concepções de Leon Trotsky, como aqui propusemos interpretar. Trotsky não acreditava que os camponeses fossem capazes de desencadear nem uma revolução socialista, nem uma revolução agrária, pois estes eram incapazes de uma atuação independente. Para ele, os camponeses sempre precisariam de uma classe que os convocasse e os guiasse pelos caminhos das referidas revoluções, que, neste caso, só poderia ser realizada pelo proletariado. E isto Trotsky deixou bastante claro no seu clássico livro *A Revolução Permanente* (1985).

Numerosas camadas das massas trabalhadoras, sobretudo no campo, só serão arrastadas pela revolução e politicamente organizada depois que o

proletariado das cidades, como vanguarda da revolução, tiver empunhado o leme do Estado. [...] A sorte dos interesses revolucionários mais elementares dos camponeses e, poder-se-ia dizer de todo o campesinato como ordem social, está ligada, assim, à sorte de toda a revolução, isto é, à sorte do proletariado.

[...]

Não será possível, no entanto, que o campesinato afaste o proletariado para tomar-lhe o lugar? É impossível. Toda a experiência histórica desmente essa hipótese, ao mostrar a absoluta incapacidade de o campesinato desempenhar um papel político independente (TROTSKY, 1985, p. 57)

Mas, o fato de a revolução agrária ter criado condições favoráveis à ditadura do proletariado foi determinado pela incapacidade de os camponeses resolverem o seu problema histórico com suas próprias forças e sob sua própria direção (TROTSKY, 1985, p. 65)

Ora, Hugo Blanco parece ter rompido com essa lógica, porque não esperou o proletariado urbano se movimentar e conclamar os camponeses em favor da Revolução Agrária, também não foi determinante que os primeiros tomassem o poder. Aliás, esta revolução, como foi praticamente obra das massas camponesas, questionava ainda a visão de que elas eram incapazes de se organizarem, resolverem suas próprias questões e executar tarefas revolucionárias. Igualmente, dava a entender que, no Peru, o despertar da revolução socialista se daria realmente a partir do campo, com ampla participação das massas camponesas, resolvendo primeiro as antigas demandas desta classe, para depois seguir rumo às cidades, ao encontro do proletariado, e não o contrário. Essas noções, inclusive, Blanco deixou expressas em uma nota publicada pelo jornal trotskista *Obrero y Campesino*, que circulou em agosto de 1963: *“los otros sectores del pueblo comiezan a ver los resultados benéficos de la sindicalización y de la revolución y llegan a comprender la potencia encerrada en la masa campesina, que de ser liberada llegaría a distancias imprevisibles”* (BLANCO, apud VILLANUEVA, 1967, p. 125).

E finalmente, a novidade dos fatos foi percebida e endossada pelo líder do SLATO, Nahuel Moreno, que, em 24 de abril de 1961 enviou uma carta a Blanco. Nesta carta foi possível encontrar afirmações como esta:

Creo que tú tienes el mérito de haber visto antes que nadie que en vuestro país se había iniciado ya la revolución agraria. [...]. Vuestra revolución tiene un rasgo específico: ha comenzado en esta etapa como revolución agraria y no como una revolución obrera o de todo el pueblo contra el imperialismo. Tiene como su vanguardia al campesinado de una zona, el Cuzco, que se planta el problema de la tierra, mientras el proletariado de las ciudades y de las minas, se mantiene a la retaguarda, a la defensiva (MORENO, 2016, p.2).

De qualquer maneira, a revolução socialista no Peru não seria realizada unicamente com a participação dos camponeses. O próprio Hugo Blanco reconheceu, no livro *Terra ou Morte*, que, ao final do processo revolucionário, o *poder dual* estaria localizado entre o poder burguês e o proletariado (BLANCO, 1979, p. 73), demonstrando assim que as massas urbanas são essenciais para a concretização da insurreição, por conseguinte, a tomada do poder, e, obviamente, para a implementação do socialismo. Entretanto, apesar de nesse ponto Blanco parecer dogmático, uma vez que parece ancorar-se no que dizia Trotsky, isso parece não comprometer a novidade do projeto de Hugo Blanco quanto às tarefas revolucionária que destinou ao campesinato, pois, diferente do que parece acreditar Leon Trotsky, não seria o proletariado a classe que despertaria os camponeses em favor da Revolução Socialista e nem seriam aqueles que cumpririam a Revolução Agrária em nome dos camponeses. Na verdade, no Peru, Hugo Blanco destinou a esta última classe importantes papéis em ambas as tarefas. Dessa maneira, se a Revolução Agrária era realizada pelos camponeses independentemente do proletariado e se esta mesma revolução era apenas uma das etapas no interior do processo revolucionário que ia culminar com a insurreição, era porque os camponeses eram responsáveis tanto por engendrar o início dessa revolução, como os responsáveis por despertar e acompanhar a classe que ia dar o golpe final e fatal, isto é, o proletariado.

É possível, portanto, tendo em vista o papel que foi oferecido à classe camponesa, perceber a singularidade do projeto iniciado por Hugo Blanco no Peru e até mesmo frente a IV Internacional. Tal singularidade se fez por meio da releitura do trotskismo a partir de uma tradição presente na cultura política socialista peruana que, desde seus primórdios, concebeu o indígena como uma classe camponesa. Por meio desse encontro de tradições, Blanco operou um movimento que não se concretizou primeiramente no campo da teoria, tendo sido aplicado no levante de *La Convención* e, posteriormente, formulado em sua obra primordial, *Terra ou Morte*. O livro, portanto, mais do que uma narrativa memorialística de seus feitos, apresenta-se como um caminho alternativo para a revolução socialista, fugindo da opção imposta pela guerrilha cubana e abrindo o diálogo com os setores internacionalistas do trotskismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória intelectual e revolucionária do trotskista Hugo Blanco a que nos propusemos analisar, portanto, possibilitou a abordagem de interessantes questões que envolviam não só esse personagem, mas a própria configuração da esquerda latino-americana em meados do século XX.

Nesse sentido, a problematização da trajetória de Hugo Blanco relevou que ele estava inserido em um contexto em que as esquerdas e os inúmeros intelectuais do continente latino-americano estiveram de algum modo envolvidos com os ecos provenientes da Revolução Cubana, em 1959. Mas Blanco não se apresentou como um mero observador desse momento histórico, na verdade, colocou-se como um intelectual revolucionário, por conseguinte, um homem de ação e porta voz ativo no interior dessa esquerda, intencionando dialogar, polemizar e criticá-la. Por isso, não sem razão, a abordagem aqui realizada configura-se relevante exatamente porque também ajuda a revelar que nem todos os movimentos armados que surgiram após 1959, na região, seguiam fielmente a linha revolucionária anunciada pela Revolução Cubana.

Nesse caminho, procuramos destacar como todo o trabalho de Hugo Blanco, em grande medida, se construiu a partir da Revolução Cubana, sendo um dos seus principais objetivos, com isso, explicitar a respeito dos equívocos em se querer aplicar e copiar às realidades nacionais do continente o castro-guevarismo, isto é, a guerra de guerrilhas. O outro objetivo foi demonstrar, frente às táticas e estratégia dessa, as vantagens de se guiar pelo marxismo revolucionário legados por Lênin e Trotsky.

Com efeito, o trabalho intelectual de Hugo Blanco, em muitos momentos, apresenta-se como uma espécie de advertência. Advertia os grupos que compuseram a primeira fase da *Nueva Izquierda* peruana, tanto o ELN como o MIR, por seus diversos vínculos diretos com o castro-guevarismo. Mas advertia também seus próprios companheiros, especialmente alguns vindos da Argentina, e que foram enviados pelo SLATO, pelas inclinações evidentes que destinaram o FIR na direção também do castro-guevarismo. O recado era claro, para Hugo Blanco, a esquerda peruana e os militantes advindos da região platina haviam se desviado da linha mais correta e revolucionária do marxismo: o trotskismo. E, por fim, Blanco não deixou de advertir a IV Internacional, após o seu IX Congresso, 1969. Para ele, o “guerrilheirismo” a que o trotskismo do Secretariado Unificado estava se submetendo representava mais uma vez o perigoso desvio em direção ao castro-guevarismo.

Deste modo, enquanto realizava suas críticas ao modelo de revolução que a ilha caribenha e outros intelectuais revolucionários faziam questão de divulgar e ressaltar, Blanco, a seu modo, se colocava como defensor das táticas e estratégias consagradas pela cartilha trotskistas como o mais conveniente, inclusive, à realidade peruana. Assim, sua preocupação esteve em fazer a defesa do partido de vanguarda; e também em fazer a defesa de que o ponto de partida das revoluções iniciam-se necessariamente com o vínculo, com a direção e com a educação das massas, que seria garantido a partir do mencionado partido, e cujo resultado era a culminação em uma situação de *poder dual* e da luta armada, isto é, em uma situação revolucionária. De qualquer modo, a defesa de cada desses princípios não deixou de ser uma maneira de refutar e combater muitos dos caminhos em que se assentava o exemplo revolucionário de Cuba, como procuramos deixar claro ao longo do trabalho. Isto também ficou evidente quando Blanco, ao mencionar as possibilidades de se valer de guerrilhas, estas foram esvaziadas dos fundamentos que sustentavam o modelo de guerra de guerrilhas.

Outro ponto importante foi a Revolução Agrária a que Hugo Blanco e outros estudiosos do caso de *La Convención* acreditaram que foi posto em prática nessa região. Primeiramente, ainda que esta revolução estivesse na base do pensamento trotskista, como quisemos demonstrar, ela, em último caso, nos pareceu como um fenômeno que acabou superando parte do pensamento de Leon Trotsky e das concepções veiculadas pela IV Internacional naquele momento, principalmente quanto às secções que Hugo Blanco tinha algum tipo de vínculo. Afinal, este último destinou às massas camponesas tarefas revolucionárias que antes eram exclusivas do proletariado, e que era o caso da referida Revolução Agrária. De qualquer maneira, como defendemos no presente trabalho, apesar da aparente novidade, esta nova responsabilidade a que ficaram submetidos os camponeses teve a contribuição de toda uma tradição política peruana em que participavam tanto o indigenismo como o socialismo peruano, o que significou, igualmente, o esforço de se adaptar o trotskismo a realidade do país em questão.

Em segundo lugar, além dessa novidade, é importante não esquecer que a Revolução Agrária que mencionamos, embora tenha sido um ataque realizado pelos camponeses ao *sistema de hacienda* e a todas às características arcaicas/feudais que este sistema sustentava, dentro da trajetória de Hugo Blanco, tal Revolução deve ser medida não apenas como a expressão de seu trotskismo, mas também como expressão de seu indigenismo. Assim, defender os índios camponeses a partir dos ataques aos gamonais e aos latifúndios não deixavam de ser uma forma de atender suas ideias e sentimentos atrelados e alimentados pela corrente indigenistas, que, como procuramos deixar claro, estiveram na base da formação de

Hugo Blanco enquanto sujeito. Nesse sentido, os ânimos que motivaram e que explicam a dita Revolução Agrária que Hugo Blanco deu forma estão, de alguma maneira, estão para além do seu trotskismo, uma vez que suas ações e pensamentos não deixaram de ser uma expressão de defesa e valorização da população indígena do Peru.

Ademais, convém retomar o exercício intelectual de Blanco. Neste caminho, como procuramos demonstrar, seus escritos revelaram uma intensa tentativa de adaptar o trotskismo a realidade peruana a que estava inserido, de tal maneira que, em muitos momentos, seu trotskismo era, antes de mais nada, peruano. Este esforço, por exemplo, ficou evidente com a escrita do livro *Terra ou Morte*, pois, ao mesmo tempo em que tentava demonstrar que sua experiência revolucionária entre os camponeses representava a aplicação do *Programa de Transição*, em muitos momentos o percebemos manejando diversos conceitos do trotskismo revolucionário a fim de adaptá-los a realidade de seu país.

Portanto, o intelectual revolucionário Hugo Blanco foi um personagem da esquerda peruana que, mediante sua teoria e a sua ação, se colocou a serviço da revolução socialista peruana. Blanco refletiu, sim, muitas características do contexto da época, mas não como mero espectador pacífico, pelo contrário, foi ele um sujeito ativo, que advertiu e polemizou com as esquerdas, interferindo diretamente, a nível nacional e internacional, em um debate, principalmente, relacionados às ideias, táticas e estratégias revolucionárias, tanto para o Peru como para o continente latino-americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Fontes

BLANCO, H. El camino de nuestra revolución. *Revista Arauco*. Chile: Santiago, fev.1965, n. 61, ano V. Disponível em: <http://www.socialismo-chileno.org/arauco/arauco_61.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. Letter from Hugo Blanco to Joseph Hansen. Janeiro de 1970 In: *Encyclopedia of Trotskyism On-Line*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/document/fi/iib-1970-76/index.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. *Terra ou Morte*. São Paulo: Versus, 1979.

_____. Milícia ou Guerrilha. In: LÖWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p. 465-468.

_____. Cartas entre José Maria Arguedas e Hugo Blanco. *Lucha Indígena*. Lima, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://www.luchaindigena.com/wp-content/uploads/2009/06/Cartas-entre-Jos%C3%A9-Mar%C3%ADa-Arguedas-y-Hugo-Blanco.pdf>>. Acesso em: 20/02/2017.

Livros e periódicos.

ADRIANZÉN, A. Continuidades y Rupturas en el Penamiento Político. In: _____. (Org.) *Pensamiento político peruano: 1930 – 1968*. Lima: Desco – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1990, p. 13-28.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Ed. Folha, 2010.

ALBERTI, G. Ruptura de la estructura de poder urbano provincial y surgimiento de movimientos campesinos. In: MATOS MAR, J. (Org.). *Hacienda, Comunidad y campesinato en El Perú*. Lima: IEP, 1976, p. 343-370. (Perú Problema 3).

ALEXANDER, R. J. *International Trotskyism: a documented analysis of the movement (1929-1985)*. EUA: Duke University Press, 1991.

ANDERLE, A. *Los movimientos políticos en el Perú*. Habana: Casa de las Américas, 1985.

ANGELL, A. A Esquerda na América Latina após C.1920. In: BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política*, v. VII. São Paulo: Edusp, 2009, p. 471-546.

ARENDDT, H. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BANDOLI, M. Desenvolvimentismo e institucionalização partidária: o trotskismo invulgar do POR (1952-1960). In: *Revista de Sociologia Política: Política e Sociedade*. v. 15, n. 32 (2016). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/45426>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BEJÁR, H. *Peru, 1965: una experiencia libertadora en America*. México: Siglo XXI Editores, 1969.

_____. Las Orígenes de la nueva izquierda en el Perú: la izquierda guerrillera (período 1956-1967). In: ADRIANZÉN, A. *Pensamiento político peruano: 1930 – 1968*. Lima: Desco – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1990, p. 351-378.

BERSTEIN, S. A. A Cultura Política. In: RIOUX, J. P. SIRINELLE, J. F. *Por uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BOBBIO, N. *Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

BONET, L. Castrismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Unb, v. 1, 2009, p. 151-155.

BOURRICAUD, F. *Poder y Sociedad en El Peru*. Lima: IEP, 1989.

CABALLERO, J. M. *Economía Agraria de la Sierra Peruana*. Antes de la reforma agraria de 1969. Lima: IEP, 1981. (Estudios de la sociedad rural/7).

CAMEJO, P. Introdução. In: BLANCO, H. *Terra ou Morte*. São Paulo: Versus, 1979.

CAMPOS, J. R. *O que é trotskismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTAÑEDA, J. G. *Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CETAL, C. A. La experiencia del Comité Central Pro-Derecho Indígena Tahuantinsuyo. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 15, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/832/931>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

COGGIOLA, O. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONTRERAS, C.; CUETO, M. *Historia del Perú Contemporáneo*. 4. ed. Lima: IEP, 2007.

CORDAL, S. El primer debate en el trotskismo latinoamericano sobre la lucha armada. Polémica con el putschismo entre Nahuel Moreno y Daniel “Che” Pereyra en Perú entre 1961 y 1963. *CUADERNOS DE MARTE / AÑO 7*, NRO. 10, ENERO-JUNIO 2016. Disponível em: <<http://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/view/1820/1546>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

COTLER, J. Actuales pautas de cambio en la sociedad rural del Perú. In: MATOS MAR, J.;

COTLER, J.; WILLIAMS, L. *Dominación y Cambios en el Perú rural*. Lima: IEP, 1969, p.

_____. Haciendas y comunidades tradicionales en un contexto de movilización política. In: MATOS MAR, J. (Org). *Hacienda, Comunidad y campesinato en El Perú*. Lima: IEP, 1976, p. 311-342.

_____; PORTOCARRERO, F. Organizaciones campesinas, en el Perú. In: MATOS MAR, J. (Org.). *Hacienda, Comunidad y campesinato en El Perú*. Lima: IEP, 1976, p. 267-309. (Perú Problema 3).

_____. *Peru: Classes, Estado e Nação*. Brasília: Funag. 2006.

_____. La Mecánica de la Dominación Interna y del Cambio Social en la Sociedad Rural. In: MATOS MAR, J.; BONDY, A. S. *Peru Problema 1: Cinco Ensayos*. Lima: IEP, 1983, p. 165-204.

_____. *El Indigenismo*. México: FCE, 1998.

DEBRAY, R. *Revolução na Revolução*. São Paulo: Parma, 1967.

FAVRE, H. Evolución y situación de la hacienda tradicional de la región de Huancavelica. In: MATOS MAR, J. (Org.) *Hacienda comunidad y campesinado en el Perú*. Lima: IEP, 1976, p. 105-140. (Perú Problema 3).

_____. *O movimento indigenista na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ/Nucleas, 2011.

FERNANDEZ F., C. Lo indio, indigenismo y movimiento campesino en el Perú. *Revista Andina de Estudios Políticos*. v. 1, n. 1, 2011. Disponible em: <<http://www.acuedi.org/ddata/4916.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

FIORAVANTI, E. *Latifundio y Sindicalismo Agrario en el Perú: El caso de los valles de La Convención y Lares (1958-1964)*. Lima: IEP, 1974.

FLORES GALINDO, A. *Buscando un Inca: identidad y Utopía em los Andes*. Lima, 2005.

_____; BURGA, M. *Apogeo y Crisis de la República Aristocrática*. In: RIVERA, C. (Coord.). *Obras Completas II*. Lima: Sur, 1994.

_____; BURGA, Manuel. La utopía andina. Ideología y lucha campesina en los Andes. Siglos XVI-XX. In: RIVERA, C. (Coord.). *Obras Completas V*. Lima: Sur, 1997, p. 295-311.

_____; BURGA, Manuel. Feudalismo andino y movimientos sociales. In: RIVERA, C. (Coord.). *Obras Completas V*. Lima: Sur, 1997, p. 167-245.

_____; ORÉ, Teresa. Oligarquía y capital comercial en el sur peruano (1870-1930). In: Cecilia Rivera (Coord.). *Obras Completas V*. Lima: Sur, 1997, p. 13-62.

_____. Apuntes sobre las ocupaciones de tierras y el sindicalismo agrario (1945-1964). In: RIVERA, C. (Coord.). *Obras Completas V*. Lima: Sur, 1997, p. 80-88.

_____. Movimientos Campesinos. In: RIVERA, C. (Coord.). *Obras Completas V*. Lima: Sur, 1997, p. 269-271.

_____. El voto por Blanco. In: RIVERA, C. (Coord.). *Obras Completas V*. Lima: Sur, 1997, pp. 89-92.

FORNET-BETANCOURT, R. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1995.

GARCÍA, A. *Reforma Agraria y Dominación Social en América Latina*. Lima: IEP, 1970.

GONZÁLES, E. (Coord.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*. Tomo 3: Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana. v. 1 (1959-1963), 1999.

HOBBSAWM, E. J. E. A Case of Neo-Feudalism: La Convencion, Peru. *Journal of Latin American Studies*, v. 1, n. 1 (May, 1969), p. 31-50. (Cambridge University Press Stable). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/156484>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. *Los Campesinos y la política*. España: Cuadernos Anagrama, 1976.

HOFMEISTER, W. Apresentação. *Intelectuais e Política na América Latina*. Cadernos Adenauer IV, n. 5. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, fev. 2004, p.7-12.

KAPSOLI, W. *Los movimientos campesinos en el Peru 1879-1965*. Lima: Ediciones Atusparia, 1982.

KEITH, R. G. Origen del sistema de hacienda. El valle de Chancay. In: MATOS MAR, J. (org.) *Hacienda comunidad y campesinado en el Perú*. Lima: IEP, 1976, p. 105-140. (Perú Problema 3).

KLARÉN, Peter F. *Formación de las haciendas azucareras y la orígenes del APRA*. LIMA: IEP, 1976. (Perú Problema 5).

KOWALEWSKI, Z. M. El café y la revolución en los valles andinos del sur del Perú. *Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos*, v. 2, 1974. (Traducido del polaco por Carlos Humberto de León). Disponível em: <http://www.estudios-online.org/images/estudios/02/el02_04_kowal.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

LÊNIN, V. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

_____. A IV Internacional na América Latina: os anos de 1950. In: Cad. AEL, v.12, n. 22/23, 2005. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2524/1934>>. (Publicado originalmente nos *Cahiers Leon Trotsky*, Grenoble, n. 70, p. 99-109). Acesso em 10 jun. 2015.

_____. *A Política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da revolução permanente*. São Paulo: Sundermann, 2015.

LUST, J. *Lucha revolucionaria: Perú, 1958-1967*. Barcelona: RBA, 2013.

MANGIANTINI, M. Entre tensiones y redefiniciones: el trotskismo argentino ante el paradigma de la Revolución Cubana. *XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales*. Universidad de Buenos Aires: 2015. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-061/504>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MANRIQUE, N. *Usted fue Aprista! Bases para una historia crítica del APRA*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009.

MARIÁTEGUI, J. C. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. n. 69. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca de Ayacucho, 2007.

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIE, J-J. *O Trotskismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MATOS MAR, J. *La Reforma Agrária en el Perú*. Lima: Ira, 1980.

_____. Dominación, Desarrollos Desiguais y Pluralismo em la Sociedad y Cultura Peruana. In: _____; BONDY, A. S. *Peru Problema 1: Cinco Ensayos*. Lima: IEP, 1983, p. 19-72.

MENDEL, E. Introdução. In: TROTSKY, L. *Programa de Transição: para a revolução socialista*. Lisboa: antídoto, 1978.

MEUCCI, I. D. P. *A Revolução Cubana e o movimento trotskista na América Latina: impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015.

_____. O campo e a guerrilha: o movimento trotskista e a Revolução Cubana. *Revista Outubro: história e pensamento*, ed. 27, nov. 2016.

MONTEIRO, A. M. M. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. 423f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

MORENO, N. *La Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires, 1962. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/moreno/1960s/revol-latinam-1962.pdf>>. 5 fev. 2016.

_____. La Revolucion Permanente en La Posguerra (Crítica al documento de Farrell Dobbs). *Marxists Internet Archive*, enero de 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/moreno/1950s/rpenlap.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2017

_____. Tesis sobre el Frente Unico Revolucionario. (Teses de Leeds). *Marxists Internet Archive*, abril de 2015. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/espanol/moreno/1950s/1958fu-1.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. *Perú: dos estrategias*. UIT-CI, 2016. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/espanol/moreno/peru/index.htm>>. 15 out. 2016.

NEIRA, H. *Los Andes: Tierra o Muerte*. Madrid: Editorial ZYX, 1968.

NIETO, J. M. Vieja o Nueva Izquierda? In: ADRIANZÉN, A. (Ed.). *Pensamiento político peruano: 1930 – 1968*. Lima: Desco – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1990, p. 379-392.

PASQUINO, G. Trotskismo. IN: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G (orgs). *Dicionário de Política*. Brasília: Unb, vol. 2, 2009, p. 1260-1267.

PEASE, F. *Historia contemporánea del Perú*. México: FCE, 1995.

PEÑA, G. As mobilizações rurais na América após 1930. In: BETHELL, L. (org). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Estado e Política*, vol. VII. São Paulo: Edusp, 2009, p. 355-470.

PERICÁS, L. B. Guevarismo e os caminhos da revolução. In: BARSOTTI, P; PERIÁS, L. B. (orgs). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: América Livre, 1999, p. 151-164.

PINHEIRO, M. S. À Sombra de José Carlos Mariátegui: socialismo e movimentos políticos de esquerda no Peru (1960-1980). *História*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000200030&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. *Utopia Andina: Socialismo e Historiografia em Alberto Flores Galindo*. São Paulo: Annablume, FAPESP 2013.

PONS, S. *A revolução global: História do Comunismo internacional 1917-1991*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PORTOCARRERO M., G. *De Bustamante a Odría: El fracaso del frente democratico nacional 1945-1950*. Lima: Mosca Azul Editores, 1983.

PRADA, P. G. V. *Movimiento campesino peruano (1945-1964)*. Algunos elementos de análisis preliminares y una aproximación bibliográfica. Lima: Centro Peruano de Estudios Sociales – CEPES, 1983.

PRIEGO, M. M. Memoria y presencia del comunismo en el Perú. In: ADRIANZÉN, A. (Ed.). *Pensamiento político peruano: 1930 – 1968*. Lima: Desco – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1990, p. 231-274.

QUIJANO, A. Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina (1968). In: ALMEIDA, F. L. *A Questão Urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária LTDA, 1978, p. 9-60.

_____. Los movimientos campesino contemporáneos en Latinoamérica. In: _____. *Problema Agrario y movimientos campesinos*. Lima: mosca azul, 1979, p. 49-118.

_____. El movimiento campesino en el Perú y sus líderes. In: _____. *Problema Agrario y movimientos campesinos*. Lima: mosca azul, 1979, p. 119-150.

ROWE, W. *Mito e ideologia en la obra de Jose Maria Arguedas*. Lima: Instituto Nacional de cultura, 1979.

SAGRA, A. *A Internacional*. São Paulo: Sundermann, 2010.

SALES, J. R. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo*, v.14, n. 27. Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000200013&lng=en&nrm=iso#nt28>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SETTEMBRINI, D. Leninismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G; *Dicionário de Política*. Brasília: Unb, v. 2, 2009, p. 679-686.

SOARES, G. P. *Projetos Políticos de modernização e reforma no Peru: 1950-1970*. São Paulo: Annablume, 2000.

TIBLE, J. José Carlos Mariátegui: Marx e América Indígena. *Cadernos Cemarx*: centro de estudos marxistas IFCH-UNICAMP, n. 6, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ce marx/article/view/1094/78919>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1977.

_____. *Programa de Transição*. Lisboa: Antídoto, 1978.

_____. *A revolução Traída*. São Paulo: global editora, 1980.

_____. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.

_____. Noventa Anos do Manifesto Comunista. In: MARX K; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

VALDERRAMA, M.; ALFAJEME, A. Viejas y Nuevas Fracciones Dominantes Frente al Problema Indígena (1900-1930). In: DEGREGORI, C. I. et al. *Indigenismo, Clase Sociales y Problema Nacional: la discusión sobre el “problema indígena” en el Perú*. Lima: CELATS, 1978, p. 69-105.

VILLANUEVA, V. *Hugo Blanco y la Rebelion Campesina*. Lima: Editorial Juan Mejia Baca, 1967.

VOLLMAR, F. F. Poder, Etnia y estratificación en El Perú rural. In: _____. et al. *Perú: hoy*. México: Siglo Veintiuno, 1971.

WOLF, E. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.